

Edson Fernandes

TEMPOS DE VIOLÊNCIA

Brutalidade,
contravenção, estupro e
suicídio no interior
paulista do início do
século XX

MIREVEJA
EDITORA



Edson Fernandes

TEMPOS DE
VIOLÊNCIA

Brutalidade,
contravenção, estupro e
suicídio no interior
paulista do início do
século XX



2021

Edson Fernandes

TEMPOS DE VIOLÊNCIA

MIREVEJA
EDITORA



PREFEITURA DE
BAURU
| Secretaria de Cultura



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Lei Aldir Blanc (Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020)



*Os livros têm os mesmos inimigos que o homem: o fogo, a
umidade, os bichos, o tempo e o próprio conteúdo.*

Paul Valéry



SUMÁRIO

À MARGEM DA HISTÓRIA
10

A LEI E SEU TEMPO
18

VIOLÊNCIA COTIDIANA
24

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
74

VIOLÊNCIA CONTRA A PRÓPRIA VIDA
128

ANEXO
152

REFERÊNCIAS
168



À MARGEM DA HISTÓRIA

Edson Fernandes

Os personagens que povoam este livro saltam dos inquéritos, processos criminais e das páginas policiais. Aqui, há muito do que a História tradicional costuma empurrar para baixo do tapete: a poeira do tempo, as teias de aranha inacessíveis à limpeza, as máculas sutis da vida, o sangue, a violência, a morte. Procurei apresentar um panorama de Bauru e de seu entorno, no início do século XX, a partir da transgressão das leis. São fatos que geralmente não aparecem na historiografia tradicional, que costuma louvar os pais fundadores e os grandes construtores da pátria, com toda a ironia que tais expressões podem simbolizar nos dias de hoje.

Muitos dos crimes descritos nesta obra foram cometidos por ilustres cidadãos, em sua maioria homens e brancos, que tinham protagonismo político e social num contexto de extrema violência, numa sociedade machista, misógina, xenofóbica. São, ao mesmo tempo, vítimas e algozes de seu tempo.

As fontes escolhidas são os inúmeros inquéritos policiais instaurados após a instalação da Comarca de Bauru, em 1911. Portanto, a grande maioria dos casos aqui retratados aconteceu a partir daquele ano, embora haja referências a eventos anteriores. Se há um recorte inicial, não há um final, mas julguei prudente avançar apenas até o início dos anos 1920, o que considerei suficiente para permitir múltiplas leituras de um contexto que nos soa tão distante, pitoresco até, mas que carrega semelhanças assustadoras com nosso momento atual. Sociedade armada, violência banalizada, justiça seletiva, preconceito étnico, de cor, de gênero.

Confesso que esta seleção teve um tanto de arbitrariedade, a saber, o olhar e o espanto do pesquisador, sem a pretensão de atingir o rigor acadêmico, no sentido técnico do termo, o que exigiria um recorte temporal mais preciso e justificado. Ainda assim, arrisco dizer que, para além do resgate histórico que se propôs, temos uma mostra bastante representativa da sociedade da época e de suas mazelas.

Na ocasião em que foram consultados, os inquéritos estavam sob a guarda do Núcleo de Pesquisa e História da Universidade do Sagrado Coração “Gabriel Ruiz Pelegrina” – NUPHIS-USC. E aqui fica registrado o agradecimento deste autor àqueles que franquearam o acesso a este material, principalmente à sempre solícita professora Terezinha Santarosa Zanlochi. Agradeço também aos funcionários do Museu Ferroviário Regional de Bauru pelo acesso ao material fotográfico.

Bom... mas antes de prosseguirmos é preciso entender o contexto em que se encontrava a região centro-oeste do Estado de São Paulo no início do século passado.

Em 1901, o município de Bauru tinha 7.815 habitantes¹, espalhados por dezenas de bairros rurais que se erguiam ao redor de um pequeno núcleo urbano.

No mesmo ano em que a Estrada de Ferro Sorocabana chegava a Bauru, em 1905, iniciavam-se as obras da Noroeste do Brasil e, com elas, a vinda de milhares de trabalhadores de várias partes do Brasil e de outros países.

A pequena vila ganhou ares de importante cidade com a instalação dos primeiros telefones, em novembro de 1907²; a iluminação elétrica, inaugurada em março de 1911³; a criação da Comarca, também em março de 1911⁴; a abertura, em fevereiro de 1912⁵, da Santa Casa de Misericórdia, que atendia grande número de doentes que chegavam das turmas da ferrovia.

Quando a Paulista trouxe seus trilhos, em 1910, já se evidenciavam certas vias, como a avenida Alfredo Maia (hoje avenida Rodrigues Alves) e as ruas Batista de Carvalho e Araújo Leite. Também tinha início a ocupação da vila Falcão⁶.

No mesmo ano, num pronunciamento na Câmara Municipal, o prefeito

1 NEVES, Correia das; BUENO FILHO, Jurandyr. Bauru. Edição Histórica. São Paulo: Editorial Focus Ltda., [1977]. p. 21.

2 NEVES, Correia das. No velho Bauru. [S.l.: s.n.], [1961]. p. 87.

3 Jornal O Baurú. Ed. 19 março 1911.

4 ZANLOCHI, Terezinha Santarosa; PELEGRINA, Gabriel Ruiz; PORÉM, Maria Eugênia. Seara da Lei: Bauru, 1911-1996. Bauru, SP: Canal 6, 2015. p. 26.

5 NEVES, Correia das. No velho Bauru. [S.l.: s.n.], [1961]. p. 124.

6 NEVES; Bueno Filho, [1977]. p. 21.

Álvaro de Sá realçava as realizações de sua administração, entre elas o fato de terem sido *terminados e pagos, de acordo com o contracto existente, os melhoramentos das ruas Baptista de Carvalho e Antonio Alves, ambas cuidadosamente arborizadas*. Além disso, *na avenida que liga esta cidade ao cemiterio municipal, teve a Camara a inadiavel necessidade de mandar construir uma ponte, cuja conservação tem sido difficil, devido á mobilidade do terreno nas margens do ribeirão das Flores em que foi construida*.⁷

Em 1911, o jornal O Baurú trazia um artigo atribuindo à construção da Noroeste o enorme desenvolvimento da cidade, *só comparavel com algumas cidades dos Estados Unidos que em poucos annos de insignificantes aldeias se transformaram em colossaes centros industriaes*. A área do perímetro urbano, dizia o articulista, *está calculada em 65 alqueires com uma povoação de 3000 almas*. E celebrava a quase conclusão da rede urbana de esgoto. *A zona servida pela rede é constituída pelo triangulo incluído entre as E. de F. Sorocabana, Noroeste e Paulista, rua Araujo Leite e Avenida A. Maia, triangulo este que fica considerado como zona central, e beneficiado com todos os outros melhoramentos projectados; o resto da cidade naturalmente não ficará contemplado nesses serviços além dos chafarizes necessarios ao abastecimento d'agua da parte alta da cidade. E não podia ser de outra forma, pois não pode haver rede de exgottos em ruas que não foram normalizadas, sob pena de inutilizar a rede inteira com a primeira enxurrada de aguas pluviaes, que conseguisse enveredar por qualquer ramal da rede*.⁸

Nove anos depois, em 1920, a população de Bauru havia mais que dobrado e já era de 20.386 habitantes, considerando o meio urbano e o meio rural. Aproximadamente um quinto desta população era formado por estrangeiros (4.537 pessoas), sendo 1.690 espanhóis, 1.538 italianos e 814 portugueses, entre outras nacionalidades⁹.

A mudança deve ter saltado aos olhos dos velhos moradores do povoado.

7 SMACMB. Livro de Atas da Câmara no 9, 1908-1913. Sessão extraordinária, 15 janeiro 1910.

8 Jornal O Baurú. Ed. 5 dezembro 1911.

9 <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/censos/1920.pdf>. Acesso: 14 janeiro 2019.

Forasteiros chegavam aos montes. Eram trabalhadores, caixeiros-viajantes, grileiros, prostitutas, advogados, agrimensores e toda espécie de gente que tentava ganhar a vida¹⁰. Os preços dos aluguéis dispararam, passando de 5 mil-réis para 60 mil-réis mensais¹¹.

A cidade crescia e os problemas também.

Crimes envolvendo trabalhadores da ferrovia eram frequentes¹², e ocasionalmente ocorriam suicídios¹³. A polícia tinha trabalho e, no dizer de um jornal da época, o *hotel policial não passava uma noite sem hóspedes*. Em tom de galhofa, o periódico dava uma ideia do grande número de forasteiros: *Tambem este Baurú é uma verdadeira Babylonia, e não passa dia que a má interpretação das linguas induz os embriagados a promoverem desordem, e para maior realce ás pandegas, não falta o concurso de alguma senhora*¹⁴ (referindo-se às moradoras das casas de prostituição que salpicavam o centro da povoação).

A parte urbana da cidade se resumia a algumas poucas quadras e ruas situadas num triângulo cujos lados eram formados pelo rio Bauru, córrego das Flores e a atual rua Quinze de Novembro, mas a área central, onde estavam os hotéis, as lojas e os bordéis, ficava entre a praça da Matriz e as estações da Paulista, da Sorocabana e da Noroeste. Ali era onde a cidade pulsava e exibia toda a agitação da chegada e da partida dos trens.

Esta era também a região das “casas de pensão”, como eram chamados os prostíbulos de Maria Engomadeira, Josefina Nunes, Cesária Maria do Rosário, Geraldina de Moraes e muitas outras. O principal, por décadas, foi mantido pela italiana Angelina Maggi, só perdendo esta posição com a chegada, na década de 1940, de Eny Cezarino¹⁵. Angelina está presente em várias histórias deste livro.

10 GHIRARDELLO, Nilson. 2002, p. 82-83.

11 O Estado de S. Paulo. Ed. 28 setembro 1906. Apud GHIRARDELLO, 2002, p. 83.

12 Por exemplo: Jornal O Baurú. Edições: 25 agosto 1907 (“pela terceira vez, neste mez, deu-se nos serviços da empresa Machado de Mello, um conflicto...”); 17 novembro 1907; 24 novembro 1907; 23 março 1908; 12 abril 1908; 23 agosto 1908.

13 Por exemplo: Jornal O Baurú. Edições: 21 julho 1907; 20 setembro 1909.

14 Jornal O Baurú. Ed. 31 outubro 1909.

15 MELLO, Lucius de. Eny e o grande bordel brasileiro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 123.

A imprensa usava termos jocosos para se referir a elas, eram, por exemplo, as “horizontais”. Na linguagem policial, eram as “decaídas”. Elas mesmas se apresentavam, quando interrogadas, como “domésticas”, “jornaleiras¹⁶”, “costureiras” ou se declaravam “sem profissão”.

Neste sentido, o leitor notará que, sempre que possível, procurei caracterizar as pessoas envolvidas, anotando idade, estado civil, local de nascimento e se eram alfabetizadas ou não. Isto, acredito, dará uma ideia mais completa de quem por aqui aportava – e tornará evidente a incessante mobilidade, a cidade em formação, gente chegando em busca de oportunidades. Infelizmente, em alguns casos, faltam sobrenomes, que não foram encontrados nos inquéritos.

Há também muitos trechos em itálico nestes relatos. Eles reproduzem os textos exatamente como foram anotados pelos escrivães ou publicados nos jornais (como se vê em alguns parágrafos acima), mantendo até mesmo a forma de escrita do início do século XX. Considero que a língua, as expressões e as palavras utilizadas são uma marca indelével de cada época.

A violência era outra grande marca daquela sociedade e estava presente não só nas ruas do centro urbano, mas nos distritos e nas inúmeras fazendas que abrigavam grande parte da população, imigrantes inclusive. Fosse por motivos fúteis, fosse por vingança ou acidente, era o lado obscuro de uma população que celebrava as conquistas da modernidade – o trem, o telefone, a luz elétrica, o grupo escolar, o hospital.

Também chama a atenção o número de pessoas que atentavam contra a própria vida, embora não seja possível afirmar se era uma característica do país como um todo ou se eram as condições específicas da cidade que levavam essas pessoas ao ato extremo. Um viajante na solidão de um quarto de hotel, distante da família, e um tiro varava a noite. Uma prostituta sonhadora, amargurada por uma paixão impossível, e o fogo queimava as vestes e a carne, numa fantasmagórica chama, em uma rua da cidade – somente

16 Pessoa que trabalha por jornada, por pagamento diário.

em alguns dias de agosto de 1920, três mulheres morreram desta trágica maneira.

Um último alerta: algumas histórias não têm um final, o que pode frustrar alguns leitores. Isto se deve ao fato de que faltam páginas em vários processos e, às vezes, são justamente as últimas, as que completam o inquérito.

Resolvi registrá-las assim porque o que foi possível apurar de tais documentos incompletos é suficiente para lançar alguma luz sobre o passado desta cidade. Mais que isso. Acredito que este livro possa nos ajudar a compreender o presente e, quem sabe, pensar o futuro que queremos.

Portanto, caro leitor, apresentam-se aqui aspectos esquecidos de Bauru e seu entorno. Histórias escritas com lágrimas e sangue. Muitas lágrimas, muito sangue.



A LEI E SEU TEMPO

Márcia Negrisoli



A História e o Direito, é certo, mantêm desde sempre uma relação muito estreita. Aos juristas, por exemplo, cabe constante exame das leis de outrora, bem como de documentos históricos e outras diligências, a fim de compreender o passado e o modo como ele impacta o presente, contribuindo, assim, com o avanço da sociedade.

Ambos, o Direito e a História, são fruto e reflexo desta sociedade e sempre atuam depois dos fatos: consolidam-se a partir de suas implicações. Aí reside a importância deste livro. *Tempos de violência* tem como traço marcante sua relação direta com o campo das leis, na medida em que mergulha em registros policiais e autos de processos judiciais pesquisados exaustivamente pelo autor, o que torna possível perceber como a violência é um aspecto (ou podemos dizer um efeito colateral) que acompanha o início do desenvolvimento econômico e do crescimento populacional da região centro-oeste do Estado de São Paulo.

Edson Fernandes oferece-nos, pormenorizada, uma descrição de fatos cotidianos da cidade de Bauru nas primeiras décadas do século XX, notadamente marcados pela chegada das ferrovias e pelo auge da economia cafeeira.

Mostra-nos ainda que a compreensão da sociedade em que vivemos passa, necessariamente, por conhecermos suas origens e seu passado, não apenas a narrativa dos grandes eventos, mas também a vida como ela era, cotidiana, e quem teriam sido seus personagens reais, muitas vezes anônimos, mas que de fato ajudaram a construir a história, dia após dia.

O livro tem, como recorte temporal, o momento em que a ferrovia atraía expressiva quantidade de trabalhadores, direta ou indiretamente ligados aos trilhos que cortavam a cidade. Eram operários ou pessoas

que chegavam para tentar a vida na esteira do desenvolvimento urbano, alavancado principalmente pelos setores do comércio e serviços. Os forasteiros, entre brasileiros e estrangeiros, em sua maioria italianos, portugueses e espanhóis, juntaram-se aos moradores do ainda pequeno povoado, de essência rural, numa região até então conhecida como sertão bruto. Importante e necessário lembrar que a ocupação do território de Bauru, assim como de todo o interior do Brasil, foi marcada por terríveis ataques de não indígenas a indígenas, sendo os nativos dizimados quase que totalmente e os remanescentes, estigmatizados. É esta sociedade e seus líderes que protagonizam este livro.

Assim, o autor estabelece um marco temporal e traz a descrição de fatos registrados num período em que problemas cotidianos eram, muitas vezes, resolvidos à bala, no intuito de “fazer justiça com as próprias mãos”. Casos como o do empregado que levou um golpe de tora de madeira na cabeça ao cobrar do antigo patrão o salário devido. Ou do tiro na testa do rival que negociava serviços sexuais de uma mesma mulher. Muitos deles protagonizados em logradouros tão familiares como a rua Primeiro de Agosto, a rua Inconfidência, a Batista de Carvalho e por aí vai.

É grave também entender que, passado um século, continuamos vivendo em uma sociedade violenta, ainda que tenhamos evoluído em muitos direitos e condutas na vida cotidiana.

A violência contra a mulher é um exemplo. Em termos de legislação, certamente muito se avançou, mas o machismo persiste nas páginas dos inquéritos policiais, e os motivos dos crimes são os mesmos: a objetificação do corpo feminino, a agressão pela não submissão, a imposição da vontade masculina.

Vale lembrar que a própria Lei da Maria da Penha (Lei nº 11.340), sancionada em 2006, não surge dos anseios da nossa sociedade ou de um projeto de lei com origem no Congresso Nacional. Não. Ela é fruto de uma denúncia (seguida de condenação) que o Brasil sofreu, junto ao Tribunal Internacional

de Direitos Humanos, que poderia acarretar sanções e consequências para acordos econômicos firmados com o país. Para o nosso legislativo, formado majoritariamente por homens brancos e heterossexuais, ainda não estava na hora de termos uma lei como esta.

Em 2015, vimos a aprovação da Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104), outra conquista importante, que, junto com Lei Maria da Penha, traz um novo paradigma legal, uma vez que endurece penas, com punições que podem chegar a trinta anos de prisão. Mas o fato é que a violência é tão enraizada em nossa sociedade que muitos homens parecem não ter medo de tais punições, o que se agrava diante da dificuldade da mulher em denunciar, sendo que muitas vezes ela é desacreditada. Ou seja, a lei é importante, mas a mudança da cultura machista vai além da legislação.

Muito relevante também a preocupação que o autor teve em relatar os casos de suicídio da época. Em uma cidade repleta de pessoas solitárias, viajantes, prostitutas, havia certa habitualidade na prática do atentado contra a própria vida.

Curioso é o papel que tiveram personalidades como Rodrigo Romeiro, primeiro juiz nomeado da Comarca de Bauru, o fazendeiro Gustavo Maciel, o advogado Eduardo Vergueiro de Lorena, entre tantos outros, hoje conhecidos nomes de ruas e avenidas da cidade. Pode desapontar o fato de que homens de tamanho enlevo social, grandes líderes da época, representem um judiciário que pautava suas sentenças no preconceito de gênero, de cor e de etnia.

Diante disso tudo, chega-se à conclusão de que a lei e suas implicações não são a resposta nem a solução para todos os problemas. Antes, o que precisamos é de mudança de paradigmas sociais. Afinal, machismo e cultura da violência estão conosco há séculos e não vão mudar da noite para o dia.

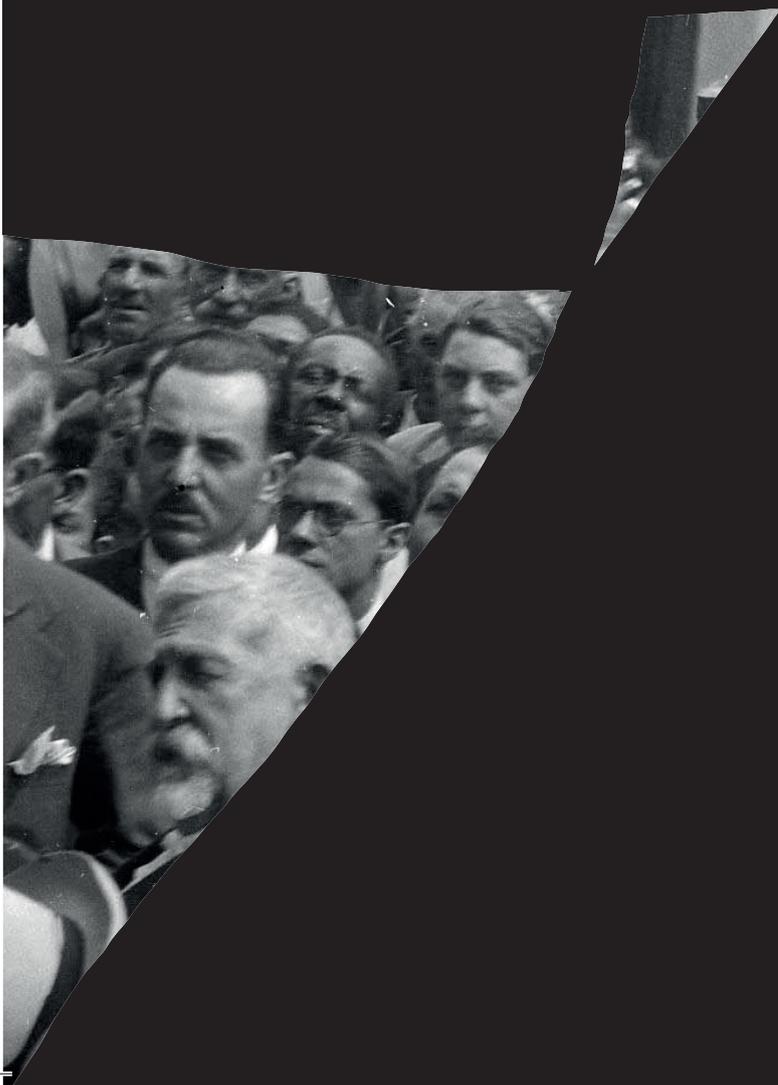
Acredito piamente que tais mudanças encontram eco na educação pública de qualidade para todos e na diminuição da grande desigualdade que nos assola, econômica e socialmente.

Nesse sentido, o panorama que *Tempos de violência* nos apresenta serve tanto a juristas como a qualquer um que busque compreender as razões históricas e culturais de havermos avançado tão pouco na busca de uma sociedade mais justa e menos violenta, ontem e hoje.

Márcia Negrisoni é advogada, especialista em Direito Civil e mestre em Direito Constitucional. Em 2019, tornou-se a primeira mulher a ser eleita presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Bauru, entidade criada em 1932.



VIOLÊNCIA COTIDIANA



Teodoro Carlos Moreira juntou alguns camaradas para trabalhar em seu roçado, no bairro do Batalha, distante cerca de cinco léguas¹⁷ da cidade de Bauru. Terminado o serviço, com tudo em boa ordem, resolveu promover uma pequena festa para recompensá-los, uma “função”, como diziam na época. Procurou Alberto Marques da Silva, que tinha uma venda no bairro, e pediu-lhe para realizar a reunião em seu estabelecimento. Solicitou também que não vendesse aguardente aos convidados.

O baile ocorreu **numa noite do final de maio de 1903**. Entre os convidados estavam Jorge Grutti, José Leandro, Manoel Honório, Joaquim Lourenço e Jesuíno Galdino, os últimos quatro, indígenas da etnia Guarani e moradores daquele bairro. A festa corria animada, mas sem que faltasse aguardente, que passava para lá e para cá *em pequena quantidade*, como diria depois uma testemunha.

Por volta da meia-noite, alguns dos Guarani propuseram realizar uma

dança de índios e assim o fizeram. No entanto, nem todos estavam dispostos a apreciá-la, entre estes José Antônio, vulgo Nazareth, genro de Teodoro.

Terminada a dança, Nazareth subitamente sacou de uma faca e, dizendo que os indígenas estavam *fazendo um bonito*, partiu para cima de Joaquim Lourenço, ferindo-o. Manoel Honório e Jesuíno, que tinham ido se aquecer perto de uma fogueira no terreiro da venda, correram ao local da briga e também foram agredidos.

Manoel foi atacado primeiro. Jesuíno, com um golpe, tentou deter Nazareth, que se desviou do indígena e pôs-se a persegui-lo. Jesuíno tropeçou, foi alcançado e ferido. Nesse momento, Jorge Grutti interveio, dizendo a Nazareth que parasse com a violência. O agressor, então, partiu para cima de Jorge, que, armado, sacou a garrucha da cintura e disparou para o chão, para intimidá-lo.

Quando viu a confusão, o negociante Alberto foi a um dos quartos buscar sua arma. Um dos convidados tentava

17 Medida de distância adotada antes do sistema métrico em vários países. No Brasil, equivale a 6,6 mil metros.

impedi-lo de usá-la e, enquanto discutiam, ouviram o estampido da arma de Jorge.

José Leandro, de 20 anos, solteiro, foi ferido na coxa esquerda. Manoel Honório, 25 anos, casado, teve ferimentos na mão direita e no antebraço esquerdo. Joaquim Lourenço, 20 anos, casado, foi ferido no rosto. Jesuíno Galdino, de 19 anos, solteiro, o mais gravemente atingido, teve um corte na altura do pulmão.¹⁸



Em fins de fevereiro de 1906, Domingos Spolidoro, lavrador italiano de 42 anos, estava num armazém no bairro do Batalha, onde Manoel Neves Duarte e o dono do estabelecimento, Adriano Zulino, 23 anos, também italiano, jogavam baralho. Foi quando chegaram Domingos Pereira de Macedo e João Alemão, já bastante embriagados. Alemão logo se retirou. Macedo, que com a ponta da faca ajeitava o fumo de um cachimbo, dirigiu-se a Neves e perguntou:

– Não me paga 29 mãos de milho que me deve?

– *Você me faz presente do milho e agora me quer cobrar?*, disse Neves. – *Retire-se!* Macedo, ao contrário, mais se aproximava. Neves, abandonando o jogo, levantou-se e empurrou-o com uma enxada que estava próxima, derubando-o. Na sequência, deu-lhe uma enxadada na cabeça, apanhou um facão que estava no chão, montou num cavalo e sumiu.

Spolidoro foi buscar socorro e trouxe José Pedro Alves, lavrador de 32 anos, que morava um pouco distante. No caminho de volta encontraram, numa casa, um cavalo arreado que José Pedro reconheceu pertencer a Macedo. Recolheram o animal, conduziram-no ao armazém, ajeitaram Macedo em seu cavalo e seguiram à casa de Alves, onde o ferido ficou por dois dias.

Depois, levaram-no à casa de um genro.¹⁹



No dia 1º de março de 1910, uma multidão – cento e cinquenta, duzentas, trezentas pessoas, segundo as várias versões – seguiu por algumas ruas de Bauru, passou em frente à cadeia, diri-

18 NUPHIS. Caixas 218 10 e 130.

19 NUPHIS. Caixa 733.

giu-se a um prédio da rua Antônio Alves, sem número, e destruiu a oficina do jornal A Cidade de Bauru.

Os quatro peritos convocados para realizar o auto de corpo de delito, entre eles o tipógrafo João Thomaz de Almeida e o jornalista Almerindo Cardarelli, encontraram *tres portas da frente com vestigios de arrombamento, sendo que uma dellas acha-se com uma das folhas despregada e caída para o interior, outra com uma folha quebrada e a ultima aberta parecendo ter sido forçada, [...] todas as portas e janellas são de taboas de cedro, frageis e antigas, pelo que offereciam pouca resistênciã, as grades externas de madeira e de tres portas estavam arrancadas e quebradas [...], encontraram [...] uma machina “Bonston” para impressão do jornal “A Cidade de Baurú” tombada, contendo uma fôrma de composição; esta machina tem alguns parafusos soltos, não apresentando contudo dannificações de importancia que a possam inutilizar; uma outra machina para impressão de obras, pequena, tendo o braço quebrado e uma platina [...] também quebrada [...].*

Joaquim Teixeira de Carvalho, delegado de Agudos, que havia se encaminhado a Bauru em diligência, tomou as

declarações do proprietário do jornal, Nelson de Noronha Gustavo, advogado de 29 anos, natural de Descalvado. Noronha estava na Fazenda Val de Palmas na manhã do dia 2, quando recebeu um telefonema de seu irmão Jayme Washington Gustavo dizendo-lhe que *a typographia da “Cidade de Baurú” fôra durante a noite empastellada²⁰ por um grupo de trinta pessoas aproximadamente.*

O dono do jornal chegou a citar algumas pessoas que estariam, segundo ele, envolvidas no episódio. E não poupou autoridades e outros nomes graúdos da cidade: José de Arimatheia Machado, Domiciano Silva, Almerindo Cardarelli (um dos peritos), Joaquim Barbosa, Manoel Cavada, Agido Bossini, João Montagna e muitas outras pessoas cujo nome não ocorre á sua memoria. Mencionou também o delegado Carlos Marques da Silva e a força do destacamento local, afinal, a tipografia distava *apenas uns cinco ou seis metros mais ou menos do quartel da polícia e da cadeia, significando isto que o empastellamento foi feito de accordo com a propria policia, que certamente ajudou a levar a effeito, visto como tendo obrigação restricta de defender a propriedade*

20 Empastelamento é a destruição das instalações de um jornal com a intenção de impor censura.

particular, deixou que se consumasse semelhante vandalismo. E disse ainda que tinha razões suficientes para supôr que um dos dirigentes mentaes do grupo que empastellou a sua typographia foi o Dr. José Pedro de Castro, Juiz de Direito da Comarca, que esteve nesta cidade na vespera e ante vespera desse empastellamento acompanhado de diversas pessoas.

Entre as pessoas que Noronha indicou para serem ouvidas pela polícia estavam o comandante do destacamento local e respectivos praças, o carcereiro senhor Guilherme de Figueiredo e outros presos que se achavam recolhidos, o cidadão Hygino Thomaz, empregado da empresa telephonica, Coronel Azarias Ferreira Leite, cidadão José Abraços, tambem envolvido no assalto, o Escrivão da Policia Mesquita de Tal.

Calculou o prejuízo em 30 contos de réis, comprehendendo o estrago do material, lucros cessantes, perdas e danos, visto como ser sua typographia fornecedora da estrada de ferro Noroeste do Brazil, da Camara Municipal e das principaes casas commerciais desta cidade, acrescentando ainda estar em execução grande quantidade de impressos e obras. O delegado ouviu muitos dos citados. Um dos primeiros foi Almerindo Cardarelli, que depôs no dia 4 de março.

Cardarelli tinha 26 anos, era casado, natural da Itália, negociante e jornalista.

Disse que naquela noite estava em seu estabelecimento comercial, na rua da Estação, quando por alii passou um grupo de umas cento e cincoenta pessoas, às 10 horas, dando vivas a Ruy Barboza; que, como medida de prudencia, fechou o seu estabelecimento e deixou-se ficar em casa; que o grupo referido tomou a direcção do Largo da Matriz para os lados da typographia da “Cidade de Baurú”; que antes da meia noite ouviu o declarante mais de duzentos tiros, disparados dos lados do Largo da Matriz; que não pode distinguir ninguem do grupo que passou em sua casa porque além de ser noite escura, não havia iluminação na cidade; que attribui o empastellamento d’“A Cidade de Baurú” a inimigos do Dr. Nelson Gustavo acompanhados de desordeiros, que não faltam nesta cidade; que não póde especificar quais os inimigos, se políticos ou pessoas; que a policia desta cidade conforme ouviu dizer, geralmente quiz obstar o empastellamento do jornal, porem nada podia conseguir diante do crescido numero de individuos que passaram em frente da cadêa e que levaram a effeito o attentado; que só veio a saber do empastellamento no dia dois do corrente [...].

Os depoimentos se sucederam. José de Arimatheia Machado, 27 anos, solteiro, *professor publico*, natural do Rio Grande do Sul, negou que tivesse tomado parte no empastelamento, dizendo que só soube do fato no dia seguinte. Domiciano Silva, 40 anos, casado, comerciante, disse o mesmo, assim como Agido Bossini, 25 anos, casado, barbeiro, natural da Itália; Enea Montagna, 26 anos, casado, carpinteiro, também italiano; e José Alexandre Abraços Martinho, 23 anos, solteiro, tipógrafo, natural de Portugal.

Manoel Cavada, 32 anos, casado, artista, natural da Espanha, também negou participação porque *naquella noite estava em sua casa, às sete horas e mesmo por ser um homem doente e precisar recolher-se cedo.*

O delegado Carlos Marques da Silva, natural do Estado do Rio de Janeiro, casado, 40 anos, foi ouvido e disse sobre aquela noite que *tendo corrido boato de que a cadêa seria atacada, afim de attentar contra a vida de trinta e tantas pessoas, que estavam detidas, não só como medida de ordem, como tambem de segurança de suas proprias vidas; que, assim sendo, e dispondo de um pequeno destacamento deu ordem expressa ao commandante para que não arredasse pé*

da cadêa, sem sua ordem e sob qualquer pretexto. Disse ainda que estava em sua casa, naquela noite, quando apareceu um praça, a mando do cabo, dando-lhe a notícia do empastelamento. Marques foi verificar e viu, de fato, os estragos causados. Percebeu *que a situação da cidade era bastante anormal, os animos exaltados, devido aos acontecimentos occorridos na segunda secção eleitoral, onde havia sido ferido gravemente José Lopes de Souza, homem conceituado e bastante estimado nesta cidade.* Disse ainda que o proprietário do jornal empastelado *tem nesta cidade muitos inimigos, não só politicos como outros e porrem especialmente na classe pobre devido a sua pressão com o fabricante e é este o motivo pelo qual não pode dizer que tenha sido esta ou aquella facção politica que dannificou a typographia, antes parecendo ter sido a população em peso.* Muitos outros foram ouvidos, e todos negaram participação.

No dia 3 de março, começaram a ser ouvidas as testemunhas. A primeira foi Tancredo Tasso, 27 anos, solteiro, funcionário de uma farmácia, natural de Queluz. Contou que, naquela noite, passeava na rua Antônio Alves quando viu *um grupo de trezentas pessoas mais ou menos ir em direção à tipografia.* Ao

passar em frente à cadeia, disse Tasso, saiu ao encontro do grupo o comandante do destacamento, perguntando *o que pretendiam fazer*. Três indivíduos que estavam à frente do ajuntamento teriam respondido: – *Nós estamos dispostos!*. E avançaram para a tipografia. Tasso afirmou que não reconheceu *no grupo referido pessoa alguma desta cidade*, nem algum conhecido seu, nem soldados, nem o delegado. Segundo ele, eram *na sua generalidade individuos de chapéu de abas largas, de cinturão, muito parecidos com trabalhadores de estrada de ferro*.

Higino Thomaz, 27 anos, solteiro, operário, natural da Áustria, segunda testemunha, disse que *ouviu barulho na casa fronteira a que reside e onde estava installada a typographia da “Cidade de Baurú”; sahindo a janella viu um grupo de cincoenta pessoas mais ou menos, fóra as que já se achavam dentro da typographia; que a assaltaram danificando-a consideravelmente; que retirou-se logo depois da janella devido aos tiros que o grupo disparou, não podendo distinguir pessoa alguma sua conhecida no grupo assaltante; que não viu tambem no grupo, soldados do destacamento local e nem o Delegado desta localidade*.

A terceira testemunha foi o cabo do destacamento local, João Leite de Moura, 24 anos, casado, natural de Taubaté. Confirmou o que disse Tancredo Tasso, que realmente se dirigira ao grupo perguntando o que pretendiam fazer, ao que responderam que estavam dispostos a tudo. E acrescentou que, logo depois da passagem da multidão, passou também em frente à cadeia, na mesma direção, Arimatheia Machado.

João Leite afirmou que não reconheceu ninguém no grupo, *parecendo pessoas extranhas*, e que, ao ver que o bando era numeroso, decidiu entrar no quartel, dizendo *aos seus subordinados que sendo apenas nove homens contra tresentas pessoas nada podiam evitar, mormente não tendo ordem do Delegado em exercicio*.

Disse que algumas pessoas atribuíam o empastelamento aos trabalhadores da Noroeste e finalizou afirmando que *na noite do assalto todos os soldados tiveram ordem de permanecerem no quartel, mesmo porque fallavasse na cidade que a cadêa seria assaltada, sendo que o primeiro assalto refere-se ao da typographia*.

Domingos dos Santos, 21 anos, solteiro, natural de Pederneiras, estava por

ali auxiliando no policiamento da cadeia quando viu um ajuntamento de aproximadamente cinquenta pessoas. Acrescentou que, depois de atacar a tipografia, o mesmo grupo voltou para o Largo da Igreja onde dispararam tiros; que logo depois apareceu na cadeia Arimatheia Machado dizendo á policia que não interviesse porque era um grupo de quatrocentas pessoas; que disse o Cabo aos soldados que se recolhessem porque não tinha ordem do Delegado para resistir; que ao passar o grupo pela cadeia em direcção a typographia que fica distante da cadeia uns quinze metros, passou calado não sendo possível [...] distinguir no meio delle pessoas suas conhecidas, nem ao menos pela voz.

Azarias Ferreira Leite, 44 anos, lavrador, também natural de Minas Gerais, afirmou que o grupo que levou a effeito a dannificação pertence a facção civilista e compunha-se de umas vinte e cinco ou trinta pessoas, grupo que o depoente viu dar tiros no Largo da Matriz e viu passar em direcção ao Largo vindo da typographia, sendo que o depoente se achava em casa do Dr. Bicalho e da fresta da janella observou o empastellamento da referida typographia; que soube de Hygino Tomas, empregado da agencia de telefone, que estiveram no assalto ao referido

jornal – Carlos Marques e soldados da policia, sendo que lhe contou o próprio Hygino que Carlos Marques queimou papeis na rua, em frente á typographia; que ouviu Joaquim Rodrigues Alves dizer que levaram uma lata de kerosene afim de incendiarem o predio, o que não levaram a effeito porque souberam que a casa era de propriedade de seus amigos. E os depoimentos prosseguiram, cada um tentando, aparentemente, implicar seus desafetos, colocando-os na cena do crime.

Outras testemunhas deram menos detalhes. O negociante italiano João Bucceroni, casado, 38 anos, disse que, estando em sua casa, ouviu um grande tiroteio; que parecia ter sido no Largo da Matriz. Gerson França, 34 anos, comerciante, natural de Minas Gerais, ouviu que um grupo bastante grande de pessoas, assim afirmando pelo barulho das vozes, dava vivas ao Ruy Barboza e disparavam armas de fogo.

O relatório do delegado Joaquim Teixeira de Carvalho mencionou um grupo de cinquenta pessoas, aproximadamente, pertencentes ao partido civilista local, que percorreram as ruas da cidade dando vivas a Rui Barbosa e, em seguida, assaltando e danificando a tipografia do jornal. No relatório foram

identificados Theodomiro Antônio de Avellar, Manoel Deodato, José Alexandre Abraços Martinho e Francisco Saraiva, tendo como cabeça o professor José de Arimathea Machado. O professor foi apontado como o dirigente do assalto, pois, *mesmo depois do empastelamento, veio á cadeia pedir aos soldados, unicas testemunhas que assistiram o facto, que affirmassem ser composto o grupo assaltante de quatrocentas pessoas, parecendo assim querer encobrir o delicto.* Ainda segundo o relatório, a polícia não empregou meios para evitar o assalto e danificação á typographia referida, porque, correndo boatos de ataques á cadeia, pelo facto de estarem presas algumas pessoas do partido hermista, o delegado em exercicio, Carlos Marques da Silva, conforme diz em suas declarações, *déra ordem expressa ao Commandante e praças de não se afastarem da cadeia sem o seu consentimento.*

Finalizando, o delegado escreveu que o grupo assaltante, após o empastellamento, da typographia referida, dirigiu-se ao Largo da Matriz, donde grande quantidade de tiros foram ouvidos, deixando assim a população desta cidade aterrorizada.²¹



Mário Cândido da Silva e João Pires de Camargo, praças do destacamento de Bauru, faziam a patrulha pela rua Batista de Carvalho, **altas horas de uma noite de abril de 1910.** Vendo um grupo de indivíduos parados, o praça Mário intimou-os a dissolverem a aglomeração, mas eles permaneceram como estavam. Os soldados se aproximaram *para tornar efetiva a intimação*, quando alguns homens do grupo, armados de faca, passaram a agredi-los, fazendo com que se afastassem. Foi neste momento que ouviram um tiro. No mesmo instante, Mário carregou sua carabina e disparou contra os agressores, que fugiram. Os soldados não puderam segui-los, pois Mário estava ferido no ventre, *cujas dores lhe embargavam o andar.* Outros praças correram em seu auxílio e prenderam dois do grupo. Alfredo Barbosa, um dos acusados, foi preso portando um revólver com quatro cápsulas no pente e um punhal.²²

21 NUPHIS. Caixa 842.

22 NUPHIS. Caixa 842.



O Hotel Coimbra abrigava alguns trabalhadores da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. **Na manhã do dia 7 de abril de 1911**, estavam de pouso ali José Simão, 30 anos, solteiro, analfabeto; Felisberto de Macedo, um português de 37 anos, casado; Henrique Alves, 23 anos, solteiro; além de Raimundo Alves e Alfredo de Almeida, dois solteiros de aproximadamente 20 anos aos quais todos se referiam como bons amigos, que até moravam na mesma casa.

Raimundo e Alfredo estavam no mesmo quarto do hotel. Alfredo havia chegado a Bauru havia poucos dias, submetido a um tratamento de saúde, pois sofria de impaludismo, problema comum a muitos trabalhadores da ferrovia.

Estavam de bom humor, como sempre, afirmaram duas testemunhas, quando Raimundo passou a mão num revólver Browning que se achava na cabeceira da cama de Alfredo e, fazendo um rápido movimento com a arma, provavelmente numa brincadeira, disparou-a imprudentemente, atingindo o amigo. Ao ouvir o estampido, José, Felisberto

e Henrique, que dormiam em quartos contíguos, correram ao quarto dos dois jovens e se depararam com Alfredo caído, ainda com vida.

Alfredo faleceu no dia seguinte, às dez horas da manhã. Raimundo foi preso, incurso no artigo 297 do Código Penal, pagou fiança de 200 mil-réis e foi solto em 18 de junho daquele mesmo ano.²³



No dia 3 de novembro de 1911, o trem da Noroeste deixou em Bauru, entre outros passageiros, vindo da estação de Albuquerque Lins, um *indivíduo de cor parda, estatura regular, apresentando quarenta e trez annos de idade, cabellos grisalhos, apresentando uma deformidade na base do nariz*. O indivíduo dirigiu-se à cadeia pública e mostrou ao delegado um *ferimento inciso de quinze centímetros de extensão da região perineal á região glutea produzido por instrumento cortante*. Acusou seu colega de trabalho Jacintho Motta de ter sido o autor da agressão que provocara tal ferimento.

O indivíduo ferido era o português Manoel Cortezia, lavrador, casado, alfabetizado, morador do município de

23 NUPHIS. Caixa 731.

Bauru e trabalhador da Serraria Saúde, propriedade de Juvêncio Silva & Cia., localizada nas proximidades da atual cidade de Lins. Em seu depoimento, disse que no dia anterior estava com diversos companheiros trabalhando na serraria, quando, por volta de uma hora da tarde, ao abaixar-se para mover uma tora de madeira, *notou aproximar-se de suas costas um vulto, que o declarante ao levantar-se sentiu-se subjugado por esse vulto e sentiu-se também ferido na nádega direita, e ao voltar-se para traz viu que era seu companheiro de trabalho, Jacintho Motta, que lhe fazia aquilo, que o declarante notou que o instrumento com que Jacintho lhe ferira era uma navalha, e que Jacintho tentava ferir-lhe mais, quando o declarante foi socorrido pelos outros companheiros, que então efetuaram a prisão de Jacintho.*

Cortezia não soube dizer ao delegado o motivo da agressão, pois *que não existia rixa nenhuma entre si e seu agressor.* No dia seguinte, 4 de novembro, foi a vez de Jacintho Motta dar sua versão. Declarou ser natural de Portugal, 28 anos de idade, casado, maquinista, alfabetizado e morador em Bauru havia três anos, mais ou menos. Sua história era outra. Disse que, por volta

das duas da tarde do dia 2, na citada serraria, perguntou a Manoel Cortezia o motivo pelo qual *andava fazendo intriga de seu nome.* Como resposta, Cortezia levantou um pau e tentou acertar sua cabeça, mas ele se desviou e acabou sendo atingido na perna direita. Querendo retirar-se do local, Motta tropeçou em umas toras de madeira e caiu. Consta no relato que Cortezia, neste instante, *tomando de outro pau avançou para o declarante pretendendo agarrá-lo, que na ocasião em que Cortezia se debruçava sobre o declarante este ao tatear o chão encontrou um metro e uma navalha que servia para picar fumo que vendo que Cortezia não queria largá-lo o declarante servindo-se da navalha deu-lhe um golpe na nádega.*

Cortezia recuou, mas Motta seguiu-o, *não com o intuito de offende-lo mais receioso de que Cortezia sacasse de alguma arma e o atirasse [...] até que apareceu o administrador da serraria a quem o declarante se entregou.*

No dia 8 de novembro, o delegado ouviu algumas testemunhas. Domingos de Matos Guedes, natural do Rio de Janeiro, 33 anos, lavrador, disse que estava em sua casa, nas imediações da serraria, da qual era gerente, quan-

do ouviu um grito. Foi à porta e viu Jacintho Motta, com uma navalha na mão, correndo atrás de Manoel Cortezia. O depoente disse que saiu ao encalço de Motta, parou-o e perguntou-lhe o motivo daquilo, tendo como resposta que *aquelle homem lhe caluniava muito*.

Guedes acompanhou Motta até a casa deste e recolheu a navalha, que foi apresentada posteriormente ao delegado.

Outra testemunha, Celestino Prado, 39 anos, casado, alfabetizado, disse que estava na serraria em companhia de Manoel Cortezia, que este, achando-se a alguma distância, fazia gestos para Jacintho Motta e que além dos gestos [...] *estava bulindo com Jacintho*. Disse ainda que, pouco depois Cortezia retirando-se, *Jacintho veio onde estava o depoente e perguntou-lhe o que estava dizendo Cortezia [...]; que o depoente expiando por uma flestra do soalho viu quando os dous lutavam sendo que conseguiu ver que Jacintho dava uma navalhada pois viu uma das mãos de Jacintho correr no ar empunhando uma navalha*.

Prado disse ao delegado reconhecer em

Cortezia um homem provocador e rixento, e que por diversas vezes havia provocado a Jacintho.

Mais testemunhas foram ouvidas e o caso foi a julgamento.

No dia 22 de outubro de 1912, o júri entendeu que Jacintho tinha ferido com uma navalha Manoel Cortezia, mas que havia circunstâncias atenuantes a favor do réu, como a *do artigo 42 paragrapho nono, ter o delinquente exemplar comportamento anterior*. Além disso, o júri considerou que o réu *se achava em estado de completa privação de sentido e de intelligencia no acto de cometer o crime*.

Jacintho Motta foi absolvido.²⁴

¶

Pedro Rodrigues Tucunduva residia na Fazenda Val de Palmas, onde mantinha camaradas num serviço de empreita de derrubada de matas. **Em julho de 1912**, Pedro Caetano passou a fazer parte do grupo de trabalhadores de Tucunduva. Após uma semana, o novo contratado foi encarregado de

24 NUPHIS. Caixa 734. Nota do autor: Jacintho Motta teve uma longa existência. Trabalhou na Noroeste e manteve, nos fundos de sua casa, uma fabriqueta em que preparava e embalava palhas de cigarro, que distribuía nos bares da cidade. Além disso, tinha um carrinho de algodão-doce, utilizado por um seu filho adotivo, de nome Benedito, e por um jovem sobrinho chamado José Fernandes – pai deste autor. Motta amealhou certa fortuna, o que incluía vários imóveis no centro da cidade, na quadra 6 da atual rua Azarias Leite e na rua Cussy Júnior. Parte da fortuna gastou tentando construir, com um amigo, o moto-contínuo. José Fernandes lembra-se dos desenhos e das peças que seu tio chegou a fabricar para a máquina. Jacintho Motta foi padrinho de batismo deste autor. Morreu em 1968.

ir ao centro de Bauru a fim de conseguir mais empregados para o serviço. Pedro Caetano, mais conhecido como Pedrinho Cambuquira, era *um caboclo alto, moreno, espigado, cabelos pretos lisos, bigodes pretos, regularmente abundantes e grossos e traja-se regularmente bem*, na descrição que Tucunduva daria ao delegado de polícia dias depois.

No dia 26 de julho daquele ano, uma sexta-feira, Pedrinho Cambuquira saiu de Val de Palmas rumo ao centro da cidade. No sábado, Tucunduva foi ao seu encontro, permanecendo no local até domingo, ocasião em que contratou um trabalhador de nome Joaquim Eusébio, mineiro, *pardo*, de 35 anos, conhecido como Bexiguinha. Na segunda-feira, dia 29, Tucunduva, Cambuquira, Bexiguinha e mais três trabalhadores embarcaram no trem da Noroeste em direção à Fazenda Val de Palmas.

Esperando-os na estação de Val de Palmas estava outro trabalhador, Joaquim da Silva Barros, um jovem de 21 anos que também residia na fazenda. Tucunduva mandou que Cambuquira e os outros acompanhassem Joaquim em direção ao rio Batalha, local do serviço, a cerca de três léguas dali.

Disse que permaneceria um tempo na estação e os seguiria depois.

Assim foi feito. Num determinado ponto da estrada, Bexiguinha desistiu da empreitada e decidiu voltar. Cambuquira se opôs e, vendo que o rapaz insistia em seu intento, sacou de um revólver Browning e disparou três tiros contra ele, dos quais um o atingiu na perna direita e outro no ventre, na altura da cintura. Os demais trabalhadores, assustados, aproximaram-se de Bexiguinha caído no chão para ampará-lo, mas Cambuquira os impediu, dizendo: – *Larguem, eu estou acostumado a matar e deixar para os corvos comerem!*. E sumiu de cena.

Nesse meio tempo, Tucunduva vinha pela estrada para se unir ao grupo. Joaquim e outro trabalhador foram ao seu encontro para relatar o ocorrido, e, quando encontrou Bexiguinha caído e ferido, Tucunduva ouviu de sua própria boca que fora Cambuquira o autor dos disparos. Bexiguinha disse ainda que brincava quando afirmou que desistira do serviço e voltaria para Bauru. Os companheiros transportaram o ferido para o rancho de Pedro Carne Seca, às margens do rio Batalha, onde o rapaz faleceu na manhã do dia seguinte. Seu corpo foi removido para a

cadeia de Bauru, e o médico Luiz Vicente Figueira de Mello e o farmacêutico Manoel Antônio Gandra procederam ao auto de exame cadavérico.

Pedrinho Cambuquira ficou meses fora do ar, mas naquele ano ainda daria trabalho à polícia.

No dia 21 de novembro, reapareceu em Bauru. O delegado Virgílio do Nascimento soube de sua presença e que estava armado de pistola Mauser e revólver Browning e, ainda, que vinha acompanhado de dois indivíduos, também armados, que se diziam criminosos em Jaú.

O delegado solicitou ao promotor e ao juiz a prisão preventiva do foragido, no que foi atendido. Partiu com uma escolta para capturá-lo, mas, ao se aproximarem da casa onde Cambuquira estava refugiado, foram recebidos a tiros. Os criminosos fugiram.

Cambuquira era destemido, pois, dias depois, andava novamente pelas ruas de Bauru. Foi quando um desencontro de informações colocou mais uma morte na sua conta.

No dia 4 de dezembro, por volta das 13h, Vicente Martins Franco, um empregado público de 22 anos, nascido em São Paulo, viu um sujeito embriagado

proferindo palavras obscenas e fazendo menção de se despir em plena rua. Tentou expulsá-lo dali, mas o bêbado não só resistiu como invadiu sua casa, nas redondezas do Hotel do Comércio, na rua Sorocabana²⁵, nº 1. Vicente foi a um armazém próximo, de propriedade de Basílio Martins, e de lá telefonou à polícia, pedindo providências.

O delegado Virgílio do Nascimento mandou dois soldados, Tibúrcio José Vieira e Benedito Pinto de Moraes Filho, conduzirem o inoportuno à delegacia. Quinze minutos depois da partida dos praças, soube que Cambuquira estava na cidade, nas proximidades da estação da Noroeste. Enquanto arrumava às pressas uma escolta para capturar o bandido, recebeu um telefonema avisando que ele atirara em dois soldados na rua Batista de Carvalho e fugira. Eram os praças que tinham ido em busca do bêbado.

Pouco antes, Cambuquira havia entrado no Hotel Botelho. Mais tarde, ele seria descrito como *um individuo moreno, magro, de boa estatura, olhos pretos, de bigodes raspados* que na ocasião estava *todo vestido de branco, com um chapéu de palha branca e com um guarda-chuva ordinário*. O dono do

25 Atual rua Pedro de Toledo.

hotel, Joaquim Ferreira Botelho, um português de 27 anos, estava dormindo quando foi alertado por seu empregado, *Ângelo* Benvenuti, da presença de Cambuquira. Botelho, por sua vez, avisou José Bento Ramos, que estava naquele momento no hotel, e sugeriu que ficasse quieto, pois vinha ali um criminoso. Cambuquira pediu 200 réis de pinga e saiu em direção à rua Batista de Carvalho.

Joaquim Botelho dirigiu-se rapidamente ao Hotel Batista, próximo dali, para telefonar para a polícia. Regressava pela rua Batista quando deparou-se com o criminoso. Receoso do mal que poderia lhe ocorrer, entrou num armazém, prédio nº 6. Viu com surpresa que dois soldados armados de sabre vinham pela rua, afinal fazia pouco tempo que comunicara o fato à polícia. Não sabia ele, naquele momento, que os soldados estavam atrás do bêbado que falava palavrões, e não de Cambuquira.

O delegado anotaria em seu relatório, posteriormente, que os praças equivocaram-se quanto ao nome do hotel, trocando Hotel do Comércio por Hotel Botelho. Quando viram Joaquim Botelho, travaram com ele um diálogo surreal:

– *Onde está o homem?*, perguntou o praça Tibúrcio, referindo-se ao bêbado. Confuso, talvez inseguro, afinal ligara havia minutos para a polícia, Botelho respondeu, apontando o Hotel São Paulo, mais adiante, na rua Batista: – *O homem está ali, vestido de branco e com o bigode raspado.*

Chegando ao Hotel São Paulo, Tibúrcio viu, na sala da frente do estabelecimento, duas pessoas, uma delas deitada numa cama. Era o proprietário, Virgílio Pereira do Nascimento, que se recuperava de uma doença. Ao seu lado estava Aprígio Antônio, um jovem de 22 anos.

Tibúrcio fez novamente a fatídica pergunta: *Onde está o homem?* Nisso, o praça olhou para o interior do hotel e viu Pedrinho Cambuquira que, sacando a pistola Mauser, alertou os soldados:

– *Sou eu mesmo que vocês estão procurando, e não cheguem porque eu não me entrego!*

– *Pode atirar!*, disse Tibúrcio, avançando sobre o criminoso, que disparou três tiros à queima-roupa.

Com Tibúrcio caído, Cambuquira voltou-se para o praça Benedito, fez outros dois disparos e deu ainda mais um tiro a esmo, fugindo em seguida e

deixando seu chapéu e guarda-chuva no local.

Os tiros foram ouvidos por várias pessoas, entre elas Brasil Cariani, um comerciante de 24 anos, que estava em sua casa, na avenida Alfredo Maia, esquina com a rua Noroeste. Cariani foi à janela, na parte da casa fronteira à estação, e viu pessoas na rua apontando para um indivíduo vestido de branco, sem chapéu, fugindo por um morro e embrenhando-se num capão de mato.

Na fuga, *parecia que ia tirando balas do bolso e novamente carregando a arma que levava na mão*, segundo uma testemunha. O bandido saltou o muro que limitava os terrenos da Estrada de Ferro Noroeste, atravessou a linha por entre os vagões de carga e sumiu no matagal.

O praça Tibúrcio faleceu minutos depois e Benedito ficou gravemente ferido.

No dia 13 de dezembro, o delegado Virgílio teve conhecimento de que Pedrinho Cambuquira estava numa estrada entre Pederneiras e Jaú. Telegrafou ao delegado desta última cidade solicitando a captura do criminoso. Na tarde daquele dia, o bandido ainda

fez outra vítima. Matou um dos soldados que estavam em seu encalço, até ser morto pelos demais. Foi seu último crime.²⁶



Antenor Vasconcellos Barros, natural de Jundiaí, agrimensor, solteiro, com 27 anos de idade, residia em Araçatuba quando um camarada seu foi assassinado. José Antônio Pereira, o assassino, tinha um armazém naquela cidade e era amigo de Barros, mas, depois do crime, distanciaram-se. Barros, além disso, ouvira boatos de que Pereira também queria matá-lo e, por isso, deixou Araçatuba, mudando-se para Bauru e hospedando-se no Hotel Zuiani, na rua Batista de Carvalho, nº 13.

No entanto, Pereira costumava viajar a Bauru e já tinha sido visto bebendo no armazém anexo ao Hotel Zuiani.

Na manhã de 12 de novembro de 1912, Pereira esteve no local. Percebendo isso, e temendo uma agressão, Barros permaneceu mais tempo no quarto. Por fim, saiu e voltou perto das 17h30. Soube que Pereira estivera por diversas vezes no hotel e deduziu

26 NUPHIS. Caixa 218 10/130; caixa 220 14.

que estava tramando algo contra ele. À hora em que hóspedes jantavam, Pereira apareceu novamente e ficou conversando com Adolpho Romero Barbosa, negociante ambulante, 50 anos, residente em Santanna do Parnaíba, ali hospedado. Ao abraçá-lo, Barbosa notou que Pereira trazia uma arma à cintura. Sentaram-se lado a lado.

Entre os presentes, além de Barbosa, estavam Firmino Cardoso, 22 anos, natural da Bahia, Joaquim Victorino, 24 anos, residente em Três Lagoas, e outros.

Barros, notando o inimigo, foi para seu quarto, pegou sua arma e saiu à calçada, enquanto Pereira continuava na sala de jantar. Ao retornar, defrontaram-se. Sem proferir palavra, Barros sacou o revólver e rapidamente disparou, sem, contudo, acertar Pereira. Este, ato contínuo, também sacou e atirou. Começou uma troca de tiros, sem que ninguém fosse atingido. Na confusão, alguns hóspedes tentaram intervir, até que Pereira fugiu, seguindo em direção à estação da Noroeste. A polícia foi acionada, testemunhas foram ouvidas, mas o inquérito foi arquivado, pois três dias depois, às seis e

meia da manhã, José Antônio Pereira foi assassinado na estação de Val de Palmas.²⁷



O delegado Virgílio do Nascimento precisou de um intérprete para entender a história que lhe contou Pietro Medeotti, italiano de Trieste, 25 anos, pedreiro, casado, que ainda não falava a língua portuguesa. **Naquele 6 de dezembro de 1912**, quem traduziu o triste relato de Pietro foi Arthur Janetti.

Disse Pietro que, com intenção de ir à Fazenda Val de Palmas com dois amigos, procurou seu revólver, que estava guardado havia muito tempo. Vendo que se apresentava bastante enferrujado – e carregado –, resolveu limpá-lo.

Encontrava-se em sua casa, na rua Inconfidência, nº 30, **às 10h30 do dia 5 de dezembro**, conversando com os amigos que o acompanhavam, Giuseppe Mion, 24 anos, também italiano, e Carlos Seravalle, austríaco, pedreiro, 32 anos. Estava também na sala sua filha, Argentina, de 2 anos e meio de idade, que brincava, distraída. Na cozinha, Antonieta, mulher de Pietro, lavava pratos.

27 NUPHIS. Caixa 215 09; caixa 239 12.

Pietro descarregou a arma e deitou querosene na mola, experimentando-a. Fez isso por três vezes, puxando o gatilho do revólver sem que nada ocorresse. Na quarta vez, um tiro partiu da arma e atingiu a testa de Argentina, que faleceu uma hora e meia depois.²⁸



Francisco Fraga, espanhol de 32 anos, trabalhou por certo tempo como cozinheiro na *casa de negócios*²⁹ de Antônio Bertoni, na rua Primeiro de Agosto. **Em fevereiro de 1913**, tendo deixado o trabalho sete dias antes, foi à procura de Bertoni para cobrar o restante dos 40 mil-réis que o ex-patrão lhe devia, tendo pago apenas 10 mil-réis. Bertoni teria dito que pagaria quando bem entendesse, ao que Fraga retrucou dizendo que *essas não são coisas que se façam. Bertoni, à vista de testemunhas, entre elas o padre Vartolo* [Francisco Elias Vartolo], *pegou numa acha de lenha e vibrou três pancadas em seu ex-funcionário, que achou por bem recorrer à justiça.*³⁰



João Antônio de Oliveira, o tenente Oliveira, ou tenente Galinha, foi um oficial da Força Pública do Estado de São Paulo, célebre pela maneira pouco ortodoxa de combater a criminalidade no interior paulista no início do século XX. Dizia-se que decepava a orelha dos infratores para enviá-la à capital do Estado. Morreu assassinado em 1913³¹.

A fama do batalhão do Galinha fazia com que muitos homens declarassem pertencer a seu grupamento, a fim de granjear notoriedade e respeito.

Na manhã do dia 23 de fevereiro de 1913, Egydio Machado de Oliveira e José Cândido de Melo tinham saído por volta das seis da manhã do Hotel Boa Vista, na rua Bandeirantes, e estavam indo apresentar-se ao tenente Galinha na Força Pública. Encontravam-se próximos ao largo municipal³² quando foram alcançados por dois indivíduos que lhes perguntaram *se iam assentar praças com o Tenente Oliveira*, segundo depoimento que José Cândido deu à polícia horas depois. Res-

28 NUPHIS. Caixa 220 14.

29 Termo genérico para estabelecimento comercial, podendo tratar-se de um bar, loja, armazém.

30 NUPHIS. Caixa 833.

31 https://pt.wikipedia.org/wiki/Tenente_Galinha. Acesso: 27 abril 2018.

32 Atual praça Rui Barbosa.

ponderam afirmativamente. Ao ouvir a resposta, um dos indivíduos, de nome Sebastião, *mulato, baixo, corpo regular, pouco bigode, com uma cicatriz no rosto do lado direito*, teria dito:

– *Então antes de você ir, leva isto, porque não gosto do pessoal do tenente.*

Sebastião sacou de um revólver Browning e disparou contra a perna de Egydio, derrubando-o. Seu companheiro, puxando uma faca, também partiu para cima de Egydio, mas foi barrado por José Cândido. Neste momento, os agressores fugiram. José Cândido foi à delegacia e, com mais dois praças, partiu em perseguição aos agressores, mas apenas um deles foi preso.

Egydio era casado, tinha 30 anos, analfabeto, residia em Bauru e se declarou jornaleiro. Seu companheiro, José Cândido, também jornaleiro e analfabeto, era solteiro, natural de Belo Horizonte, Minas Gerais, e tinha 36 anos.

Uma das testemunhas disse ter visto passar Sebastião Silva, *mulatinho, com um dente de ouro na frente, 30 annos mais ou menos*, com um revólver. Perguntou-lhe o que estava havendo, e Sebastião respondeu que

tinha atirado contra Egydio de Oliveira com o seu Browning pelo facto deste chamal-o de ladrão.

Outra testemunha disse ter visto Sebastião fugindo e o *preto Egydio prostrado por terra*. Sebastião foi capturado e preso. Levado a julgamento no dia 19 de julho de 1913, apesar de todas as evidências, foi absolvido pelo júri e posto em liberdade.³³



Maria Rosa era uma *jornaleira*, segundo se identificou, solteira, com 28 anos, e morava na rua Inconfidência. **No dia 9 de março de 1913**, por volta das 22h, apareceu em sua casa, vindo de Botucatu, Galdino José de Souza, tendo antes lhe telegrafado. Quase no mesmo horário, chegou também João Cândido. Ambos desejavam pousar na casa de Maria e dispor de seus serviços sexuais, mas ela, para evitar brigas, pediu que os dois se retirassem, o que de fato ocorreu. Galdino foi pousar num hotel, e João foi para sua casa.

Às cinco horas da manhã seguinte, João Cândido retornou, entrou na casa de Maria Rosa e ficou proseando. Bateram à porta. João foi atender,

33 NUPHIS. Caixa 733.

era Galdino. Convidado a entrar, ele disse: – *Então você volta, a mulher não nos quis aceitar, você está mesmo me fazendo bique.* Sacou de uma garrucha e, disparando, acertou a cabeça de João, que, apesar de ferido, encontrou forças para fugir.³⁴



Camaradas trabalhavam no cafezal da Fazenda Corumbá, propriedade de José Pinto Ribeiro, em Bauru. Por volta das oito da manhã, um dos empregados, Antônio Arruda, 23 anos, natural de Piracicaba, pediu ao jovem João do Espírito Santo que fosse buscar um *ancorote com água*. Outro camarada, Arnaldo Pinto Ferreira, 20 anos, aproveitou e pediu a João que trouxesse seu *paletot* que estava junto à vasilha, mas alertou-o que tivesse cuidado, pois na algibeira do casaco havia uma garrucha.

Arruda e seus companheiros, entre eles Adão do Espírito Santo, pai de João, continuaram na lida do café.

O garoto, ao buscar a água a uma distância de aproximadamente 25 braças³⁵, pegou o paletó de Arnaldo e co-

meçou a manusear a garrucha. A arma disparou e o tiro entrou pelo seu olho direito, deixando-o prostrado no chão. **Era a manhã de 4 de abril de 1913.**

Ao ouvirem um estampido, os camaradas correram na direção do menino e o encontraram caído, com um tiro na cabeça, ainda vivo, mas desacordado. Por volta das onze horas daquela manhã, *o menino João do Espírito Santo, de 15 annos, côr preta, faleceu.*³⁶



Numa das colônias da Fazenda Val de Palmas morava o casal André Gonçalves, espanhol, 37 anos, e Micaela, espanhola, 34 anos. Morava também Nicolau, pai de Micaela, sendo que este fazia alguns serviços para o genro.

Nicolau tinha outros filhos além de Micaela, que viviam na fazenda do coronel Rodolfo Negreiros, todos colonos. **Passava das 18h do dia 13 de abril de 1913,** quando Nicolau e os filhos Guilherme, Lúcio, Ângelo e Jesus entraram na casa de André e agrediram a ele e sua esposa, armados alguns de cacete, outros de faca. Depois fugiram, uns permanecendo na própria Fazende-

34 NUPHIS. Caixa 841.

35 Uma braça equivale a 2,2 metros.

36 NUPHIS. Caixa 220 14.

da Val de Palmas, outros indo para a fazenda do coronel Negreiros.

O alvoroço que se seguiu foi grande. Colonos deram início a uma perseguição aos agressores – entre os que se aventuraram na busca estava José Pinto de Carvalho, lavrador de 37 anos. Conseguiram prender Guilherme e Lúcio e, como já era noite, mantiveram-nos sob vigia na fazenda até o amanhecer, para então levá-los à delegacia de Bauru. Foram acompanhados de uma testemunha, Mathias Souza, austríaco de 36 anos, lavrador, que confirmou o que disse José Pinto ao delegado Juvenal de Toledo Piza.

Lúcio, 23 anos, solteiro, jornalista, analfabeto, e Guilherme, 32 anos, casado, jornalista, ambos espanhóis, negaram participação no crime contra a irmã e o cunhado.

Na versão de André e Micaela, Nicolau queria morar com seus outros filhos na fazenda do coronel Negreiros. Naquela tarde, eles estiveram em sua casa para pedir o acerto de contas do pai a André. Este teria dito que mais tarde faria o acerto, quando, inesperadamente, começou a sofrer ataques por parte, inicialmente, de Guilherme, que teria arrastado o cunhado para fora de casa. Depois, todos os outros teriam toma-

do parte na agressão, inclusive contra Micaela, filha e irmã dos atacantes. Guilherme teria disparado um tiro de garrucha, sem atingir ninguém.

Lúcio, mais tarde, contou uma versão muito parecida com a de André e Micaela, talvez orientado pelo pai. Disse que Nicolau, tendo de receber uma certa quantia do genro, proveniente de serviços prestados, foi cobrá-lo, mas teve como resposta que *não lhe dava a conta porque não tinha de prompto o dinheiro; que isso foi o bastante para Nicolau, pai do declarante, com um cacete dar muitas cacetadas em André prostrando por terra todo ensanguentado*. Disse que ele e seus irmãos não tomaram parte na agressão.

No mesmo dia, 15 de abril de 1913, Guilherme contou a mesma história. A agressão teria partido de Nicolau, e nem ele nem seus irmãos teriam participado.

Apesar das negativas, Jesus, Guilherme, Lúcio e Nicolau foram presos.

O promotor Eduardo Vergueiro de Lorena, citando trechos dos depoimentos das testemunhas, elaborou um relatório no qual afirmava que as agressões sofridas por André só podiam ser imputadas a Nicolau, *unico que trasia uma arma capaz de as pro-*

duzir. Da intervenção dos demais, não adveio para a vítima nenhuma lesão. Seu parecer era de que os filhos deveriam ser impronunciados, e somente pronunciado Nicolau como incurso nas penas do art. 303 do Código Penal. No dia 26 de maio de 1913, o juiz Rodrigo Romeiro mandou expedir alvará de soltura a favor de Jesus, Guilherme e Lúcio. Dois dias depois, às nove da manhã, Nicolau faleceu na cadeia pública de Bauru.³⁷



Maria Antônia estava bastante embriagada **na noite de 16 de junho de 1913**. Deitou em sua cama, preparando-se para dormir, e teve a ideia – imprudente nas condições em que se achava – de destruir uma carta, queimando-a. Ao lado da cama havia um caixote e, sobre ele, um candeeiro que iluminava o quarto.

Maria Antônia, 21 anos, solteira, doméstica, analfabeta, residente na rua Inconfidência, pegou a carta e aproximou-a do fogo do candeeiro, mas, por um descuido,

permitiu que as chamas saltassem da carta e atingissem sua roupa. As chamas envolveram seu corpo, enquanto ela gritava desesperadamente.

O vizinho Daniel Dias de Moraes, 30 anos, foi um dos que ouviram os gritos e saiu para averiguar.

Os peritos Luiz Vicente Figueira de Mello, médico, e Manoel Antônio Gandia, farmacêutico, encontraram-na com *graves e extensas queimaduras do segundo e terceiro grão espalhadas pela face, pelo tronco, dorso, e braços, sendo que com maior predominância no ventre.*

Maria Antônia faleceu poucos dias depois.³⁸



Era o dia 19 de dezembro de 1913, quando Pedro Ezechias Martins, 30 anos de idade, fiscal da câmara municipal, foi à farmácia de João Baptista de Figueiredo, na rua Batista de Carvalho, por volta das 14h, verificar um vazamento. Águas sujas saíam por um buraco no encanamento e iam para a rua. Martins queria saber quem era o pro-

37 NUPHIS. Caixa 736.

38 NUPHIS. Caixa 220 14.

prietário do prédio para intimá-lo a reparar o vazamento. Na porta da farmácia, foi mal recebido por Figueiredo, que o chamou de bandido, dizendo ainda que Martins não mandava em nada. Em seguida, Figueiredo sacou de um revólver e disparou contra o fiscal, que teve tempo de se desviar. Vendo a ação do farmacêutico, sua companheira segurou-o e o levou para dentro, a fim de evitar uma tragédia. Esta era a versão do fiscal.

A versão de Figueiredo era outra. O fiscal, *grosseiro e arrogante por habito*, teria ido por duas vezes à sua farmácia e o intimado *em altas vozes de modo a chamar a atenção da vizinhança sobre as aguas de seu laboratorio* que corriam para a rua. Em sua defesa, Figueiredo afirmou, por intermédio de advogado, que a *Camara Municipal e a repartição e aguas, muito antes haviam permittido que as aguas se escoassem por aquella forma, visto que provisoria era a sua residencia na casa em que estava*. Como o fiscal continuou a insultá-lo, repeliu os insultos.

Martins teria se retirado e voltado, momentos depois, fazendo menção de sacar uma arma, prosseguindo com os insultos e convidando o farmacêutico a

sahir para fóra. Para amedrontar o fiscal, Figueiredo munuiu-se de um revólver que estava numa das gavetas da farmácia e disparou um tiro a esmo, para o lado, sem querer alvejar Martins.

João Batista de Figueiredo era, à época do fato, presidente da Comissão de Contribuintes Municipais e se opunha ao pagamento de uma parte de impostos reputada de excessiva. Para ele, não seria de estranhar que alguém da municipalidade fosse daquela forma demonstrar o descontentamento quanto à sua posição.³⁹



No dia 1º de março de 1914, uma denúncia chegou ao subdelegado de Jacutinga, Benedito Antônio de Camargo. Vinha de José Felipe Castelo, que acusava *segundo informações [...] de diverças pessoas que o snr. Vicente Ortiz tem um menino debaixo de seu dominio e que este é mal tratado pelos seus protectores que são o snr. Vicente Ortiz e sua esposa D.^a Izabel*, acentuando existirem provas do que dizia.

No dia seguinte, o subdelegado endereçou ofício ao curador-geral de órfãos de Bauru, reproduzindo a denúncia e

39 NUPHIS. Caixa 224.

explicando *que o menor, em questão é orphan de mãe e o pai está preso em Jahú* e que, por diversas vezes, haviam sido dadas queixas contra o casal. Abílio, o garoto, na verdade não era órfão.

O curador, Eduardo Vergueiro de Lorena, acionou o juiz, que, no dia 7 de março, expediu mandado intimando Vicente, Izabel e o menor.

O oficial de justiça Joaquim Fernandes da Cruz foi ao distrito de Jacutinga e fez seu serviço, no dia 12 de março. No mesmo dia, Vicente Ortiz compareceu em juízo e pediu prorrogação do prazo, uma vez que sua esposa achava-se enferma. O juiz Rodrigo Romeiro concedeu-lhe até o dia 19 para que se apresentasse.

Na data estabelecida, às 17h, na casa de Rodrigo Romeiro, presente também o curador-geral, ao menino foi dada a palavra. Abílio disse, então, que era filho de Joaquina e Manoel Bento; que sua mãe residia num lugar chamado Soturna, comarca de Jaú, e que seu pai estivera preso na cadeia daquela cidade, mas que agora estava junto de sua mãe. Para surpresa das autoridades, acrescentou Abílio *que não quer deixar a companhia de seus padrinhos com quem vive sendo por elles bem tratados;*

que brinca livremente com crianças da vizinhança, não frequentando escola.

Em seguida foi a vez de Vicente Ortiz dar sua versão. Disse que o menino, seu afilhado, veio ter com ele *a pedido do pai deste, quando preso em Jahú*. Disse também que tinha notícias de que Manoel Bento já se achava solto, *pelo que acredita, venha procurar o seu filho, conforme carta que, da cadeia a tempo lhe escrevera*. E que, nestas condições, *nem podia deixar de tratar convenientemente o seu afilhado que, pela confiança e amizade do seu pae, foi a elle entregue*. Disse ainda que seu afilhado devia ter de 5 para 6 anos de idade e que *apesar de doentio como se vê, está bem disposto*. Verificada a improcedência da denúncia, a curadoria informou que nenhuma providência precisaria ser requerida, visto que o menor estava sendo *tratado convenientemente pelo padrinho*, conforme escreveu Lorena em 6 de abril.

Dois dias depois, o juiz Romeiro mandou arquivar o processo.⁴⁰



No dia 21 de agosto de 1914, Romão Garico, um negociante espanhol de

40 NUPHIS. Caixa 160.

29 anos, caminhava pela rua Ezequiel Ramos, por volta das 20h30. Passando pela casa de Ildefonsina Fernandes, viu-a brigando com Pascoal de Oliveira, que estava de revólver em punho. O espanhol resolveu intervir, tentando tirar a arma de Pascoal, mas este disparou e acertou a barriga de Romão.

Pascoal de Oliveira, sapateiro, 19 anos, solteiro, natural de Jaú, deu outra versão. Disse que estava em casa de Ildefonsina em companhia de *Vitorio de Tal* quando ali apareceu *Romão de Tal*, que de surpresa agarrou o declarante, procurando lhe tomar o revólver, que nessa ocasião havendo lucta entre ambos aconteceu disparar um tiro que acertou em Romão.

Romão deu queixa à polícia, prestou declarações, mas dias depois morreu, *pelo facto de não ter o mesmo observado o regimen medico-legal prescripto*, segundo registrou o promotor Antônio de Moraes Barros.⁴¹



No dia 24 de fevereiro de 1906, Manoel Antônio Rodrigues, agrimensor de 38

anos, natural do Estado do Rio de Janeiro, casou-se com Hermínia Duarte, paulista de 19 anos.

Em fevereiro de 1915, Manoel pediu divórcio, fundamentado no artigo 82, parágrafo 1º do decreto 181 de 24 de janeiro de 1890. O casal não teve filhos nem tinha bens a partilhar.

Em seu pedido, Manoel alegou que Hermínia saíra de casa, indo para a de parentes, residentes fora da cidade, e, em seguida, teria ido morar em Pederneiras, *onde levou vida deshonesta – prostituindo-se*.

Depois disso, Hermínia teria se hospedado no bordel de Josefina Nunes, na rua Primeiro de Agosto, onde teria trabalhado como prostituta por alguns dias. Dali, teria ido para o bordel de Cesária Maria do Rosário, na avenida Alfredo Maia⁴², até, finalmente, estabelecer-se com casa própria na vida de meretriz.

À revelia de Hermínia, em uma audiência ocorrida no dia 22 de março de 1915, foram ouvidas algumas testemunhas. Francisca Perroca, uma italiana de 30 anos, casada, analfabeta, disse que conhecia Hermínia por ter esta, junto com Manoel, sido sua inquilina numa

41 NUPHIS. Caixa 739.

42 Atual avenida Rodrigues Alves.

casa vizinha à sua. Disse que sabia das andanças dela por Pederneiras, pelos bordéis de Josefina e de Cesária Maria, e que ela residia *agora com o senhor Barbosa, escrivão da Collectoria Estadual*. Disse também saber do amante que Hermínia teve durante o tempo em que era casada, *e isso porque o ouviu, por mais de uma vez, á própria Dona Herminia, que affirmava querer muito bem ao dito seu amante*.

Quanto a Manoel, Francisca disse que o conhecia igualmente, *fazendo delle o melhor juizo e achando-o um homem de costumes morigerados*, carinhoso, e que tratava a esposa com afeto.

A segunda testemunha foi Cesária Maria do Rosário, 44 anos, casada, analfabeta, hoteleira, natural da cidade de Queluz, cidade paulista na divisa com o Rio de Janeiro, segundo declarou no processo. Disse que mantinha uma pensão de mulheres na avenida Alfredo Maia e conhecia Hermínia havia cerca de nove anos, sabendo, *por ouvir dizer, que esta não se comportava bem ao tempo em que vivia com o senhor Manoel*. Segundo Cesária, a própria Hermínia, depois da separação, contou-lhe que tivera amantes no tempo de casada. Soube também que levava vida desonesta em Pederneiras, *e isso por-*

que, quando de lá veio para esta cidade, o fez em companhia de uma tal Alzira, actualmente inquilina da depoente, havendo ambas indo procurar commodos na pensão della depoente, no que não as poudo satisfazer por estar a casa cheia. Hermínia foi então, segundo a testemunha, morar no bordel de Josefina, de lá mudando-se para o de Cesária, onde ficou por oito dias, *fazendo a vida como as outras inquilinas*. Dali, Hermínia mudou-se, alugando uma casa na mesma avenida Alfredo Maia.

Cesária afirmou que conheceu Manoel pela mesma época, havia cerca de nove anos, *que sempre foi bom para a esposa e de comportamento irreprehensivel*, não constando a ela, depoente, que ele tivesse frequentado *casa de mulheres*, e que em sua casa ele nunca estivera. Perguntada pelo juiz, Cesária disse ter ouvido da própria Hermínia que Manoel *sempre proveu a casa dos meios de subsistencia para o casal, dando-lhe o conforto preciso para uma vida relativamente feliz*.

Os depoimentos prosseguiram no dia 25 de março. A terceira testemunha foi Berenice Alzira Pacheco, 22 anos, casada, natural de Piracicaba, empregada em serviços domésticos, sabendo ler e escrever, residente em Bauru.

Alzira conheceu Hermínia na Pensão Mineira, em Jaú. Moraram juntas em Pederneiras, onde *Dona Hermínia recebia gente, em sua casa, como mulher pública*. De lá, mudaram-se para Bauru, hospedando-se no bordel de Josefina e depois no de Cesária, levando, em ambas as casas, *o mesmo genero de vida que em Pederneiras*. Alzira confirmou ter ouvido a própria Hermínia falar sobre o amante que teve durante o tempo em que vivia com Manoel. Mas, diferentemente das demais testemunhas, disse que Hermínia *queixou-se por mais de uma vez, do modo de proceder para com ella, de seu marido*, sem, no entanto, precisar-lhe as queixas. Perguntada, disse ao juiz não saber da vida que levava o casal quando estavam em comunhão, porque não a conhecia nessa época.

A testemunha seguinte foi Josefina Nunes, 37 anos, natural de Minas Gerais, proprietária de pensão, analfabeta. A depoente precisou a data em que Hermínia entrou em seu estabelecimento, 18 de janeiro de 1915, vinda de Pederneiras, porque constava do livro de registro que mantinha em sua casa. De acordo com o livro, Hermínia se retirou do local no dia 21 do mesmo mês, indo para a casa de Cesária.

Na ocasião em que morou em sua pensão, diz Josefina, Hermínia *levou vida de mulher pública, tomando, por isso, as maiores precauções para evitar o encontro com o seu marido, de quem dizia ter medo*. Disse ter ouvido que Hermínia estaria residindo em Bauru, mas não soube informar sua ocupação.

No dia 7 de abril, houve mais uma sessão de depoimentos, novamente à revelia de Hermínia.

Amaro do Amaral era sargento da Força Pública do Estado, 31 anos, casado, natural de Campinas, residente em Bauru e alfabetizado. Disse que, havia dez meses, mais ou menos, fazia parte do destacamento policial da cidade e que conheceu Hermínia quando ela ainda residia com Manoel, numa casa da rua dos Bandeirantes, vizinha da casa de Francisca Perroca. Sabia, *por ouvir a diversas pessoas*, que Hermínia procedia mal, mantendo relações com amantes. Disse que ela, depois que saiu dessa casa, foi residir em Agudos, pois viu uma carta dela vinda daquela cidade e endereçada a uma pessoa de Bauru. Disse que soube que ela morou nos bordéis de Josefina e Cesária e, ainda, que conhecia Manoel, fazendo dele o melhor juízo. Segundo Amaro, ao que parecia ele a tratava com todo afeto.

Manoel Pereira dos Santos, praça da Força Pública, 30 anos, natural do Rio Grande do Sul, alfabetizado, disse ter ouvido de *Jovina, mulher de um tal Wenceslau, morador na rua das Flores*⁴³, que Hermínia, à época em que vivia com o marido, tinha como amante o anspeçada Joaquim Pinto. Disse ainda que o filho de Jovina foi empregado de Hermínia e que sua mãe o teria tirado do serviço *por não querer que fosse portador de recados dos referidos amantes*. O juiz Rodrigo Romeiro julgou procedente a ação de divórcio *por adultério da Ré*. Era o dia 13 de outubro de 1915. Hermínia não foi encontrada. Não se soube de seu paradeiro.⁴⁴



Francisco Morales Netto, espanhol de 43 anos, casado, jornalista, analfabeto, compareceu à delegacia de Bauru **no dia 28 de março de 1915**. Voluntariamente, foi confessar a autoria de uma agressão contra seu patrício Isidoro Parede Garcia, ocorrida poucas horas antes, na rua Noroeste. Eis sua história: estava na rua Batista de Carvalho, por volta das 14h, na casa

de seu conterrâneo Palma, estando presente *Isidoro de Tal* que, em dado momento, provocou-o, ameaçou-o e tentou agredi-lo com uma faca. Nada houve, pois ele se retirou. Mais tarde, foi à casa de *Manuel de Tal*, outro patrício, na rua Noroeste, a fim de visitar uma criança doente. Estava ali também Isidoro, que saiu logo depois. Francisco foi atrás deste, abordou-o e pediu-lhe explicações sobre a *questão entre ambos*. Armado de faca, Isidoro avançou contra Francisco, que, para se defender, sacou de um canivete de dez centímetros e deu um golpe na barriga de seu desafeto. Na briga, perdeu o canivete e recebeu um corte na mão esquerda.

E se apresentou à polícia.⁴⁵



João Batista Soares, rapaz solteiro de 24 anos, era funcionário público que trabalhava no serviço do cartório do júri. **Por volta do meio-dia de 25 de julho de 1915**, foi ao escritório de Eduardo Vergueiro de Lorena para tratar da conta dos autos de fiança requeridos por este advogado a favor de Maria de

43 Atual rua Saint Martin.

44 NUPHIS. Caixa 255 21.

45 NUPHIS. Caixa 730.

Moraes. Recebida a importância que faltava para o pagamento das custas, levou os referidos autos ao juiz de direito Rodrigo Romeiro, na casa deste. Na volta, quando passava pelo largo municipal, encontrou-se com seu conhecido Vicente Barbosa, 30 anos, também funcionário público, e seguiram juntos em direção ao cartório. Pouco depois, os dois foram alcançados por Américo Meira, jovem solteiro de 21 anos, que vinha dizer a João Batista que o advogado Lorena queria falar-lhe. João Batista e Barbosa dirigiram-se à casa do advogado. Barbosa ficou na esquina, onde também estavam Gustavo Maciel e Joaquim Cardoso Brochado Filho, enquanto João Batista entrou.

Lorena, ao vê-lo, perguntou por que ainda não fora expedido mandado de soltura a favor de sua cliente, Maria de Moraes. João Batista argumentou que o processo de fiança ainda não estava concluído, mesmo tendo ido duas vezes à casa do advogado na noite anterior a fim de receber o que faltava das custas do processo. Lorena, não satisfeito com a resposta, disse que João Batista era *um saffado*, aproximando-se dele *em attitude provocante*.

O rapaz não se intimidou e respondeu que saffado era Lorena. A discussão em

voz alta atraiu a atenção de Gustavo Maciel, que entrou e dirigiu-se a João Batista dizendo: – *Então assim é que se offende?*, esbofeteando-o no rosto. Surpreendido por este ataque, João Batista saiu da casa do advogado e foi à casa do médico José de Castro Goyanna tratar das lesões provocadas pela agressão. Foi também à delegacia e requereu ao delegado Juvenal de Toledo Piza a abertura de um inquérito contra Gustavo Maciel.

O auto de corpo de delito identificou as manchas de cor vermelha intensa em alguns pontos do rosto do franziño João Batista. Testemunhas foram ouvidas. Vicente Barbosa disse ter escutado *uma discussão em voz alta, não podendo entretanto distinguir as palavras*, pois não entrara na casa. Relatou ter visto as lesões no rosto de João Batista.

Américo Alves Meira, jovem de 21 anos, empregado do escritório de Lorena, *onde escreve a machina*, disse que de sua sala não pôde ver o que se passava entre o advogado e João Batista, que apenas ouviu uma discussão em voz alta.

Joaquim Cardoso Brochado Filho, 29 anos, também funcionário público, não ouviu discussão alguma *porque*

não se achava em casa do Doutor Lorena, mas sim na rua proximo a essa casa, lendo um jornal.

O advogado Eduardo Vergueiro de Lorena, 31 anos, viúvo, que poderia esclarecer tudo, disse que pela impertinência viu-se na necessidade de *reprehender asperamente o juramentado do Cartório do Jury desta Comarca, colocando-o para fora de sua casa. E que, na ocasião, teve oportunidade de verificar que aquelle moço, talvez devido ao acalorado da discussão tinha o rosto congestionado, apresentando ainda signaes de defruxo o que alias se explica pela queda da temperatura que se tem notado nestes ultimos dias; que ao abrir a porta para faser sahir ao queixoso, este esbarrou em uma de suas folhas ignorando o depoente se machucou-se ou não. Disse também que as declarações de João Batista causaram estranhesa ao depoente constituindo alias uma prova de que neste mundo se encontra com que satisfaser a todos os paladares.*

Lorena aproveitou para isentar de culpa Gustavo Maciel, com quem conversou *relativamente a uma transação alias hoje effetuada*, e seu empregado: *durante o incidente parece o depoente ter ouvido o barulho de sua machina de*

escrever sendo provavel que della se estivesse utilizando o secretario do depoente Americo Meira.

Gustavo Maciel não foi ouvido.

No dia 16 de agosto, o promotor Clóvis de Moraes Barros registrava: *Não existindo no presente inquérito provas sufficientes para que esta promotoria possa offerecer denuncia contra o acusado Cel. Gustavo Maciel, é a mesma de parecer que seja este archivado.*

No dia seguinte, o juiz mandou arquivar o inquérito.⁴⁶



Josefina Marques saiu às compras **na manhã de 5 de junho de 1916**. Casada, sem profissão, natural de Três Corações do Rio Verde, Minas Gerais, analfabeta, com 26 anos de idade, morava na rua Rio Branco, nº 9. Ao chegar à esquina do Bar Bauru, deparou-se com Carolina Lyra, meretriz, com a qual, segundo disse à polícia, não mantinha nenhuma relação.

Ao vê-la, Carolina, mais conhecida por Calú, a teria insultado, chamando-a de *vaca* e outros nomes de baixo calão. Josefina, estranhando, perguntou pela razão dos insultos, ao que Calú,

46 NUPHIS. Caixa 203 16.

inopinadamente, deu-lhe um soco nas costas. Josefina correu e se abrigou no Bar Catalana, mas sua agressora ficou à espera. Quando saiu do bar, Josefina foi novamente agredida, desta vez com uma *guarda-chuvada* na cabeça e no rosto. Carolina disse-lhe que fosse se queixar à polícia, e ainda atirou-lhe o guarda-chuva nas costas.

Josefina atribui a agressão ao fato de haver dado queixa contra Raimunda, irmã de Calú.

A versão de Calú, no entanto, era outra. Calú era natural do Piauí, tinha 25 anos, analfabeta, casada e também sem profissão, conforme declarou às autoridades.

Estava na porta de sua casa, em frente ao Bar Catalana, quando por ali passou Josefina, *com a qual não mantém relações desde que a mesma veio á policia fazer uma queixa da sua irmã Raymunda*. Josefina, com um guarda-chuva aberto, foi para o outro lado da rua e dali insultou-a, *chamando-lhe de nomes feios*. Calú atravessou a rua e deu-lhe alguns tapas. Como a outra segurava o guarda-chuva, tomou-lhe o objeto e com ele deu-lhe ainda algumas pancadas, pois que ela, Calú, *não sabe discutir*, como diria depois.

Bartolomeu Grotti, 25 anos, empregado do bar, ouviu na rua o barulho e as vozes alteradas. Saiu e viu as duas atracadas.

Artur Sales, 18 anos, deu outra versão: viu Josefina descer a rua da Liberdade enquanto Carolina subia a mesma via, até que se encontraram na esquina do bar. E brigaram. Viu Calú dar um soco na outra, que levantou o guarda-chuva para agredir a adversária. Calu, no entanto, tomou-o de suas mãos e passou com ele a agredir Josefina, ferindo-a no rosto e na cabeça.

A polícia indiciou Carolina Lyra na sanção penal do artigo 303 do Código Penal.⁴⁷



Victorino Eliziário das Neves não tinha ocupação fixa, segundo um de seus inimigos. Vivia prestando pequenos serviços, vendendo vestidos e levando recado às meretrizes de Bauru. No entanto, já tivera uma pensão e, em 1914, fez doação de uma casa – talvez esse mesmo estabelecimento – à *decaída* Geraldina de Moraes.

Era um rapaz solteiro, natural de Campinas, e se apresentava como comerciante. **No dia 18 de outubro de**

47 NUPHIS. Caixa 742.

1916, por volta das 19h30, foi à pensão de Josefina Nunes, na rua Primeiro de Agosto, levar um recado à *inquilina* Rosa Santos: *que fosse á costureira tratar de uns vestidos.*

Chegando ao local, perguntou por Rosa e recebeu a informação de que ela fora à estação. Victorino ficou por ali, ajudando uma das mulheres da casa a procurar um papagaio de estimação que se perdera. Nessa ocasião, apareceu Lucas do Nascimento, natural da Bahia, 29 anos, cozinheiro da pensão de Josefina. Lucas era desafeto de Victorino e, ao vê-lo, perguntou o que fazia ali. *Procurando um papagaio* foi a resposta. Lucas, então, saiu à procura da patroa. Pretendia pedir a conta, pois não tolerava Victorino, reponsável por sua saída de um emprego no bordel de Geraldina. Temia que o mesmo ocorresse por ali, *tudo por intrigas.*

Dias antes, Victorino já havia estado no local para dar um recado sobre a compra de um gramofone na Casa Veado a Francisca de Oliveira. Lucas, ao vê-lo, foi reclamar à patroa, Josefina, que teria dito que *desse nele quando ali entrasse e acrescentado: – Dê nele que eu tiro você da cadeia.* Teria 600 mil-réis para o caso de o cozinheiro ser processado.

Ao sair à procura de Josefina para reclamar da segunda visita de Victorino, Lucas disse: – *Saí do emprego por causa desta praga. Será possível que preciso sair daqui também?*

Victorino ouviu e perguntou em seguida: – *O que você está falando?*

– *Já falei!*, disse Lucas.

Victorino foi pra cima de Lucas, que fugiu e se escondeu *numa privada.* Victorino encontrou-o, aproximou-se, mas Lucas agrediu-o com um *cacete*, provocando-lhe ferimentos no rosto, no queixo, no olho direito, na mão direita e na garganta. Após a agressão, Lucas fugiu e Victorino chamou a polícia.

O cozinheiro, por outro lado, disse que a agressão partiu daquele, que, com um pau de lenha, teria lhe dado diversas pancadas, fazendo-o revidar. Depois, teriam lutado corpo a corpo, e Victorino teria dado tapas e bordoadas em Lucas.

O cozinheiro foi preso. Pagou fiança e, em dezembro, foi posto em liberdade aguardando julgamento. Em janeiro de 1917, por decisão do júri, foi solto.⁴⁸



O carcereiro Daste Macedo, jovem de 21 anos, era frequentador assíduo da casa da *decaída* Maria Augusta Nunes, mais conhecida como Noêmia Nunes, de 23 anos, casada, sem profissão, natural de Areias.

Um dia, resolveram terminar o relacionamento. Antes, porém, Noêmia disse a ele que, quando estivesse na presença dela, não se metesse com outras mulheres, para não afrontá-la.

No dia 2 de dezembro de 1916, por volta das 22h, no bar do Cinema Bauru Theatro, pouco antes do intervalo habitual da sessão, sentavam-se à mesa Maria Augusta da Conceição, 21 anos, viúva, de serviços domésticos, residente em Salto Grande do Paranapanema⁴⁹, analfabeta, e outra mulher de nome Nina, conhecida por Mulata. O carcereiro Daste apareceu e juntou-se a elas. Neste momento, chegou também Noêmia, que viu Maria Augusta *conversando com Daste Macedo intimamente*. Indignada, Noêmia aproximou-se e se colocou de pé ao lado do carcereiro. Começou a insultá-lo, disse que o havia expulsado de sua casa e mandou

que ele se retirasse. Daste continuou sentado e disse que não se importasse mais com ele, uma vez que ela o havia expulsado.

José de Barros Brotero, engenheiro civil, 36 anos, testemunha ocular, diria depois que Noêmia estava *extremamente exaltada e com um timbre de voz mais de histérica do que alcoolizada*.

Vendo que Daste evitava reagir – por medo ou para evitar escândalo –, Noêmia, enfurecida, agarrou uma garrafa vazia de cerveja que estava em cima da mesa e com ela deu uma pancada na cabeça do carcereiro, dizendo que *era melhor acabar com aquilo de uma vez*. Os dois se agarraram e começaram uma luta corporal. Derrubaram copos que estavam na mesa e ambos caíram sobre uma cadeira.

Chegaram alguns soldados e apartaram a briga. Noêmia ainda estava com a garrafa quebrada numa das mãos, e Daste com o rosto e cabeça ensanguentados.

Ela não ofereceu resistência à prisão, foi levada pelos soldados. Ao chegar ao portão de saída do terraço do bar, já mais calma, pediu-lhes que a deixassem voltar ao lugar da briga para procurar um dinheiro que provavelmente

49 Atual cidade de Salto Grande.

havia perdido. O soldado Benedito Monteiro apresentou-a à delegacia, presa em flagrante delito.⁵⁰



Severino Salustiano era o soldado número 269 do Terceiro Batalhão da Força Pública do Estado. Nascido em Cananeia, tinha 29 anos, era alfabetizado e casado com Florentina Mariana, jovem de 14 anos, órfã de pai e mãe. Haviam se casado em 1916, na cidade de Avaré, com autorização do juiz daquele município e, ao final do mesmo ano, mudaram-se para Bauru, para onde o soldado Severino fora destacado.

Tempos depois de Severino ter se integrado ao destacamento de Bauru, chegou outro soldado, João Pereira da Silva, 35 anos, solteiro, natural do Rio de Janeiro, descrito como de *côr parda* [...] *constituição forte e aspecto sadio*.

Logo que chegou, João passou a ser homem de confiança do alferes Joaquim J. de Magalhães e *abusava largamente dessa confiança perseguindo seus camaradas*, conforme diria depois o soldado Severino.

João engraçou-se com Florentina e gabava-se de tê-la conquistado, dizendo

que Severino *passava por corno*, proferindo insultos inclusive diante do próprio colega. Por diversas vezes, Severino queixou-se ao alferes, *não sendo atendido e sendo enxotado brutalmente pelo seu comandante da respectiva reserva*.

Com isso, João redobrou sua audácia, a tal ponto que Severino queixou-se, desta vez, ao cabo auxiliar João Rodrigues dos Santos, que *ouviu-lhe a queixa e disse nada poder fazer porque ele indiciado bem sabia da protecção dispensada a João Pereira*.

A situação de Severino foi se tornando vergonhosa. E João, mais atrevido. As sucessivas queixas não resultavam em nada. Para evitar uma desgraça, Severino decidiu mandar Florentina para Avaré. Ainda assim, João continuou a insultá-lo.

Na manhã do dia 17 de junho de 1917, Severino voltava do serviço na Estação Noroeste com seu camarada Lydio José Magalhães. Desarmaram-se e dirigiram-se ao alojamento. Na frente seguia João, carregando um colchão enrolado. Os dois primeiros entraram no alojamento, ficando João do lado de fora. Ao sair, Severino foi chamado por João de *corno manso*. Num acesso

50 NUPHIS. Caixa 740.

de fúria, o soldado ofendido sacou de uma faca e investiu contra João, que, segurando a lâmina, tomou a arma para si e contra-atacou. Severino conseguiu desviar dos golpes e se aproveitar de um escorregão de seu adversário para retomar a faca, atingi-lo no peito e fugir. João perseguiu Severino, mas não o alcançou, então retrocedeu e seguiu para a cadeia.

Severino, acreditando que ferira ligeiramente João, voltou também, passou pela cadeia e desceu *em direcção á estação Sorocabana, sem destino certo*. No caminho, encontrou o camarada Lydio, que lhe contou estar João gravemente ferido. Acompanhado de Lydio, João entregou-se, levando a faca que *trouxera do Avaré, certo de que teria necessidade della para se defender contra João Pereira, que é tido como valente*.

O ferimento de João foi descrito no auto de corpo de delito como sendo *um ferimento perfuro-cortante, situado na regio para-esternal, no sexto espaço intercostal esquerdo, com uma extensão aproximadamente, de dois centímetros [...]. Este ferimento, por sua natureza e séde é grave, dadas as complicações que, por ventura poderão surgir*. Havia outra lesão no dedo indicador da mão esquerda, esta *sem importancia alguma*.

João Pereira esteve uns dias internado na Santa Casa. Teve alta e seguiu para São Paulo, onde foi recolhido ao batalhão.

Na versão de João, por volta das seis e meia da manhã, ele juntou o seu colchão e foi levá-lo ao alojamento, quando topou com seu camarada Severino Salustiano, que lhe disse injúrias sobre Florentina e, em seguida, *costurou o declarante com a faca; que este sentindo-se ferido correu pela valeta e cahiu de costas sendo nesta ocasião alcançado por Severino Salustiano que lhe vibrou uma facada no peito; que feito isto Severino fugiu, sendo perseguido por ele, João, até uma certa altura*.

Soldados foram ouvidos como testemunhas. Disse um deles *que João antigamente era estimado perdendo no entanto a estima dos camaradas dos quais muitos queixavam-se das violencias de Pereira*; outro disse *que os dois soldados eram estimados no destacamento, embora de genios diferentes, por isso que emquanto Severino homem casado de bons costumes, era sério e quieto, fazendo-se respeitar por todos, João Pereira, solteiro, era mais prosa e mais chegado dos soldados solteiros*.

O soldado Lydio, 22 anos, natural de Queluz, disse que *João Pereira é tido no*

destacamento como valente emquanto que Severino é muito quieto e que havia muita antipathia do destacamento contra João Pereira, por ser ele arrogante com seus camaradas, chegando mesmo a fazer pouco caso do proprio cabo que disto queixou-se ao commandante. Disse ainda que, segundo lhe parecia, havia questão de mulheres nesse facto, pois uma visinha de Severino contou ao depoente que desconfiava de João Pereira com a mulher de Severino.

Em seu relatório, o delegado em exercício escreveu que *as causas do crime são de ordem moral e por não ter a referida praça encontrado apoio junto de seu superior.*

Severino foi preso, pagou fiança e respondeu em liberdade à acusação que lhe fez a promotoria. Foi pronunciado nas penas do artigo 304 do Código Penal.

A defesa de Severino fez várias alegações contra a denúncia e contra o denunciante. Afirmava que o alferes que comandava o destacamento – *ou melhor, que o desmandava* –, *entregando-se á vida devassa dos bordeis, amasiou-se com Nair Braga, mulher requestada por outros e, cuja concurrencia, fazendo-a vigiar pela praça João Pereira da Silva,*

que passou a ser-lhe confidente e, deste posto, ao de servo ameaçador, num instante!. O advogado de Severino procurava, assim, explicar a proteção que o alferes Joaquim dava ao soldado João. Com o exemplo edificante de seu superior, passou João Pereira a *fazer-se também D. Juan, não de capa e espada como o seu superior, mas de faca á cinta e com os mais desarrasoados atrevimentos, na bocca e na conducta.*

Ocorreu um primeiro julgamento, mas foi no segundo que a sorte de Severino foi decidida. Por doze votos, o júri entendeu que Severino *offendeu com uma faca a João Pereira da Silva, produzindo-lhe as lesões corporaes descriptas no auto de corpo delicto; e que, também por doze votos, não existe circunstancias atenuantes a favor do réu.* No quesito de defesa, novamente por doze votos, os jurados consideraram que o réu *foi impellido a pratica do crime por força physica irresistivel por ameaças, acompanhadas de perigo actual.*

Severino Salustiano foi absolvido, e o juiz Rodrigo Romeiro determinou que se lhe desse baixa na culpa. Era o dia 9 de outubro de 1917.⁵¹

¶

51 NUPHIS. Caixa 840.

Antônio Silvestre, 28 anos, solteiro, natural de Jaboticabal, era proprietário de uma venda em Bauru. **No dia 25 de novembro de 1917**, por volta das 16h, alguns homens e mulheres lá bebiam quando teve início uma discussão. Brígida Cesar de Oliveira deu uma bofetada (uma testemunha disse ter sido *um pequeno soco* nas costas) em Ana Firmina. Ambas estavam embriagadas. Algumas pessoas intercederam e as apartaram. Silvestre disse que não queria discussão em sua casa e pôs as duas para fora.

Brígida foi conduzida à sua residência e, sonolenta por causa da bebida, atirou-se à cama. Pouco depois, Ana Firmina apareceu, forçou a porta, conseguiu entrar e, apoderando-se de um machado, aplicou seguidos golpes na moça deitada.

Socorrida, Brígida foi levada à Santa Casa de Misericórdia, onde peritos procederam ao exame de corpo de delito. Ela foi descrita como sendo *de côr preta, brasileira, com sessenta annos de idade presumiveis*, uma mulher *corpulenta de aspecto robusto*. Suas vestes estavam embebidas de sangue coagulado. Despindo-a, os peritos encontraram *um ferimento inciso, de bordos*

regulares de oito centímetros de extensão, situada na região temporal direita, partindo da apophyse zigomática em linha recta para o alto da cabeça lesando a pelle e o couro cabelludo e o tecido cellular subcutaneo, além de outras lesões igualmente graves.

Ana Maria de Jesus, vulgo Ana Firmina, natural de Mogi Mirim, 21 anos, solteira, analfabeta, sem profissão, foi presa e levada a julgamento.

O juri considerou que ela havia praticado agressão a machadada, mas entendeu que havia circunstâncias atenuantes, as do artigo 42, parágrafo 1º do Código Penal, de *não ter havido na delinquente pleno conhecimento do mal e directa intenção de o praticar*.

Além disso, considerou que a ré se achava em estado de completa privação de sentidos e de intelligencia no acto de commeter o crime.

Ana Firmina foi absolvida e ganhou a liberdade. Era o dia 9 de abril de 1918.⁵²

¶

Na casa de negócio de Antônio Silvestre, ocorria um baile **na noite de 16 de dezembro de 1917**. Por volta de uma da manhã, Belarmina Queiroz Sampaio, à

52 NUPHIS. Caixa 833.

traição, e talvez embriagada, deu uma garrafada em Maria Benedita, ferindo-a na cabeça.

Belarmina tinha 25 anos, era solteira, sem profissão, analfabeta, natural de Itu e possuía uma considerável ficha criminal. Já estivera detida quatro vezes, em Botucatu, por embriaguez e desordem.

Maria Benedita, vulgo Anizete, era natural da Bahia, descrita no exame de corpo de delito como *de côr preta, brasileira, com trinta e um annos de idade, residente nesta cidade [...], mulher de constituição robusta.*

Anizete era antiga desafeta de Belarmina, por tê-la, certa vez, denunciado por um furto ocorrido na casa de Francisca Goyanna, mais conhecida como Chiquinha Goyanna.

Na delegacia, Belarmina confirmou ter dado a garrafada, mas alegou ter sido uma reação a um soco que Anizete lhe dera quando ela dançava.

Preso em flagrante pelo anspeçada Antônio Cordeiro e o soldado Sebastião Domingues de Oliveira, Belarmina foi incurso nas penas do artigo 303 do Código Penal.⁵³



Na esquina das ruas Ezequiel Ramos e Treze de Maio, Brígida desfechou um tiro de garrucha contra Maria Fernanda Meleira, **por volta do meio-dia de 18 de março de 1918**. Foi presa em flagrante pelo soldado Serafim Correia de Alvarenga e levada à delegacia.

Brígida Ortiz, 30 anos, casada, empregada doméstica, natural da Espanha, negou o fato.

No mesmo dia, Américo Carlos Cariani compareceu à delegacia levando uma garrucha usada, cabo de madrepérola, e entregou-a ao delegado, dizendo que a havia apreendido em poder do menor João Rubio, filho de Brígida.

Foram recolhidas também duas balas encontradas na Casa Pernambucana, na rua Batista de Carvalho, que teriam sido jogadas ali por João Rubio. Os peritos José de Franco e Luis Domingues analisaram as balas de garrucha, calibre 32, e concluíram que *a capsula é de metal commum e o projétil de chumbo. O explosivo depende de outro exame. De uma das balas totalmente detonada resta apenas a capsula e pelo cheiro e pelos residuos de polvora ainda não oxidados vê-se que essa bala foi detonada há*

53 NUPHIS. Caixa 743.

poucas horas. A outra bala apresentada a exame tem no fundo vestígio de ter sido percutida pelo cão⁵⁴, mas sem força suficiente para detoná-la.

O promotor Antônio de Moraes Barros denunciou Brígida com base no artg. 294 combinado com os artgs. 13 e 63 do Codg. Pen.⁵⁵



Sebastião Rodrigues Madureira estava na roça de seu sítio quando ouviu gritos que partiam dos lados de um ribeirão próximo. **Era por volta das 18h de 2 de agosto de 1918.** O português, de 36 anos, largou o serviço e foi em direção aos gritos. Encontrou Carlos Alves da Silva carregando seu filho Antônio Alves, ferido.

Madureira perguntou ao menino:

– *O que foi isso, Antônio?*

E ouviu como resposta:

– *Eu caí, e a espingarda disparou na minha barriga.*

Outros lavradores e os vizinhos também ouviram e correram para ajudar. A espanhola Dolores Machuca, viúva, 47 anos, estava em sua casa mexendo um tacho de sabão. Ouviu um

tiro e, em seguida, alguém aos gritos: – *Acuda-me, minha mãe!* Dolores imaginou que seu filho, que andava para aqueles lados, se ferira. Largou tudo, correu para lá e viu que era outro garoto.

O menino Antônio, de 14 anos, foi transportado para casa.

O lavrador José Mariano Soares, 48 anos, natural do Estado do Rio de Janeiro, estava em casa quando um vizinho veio pedir-lhe para pegar um animal e ir, a toda pressa, chamar um médico. Examinado o menino, o médico aconselhou que o transferissem à Santa Casa de Bauru, onde faleceu poucos momentos depois.⁵⁶



Francisca Goyanna, conhecida como Chiquinha Goyanna, assistia a uma sessão de cinema no Bijou Theatro, **no dia 22 de setembro de 1919**, quando, pouco antes das 22h, inesperadamente foi atacada por Ana Maria das Dores, que, com uma navalha, golpeou-a causando-lhe um ferimento de seis centímetros na face anterior do pescoço.

Ana das Dores, vulgo Nica, natural de

54 Peça que causa o disparo em arma de fogo.

55 NUPHIS. Caixa 839.

56 NUPHIS. Caixa 751.

Pederneiras, tinha 20 anos, era casada e trabalhava como empregada doméstica. Presa em flagrante pelos praças José Pinheiro e João de Castro, disse à polícia que tinha *uma questão* com Goyanna, pois esta vivia perseguindo Luiz, seu amante, com o intuito de provocá-la. Encontrando sua desafeta no Bijou Theatro, tomada de um acesso de ciúmes, resolveu matá-la.

Goyanna tinha 25 anos e era natural de Uberaba, Minas Gerais. Já havia sido avisada, um mês antes, que Nica prometera assassiná-la. Ferida e com a roupa manchada de sangue, foi levada à Farmácia Brasil, onde recebeu os primeiros socorros.

Nica foi denunciada por ter incorrido nas penas do artigo 303 do Código Penal. Pagou fiança e aguardou o julgamento, realizado em 17 de janeiro do ano seguinte. Os sete jurados consideraram haver atenuantes, descritos no artigo 42, § 9º. A ré tinha *exemplar comportamento anterior*.

Nica foi absolvida e pôde, nas palavras do juiz substituto Francisco Meirelles dos Santos, *retirar-se em paz*.⁵⁷

¶

Joaquim Soares era um septuagenário solteiro, pernambucano, proprietário de um chalé de loterias na rua Batista de Carvalho. **No dia 24 de outubro de 1919**, esteve por diversas vezes em seu estabelecimento um indivíduo de nome Luiz Fiuza, mais conhecido por Lulu Fiuza. Por volta das 21h, Lulu pôs em prática seu golpe. Apresentou para pagamento um bilhete de loteria do Estado, supostamente premiado, que pertenceria a outra pessoa, José de Campos. A loteria havia sido extraída no dia 16 de setembro. Ao número verdadeiro do bilhete estava superposto, astuciosamente, segundo a autoridade policial, o número 39.000. O prêmio era de 1 conto e 20 mil-réis, e Fiuza disse a Soares que bastava pagar-lhe naquele momento 500 mil-réis e que depois receberia o resto, quando retornasse de Botucatu, para onde seguiria no dia seguinte. Parecia um bom negócio.

De boa-fé, Soares pagou o valor solicitado pelo farsante e passou-lhe uma ordem de 400 mil-réis para ser paga mais tarde. Lulu Fiuza pediu segredo a Soares, dizendo que Campos, o

57 NUPHIS. Caixa 840.

dono do bilhete, devia dinheiro na praça e não queria que o prêmio fosse dado em pagamento de dívida.

Lulu Fiuza sumiu, e Joaquim Soares ficou com o bilhete “premiado”.⁵⁸



Nos primeiros meses de 1920, estive em Bauru um alemão de nome Jorge Klinger. Como das outras vezes que pela cidade andou, hospedou-se na Pensão Bauru, no largo do jardim⁵⁹, rua Primeiro de Agosto, nº 7, e publicou anúncios nos jornais locais sob o título *Instituto Hydrotherapico*, abrindo um consultório médico no próprio quarto da pensão que ocupava.

Desta vez, o inspetor sanitário Horácio Figueiredo, com base no artigo 454 do código sanitário do Estado, intimou Klinger a legalizar o instituto ou fechá-lo até que fossem exibidos os documentos legais que o habilitavam a exercer a medicina. O alemão não fez uma coisa nem outra e continuou a sua prática, que consistia, segundo o inspetor sanitário, em dar consultas, fazer curativos e fornecer medicamentos.

O dono da pensão, Antônio Júlio da

Silva, no entanto, afirmaria depois à polícia que Klinger não tinha nenhum aparelho nem medicamentos em seu quarto, conforme teve oportunidades de verificar, uma vez que o cômodo estava sempre aberto. E, também, nunca o vira formular receituários, confirmando, porém, que diversos pacientes iam à procura de Klinger e que ele os tratava com massagens.

Um dos pacientes foi um negociante francês que à época residia em Bauru, na mesma pensão. Jacol Sion tratou-se com Klinger de uma enfermidade, recebendo apenas massagens e banhos de sudor, tratamento ministrado a todos os pacientes.

Klinger tratou também da jovem Maria Jury, de 19 anos, filha do italiano José Jury, residente na rua Araújo Leite. Maria estava desenganada de todos os médicos da cidade que, inclusive, segundo seu pai, já tinham solicitado seu isolamento, pois a julgavam tuberculosa. Desesperado, Jury procurou Klinger, e este *sem remédios farmacêuticos conseguiu à custa de banhos e alguns purgantes por ele mesmo ministrado a cura radical de sua filha enferma*, segundo as próprias palavras do pai

58 NUPHIS. Caixa 840.

59 Também chamado largo municipal, largo da matriz ou praça municipal. Atual praça Rui Barbosa.

agradecido. O italiano já tinha gasto, entre médicos e farmácias, cerca de 12 contos de réis no tratamento da filha, e Klinger cobrou apenas 200 mil-réis a título de indenização.

Em depoimento, Maria Jury foi só elogios. Disse que *o professor Jorge examinando-a, tomou o seu tratamento a seu cargo e com tanta solícitude que cavava as suas visitas; que o tratamento compunha-se única e exclusivamente de banhos e alguns purgantes que pareciam à depoente “cha de Hamburgo”; que em muito pouco tempo a depoente entrou em franca convalescença e acha-se hoje, graças aos esforços do professor Jorge, completamente restabelecida.*

Outros, porém, não tiveram êxito. Francisco Machado soube por um vizinho que havia na cidade um médico conhecido como *Doutor Allemão*, que curava *qualquer doença em pouco tempo*. Estando sua esposa doente, levou-a até Klinger, que lhe receitou chá de hamburgo e *banho de agua fria, geral, e escaldo de agua quente nos pés*. O tratamento durou muito tempo, oito sessões, segundo Francisco, e Klinger cobrava 10 mil-réis cada visita. No entanto, a mulher não sarou e Francisco desistiu do alemão.

Enquanto isso, as rodas da Justiça já estavam em funcionamento, mas o oficial não conseguiu intimar Klinger, pois ele partira antes.

Ainda assim, o delegado Alfredo de Assis ouviu oito testemunhas e deu prosseguimento ao inquérito, *ficando perfeitamente provado que Jorge Klinger exerce ilegalmente a medicina entre nós, incidindo assim nas penas do art. 156 do Cod. Penal.*

O juiz Rodrigo Romeiro, no entanto, decidiu de modo diferente, ponderando que, pelos autos, *apenas se verificou que o indiciado fazia aplicações as pessoas por quem era solicitado de banhos e cha de amburgo, com mais curativos, exercitando desse modo o officio de curandeiro. Não consta dos autos que o mesmo exercitasse a medicina, em qualquer de seus ramos, pois que para prova disso seria necessario que o mesmo se dissesse medico, e nesse carater se annunciasse.*

O juiz impronunciou Klinger. Era o dia 29 de outubro de 1920⁶⁰.

É provável que Klinger nem soubesse que a Justiça andara em seu encalço, pois no ano seguinte voltou à cidade, hospedou-se na mesma pensão, ministrando aos pacientes o mesmo

chá de hamburgo, os mesmos banhos frios ou quentes, sem apresentar às autoridades sanitárias qualquer título de habilitação.

O alemão, no entanto, procurou regularizar sua situação com um atestado firmado pelo médico Oliveira Fragoso, mas o documento não foi aceito pelo fiscal sanitário Horácio Figueiredo, pois Fragoso não residia em Bauru, mas em Botucatu. Diante disso, segundo Figueiredo, ficava Klinger *convidado a fechar o consultorio e a não exercer sob pretexto algum suas especialidades sem que apresente nesta inspeccoria os documentos legaes.*

Horácio Figueiredo ficou sabendo que o *curandeiro* Klinger havia atendido a um chamado médico na rua Ezequiel Ramos, nº 23, no dia 5 de abril de 1921. O inspetor para lá se dirigiu, levando como testemunha um comerciante estabelecido com padaria na mesma rua, e multou Klinger em 200 mil-réis *em virtude de encontral-o em flagrante, incorrendo no artigo 89 do Codigo Sanitario(exercicio illegal da medicina).* Comunicou à delegacia que, por ter *colhido em flagrante curandeirismo e então multado Jorge Klinger, este insurgindo-se, ameaçava a esse funcionário.* Devia, portanto, ser processado.

No dia 6 de abril de 1921, as autoridades foram à Pensão Bauru e apreenderam com Klinger *um aparelho electrico e uma valiza de couro preto, contendo um aparelho para examinar vaginas; vinte e quatro(24) agulhas espetadas em uma rolha; um vidro contendo um óleo de côr avermelhado; um maço de algodão; uma pequena lente; uma sonda; um vidro contendo pedra hume [...]; uma pequena caixa de lata contendo sete(7) pennas para escrever; um papel com “chá allemão”; uma espatula; um livro de preces; uma pinça; um pacote com pedra hume; sete moedas allemã, sendo trinta [...], um marco, um florin, cincoenta [...] e uma com um furo no meio; um envelope com miudezas, um pequeno pedaço de tafetá inglez; uma tezourinha para unhas; quatro attestados; seis cartas particulares; seis recibos de impostos e dois attestados do medico do “Sanatorio Campineiro”.*

Naquele mesmo dia, Klinger foi conduzido à delegacia. Perguntado, disse chamar-se Jorge Klinger, filho de Alexandre Klinger e Ottilia Klinger, tinha 63 anos, casado, era massagista hidropata, nascido em Königsberg, Alemanha, sabendo ler e escrever.

Declarou às autoridades que exercia havia trinta anos tal profissão e tinha

uma declaração, conforme exigia a lei, assinada por Waldomiro Fragoso, médico em Campinas. Disse que, durante todo aquele tempo de medicina, só havia sido processado uma única vez, e era aquela. Só soube do processo quando regressou de Campinas, no dia 4 de abril, por meio de Antônio Júlio, o dono da pensão. Acrescentou, ainda, que já tinha sido impronunciado pelo Juízo da Comarca e que os objetos apreendidos pela polícia eram, em parte, usados para exercer a profissão, em parte de uso doméstico, e outra parte era propriedade de sua esposa.

No mesmo dia 6, dois peritos foram convocados para examinarem alguns objetos apreendidos com Klinger – uma sonda de goma número 18, um espéculo, uma pinça, uma lente e *um aparelho para aplicação de electricidade*. Segundo os peritos José Maria Rodrigues Costa, médico legista, e Horácio de Figueiredo, médico, o aparelho *tem emprego em medicina, servindo para applicações electricas, em diversos casos de molestia do systema nervoso; a sonda de gomma numero dezoito é uma sonda uretal, servindo para o tratamento de molestias das vias urinarias; o speculum é um instrumento largamente empregado em exames gynecologicos; a pinça*

tem o seu emprego em diversos curativos e a lente destina-se ao exame do globo ocular, e é um instrumento indispensavel em oftalmologia.

À pergunta se os objetos apreendidos se destinavam ao exercício de qualquer ramo da medicina, responderam afirmativamente, citando a oftalmologia e ginecologia, entre outros.

O juiz Romeiro determinou que os objetos de uso particular de Klinger fossem-lhe devolvidos, e ele os retirou no dia 27 de abril.

O advogado de Klinger, Henrique Mangeon, em sua defesa afirmou que *existe um inquérito suspeito, que teve por base uma busca e apreensão, mandada fazer sem as indispensaveis formalidades legais e na ausencia do denunciado.*

Prosseguiu Mangeon com uma questão que tocava profundamente a sociedade brasileira da República Velha: *Si o simples facto de guardar consigo e na sua posse, qualquer individuo, objectos com os quaes os medicos tambem operam em occasioes necessarias, constituísse crime, então, ninguem poderia ter em seu poder o revolver que serve para matar, assim a garrucha, navalha e a faca.*

E perguntava: *O denunciado já cometteu algum crime com os objectos que lhe foram esbulhados pela policia?.*

A defesa apresentou documentos, entre os quais uma declaração do médico de Campinas, Waldomiro Frágoso, responsabilizando-se pelos trabalhos e aplicações mecânicas do massagista e hydropata senhor Jorge Klinere hydro-pata; outra declaração, esta da Câmara Municipal de Bauru, atestando o pagamento de 60 mil-réis de sua licença de massagista; e um relato de outro médico de Campinas, Mário Gatti, afirmando que o *Especulum da vagina não pertence só ao serviço medico mas também as parteiras e massagistas* e explicando os usos alternativos dos objetos que a polícia atribuía ao exercício da medicina.

Apresentou, ainda, recortes de jornais de Campinas anunciando serviços de massagista – oferecidos por Antonietta Klinger, esposa de Jorge – e de operador e parteiro.

O promotor Clóvis de Moraes Barros reconheceu não ter ficado provado nos autos que Jorge Klinger exercesse ilegalmente a medicina, *porém da mesma forma ficou provado que a todos os enfermos para o qual era chamado e que sempre attendia, prescrevia o uso de “Chá de Hamburgo”, substancia esta do reino vegetal. Provado ficou*

ainda que o indiciado exercia nesta cidade a profissão de curandeiro, recebendo remuneração pelos seus serviços o que faz incidil-o nas penas do art. 158 do C. Penal, em que foi denunciado.

Em seu despacho, o juiz Romeiro lembrou que o indiciado já tinha sido impronunciado anteriormente e que as provas, neste caso, eram as mesmas e nenhum outro elemento traziam os autos para responsabilizá-lo. Não havia fato novo e, portanto, o juiz novamente impronunciava o indiciado. Era o dia 17 de setembro de 1921.

Meses depois, Klinger solicitou a entrega dos demais objetos que estavam ainda em poder do escrivão do júri, o espéculo, a *almofada electrica*, a pinça, a lente e a sonda de borracha, que lhe foram devolvidos em 28 de janeiro de 1922.⁶¹

¶

Genésio de Oliveira foi à casa de Sebastiana de Jesus, uma das inúmeras casas de prostituição de Bauru das primeiras décadas do século XX. Permaneceu no local até **o anoitecer daquele 16 de julho de 1920.**

Antes de se retirar, perguntou à Sebastiana se tinha troco para 1 conto de

61 NUPHIS. Caixa 744.

réis, pois iria lhe gratificar com 10 mil-réis. Como ela não tivesse, Genésio combinou voltar naquele mesmo dia, com 100 mil-réis, para pernoitar com Sebastiana.

Mais tarde, apareceu um rapaz de nome Alencar portando uma nota de 100 mil-réis destinados à jovem. Vinha com um recado de Genésio: se não dispusesse de todo o troco, mandasse o que tivesse que mais tarde ele viria dormir ali e receberia o restante.

Sebastiana entregou o que tinha, 75 mil-réis, e Alencar saiu correndo. A moça ainda viu o rapaz encontrar-se com Genésio na esquina, e ambos sumiram.

Foi então que a moça percebeu que caíra num conto. A nota de “100 mil-réis” era na verdade uma grosseira falsificação: eram duas notas de mil-réis coladas uma à outra como se fossem uma cédula de 100. Por essa falsa nota, Sebastiana dera um troco de 75 mil-réis.⁶²



No final de 1917, um grande roubo em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, deu um desfalque de 84 contos de réis à joalheria Casa Leão, Levy & Cia. O fato foi noticiado pela imprensa daquela capital. Faziam parte do grupo o assaltante Victor Reisewitz, autor do roubo, Henrique Brunner, organizador, e Max Ocheroff. Reisewitz postara-se à porta do prédio onde ficava a joalheria e deu a Max, que se encontrava nas imediações, o sinal convencional para que este entrasse no prédio. Realizada a ação, de posse das joias, entregaram-nas a Brunner, que imediatamente seguiu para Buenos Aires, Argentina, onde efetuou a venda dos itens roubados. Da capital argentina, Brunner passou a Reisewitz a quantia de 1 conto e 650 mil-réis e guardou para si 17 contos⁶³.

A polícia desbaratou a quadrilha e todos foram presos. Na cadeia, Brunner foi identificado como Henrique Krauss e pronunciado como incurso nos art^{os}. 356 com referencia ao art^o. 357 e no art^o. 294 §1^o comb.^o com art^o.

62 NUPHIS. Caixa 843.

63 <https://books.google.com.br/books?id=vDdwCAAAQBAJ&pg=PA48&lpg=PA48&dq=henrique+brunner+le%C3%A3o+levy&source=bl&ots=Qns6ZamqHk&sig=vVPITJ5mhdFCIN2wlgYlxHdVYyl&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEw-j-merc1fHQAhUEH5AKHa9qAK4Q6AEIGjAA#v=onepage&q=henrique%20brunner%20le%C3%A3o%20levy&f=false>. Acesso: 13 dezembro 2016.

66 §2º. Parecia bastante coisa, mas, julgado em 14 de maio de 1908, foi absolvido.

Julgado novamente em 11 de junho de 1909, foi novamente absolvido e, neste mesmo dia, colocado em liberdade. Tempos depois, teve outro problema com a Justiça e foi condenado à pena de um ano e nove meses de prisão, sendo libertado em maio de 1920. Depois disso, percorreu várias cidades do Rio Grande do Sul até ingressar no Paraguai, onde adotou outro nome.

No dia 7 de agosto de 1920, dois indivíduos *de excelente aspecto, ambos jovens e amáveis*, hospedaram-se no Hotel Brasil, em Bauru, de propriedade do italiano Fernando Milanez. Apresentaram-se como sendo Henrique Sampaio Rooth, mascate ambulante, e Consolaro de Macedo, advogado formado em Coimbra.

Milanez, no entanto, não soube dizer o que Rooth vendia, mas afirmou que sua própria filha havia comprado do comerciante algumas peças de renda. Durante nove dias, os dois jovens percorreram várias casas comerciais de Bauru, ora procurando produtos diversos, ora oferecendo objetos por preços elevadíssimos, mas sem realizar qualquer transação. Pelo modo

como se apresentavam, despertaram suspeitas na polícia, que deu batida no hotel no dia 15 de agosto, à noite, e prendeu Rooth, encontrando em seu poder *grande quantidade de aparelhos próprios para roubar*, entre eles as chaves de dois estabelecimentos comerciais de Bauru, Casa Veado e Casa de Nicola Avallone.

Rooth era na realidade Henrique Brunner, e Macedo era Victor Reisswitz, participantes do grande roubo de joias da Casa Leão, Levy & Cia.

Os aparelhos para roubar que Brunner trazia eram *desesete gasúas grandes, uma tezoura, um alicate, uma lima, dois ferrinhos roliços, uma chave de parafusos, uma faca de mesa, uma faca com bainha, um revolver systema “Borchard”, um revolver marca “Bayard”, trez pentes para os revolvers, sendo um carregado com oito balas calibre trinta, um cinto de couro preto com duas fivellas brancas, uma capa do revolver “Borchard”, uma argola contendo uma gasúa grande e desesseis pequenas gasúas, uma lampada electrica portátil, pequena de bolso com duas pilhas, um vidro de agua “Fígaro” para tingir de preto os cabelos, duas navalhas suecas, uma caderneta com receitas medicas e um maço de correspondencias.*

Consolaro de Macedo – o *advogado formado em Coimbra* – teve, segundo as autoridades, tempo de esconder os objetos que porventura tivesse consigo, *nada foi apreendido, nem em papel, nem em cartão de visita ao menos.*

Na delegacia, Brunner sustentou a versão de que as chaves e demais instrumentos apreendidos não eram para qualquer fim criminoso, pois apenas os havia encontrado em um vagão da Noroeste logo depois da estação de Araçatuba. Guardara-os consigo sem qualquer intenção. Em Bauru, disse ele, procurava vender roupas e perfumaria por conta própria, pois não era representante de casa alguma.

O delegado Alfredo de Assis pediu a prisão preventiva de Brunner. Embora reconhecesse que o crime de que era acusado, previsto no artigo 361, fosse afiançável, sustentava a prisão alegando *que o indiciado é verdadeiramente vagabundo, pois não tem domicílio certo, nem emprego determinado, como se deduz destes autos, e considerando ainda que o indiciado cumpriu recentemente pena na Penitenciária de Porto Alegre, como se deduz das suas próprias declarações.*

No dia 18 de agosto, às 17h30, Henrique Brunner, filho de Frederico Brunner e Bertha Brunner, natural de Palmares, Pernambuco, 35 anos de idade, solteiro, residente em Porto Alegre havia sete anos, foi recolhido preventivamente à cadeia de Bauru.

No dia 6 de outubro de 1920, cinco dos sete jurados que compunham o júri responderam não à pergunta: *O R.⁶⁴ Henrique Brunner trazia consigo grande quantidade de gazuas, chaves, instrumentos e aparelhos próprios para roubar, objectos esses que foram apreendidos no dia 16 de Agosto do corrente ano no Hotel Brazil?* Brunner foi absolvido.

Henrique Sampaio Rooth, ou Henrique Krauss, ou ainda Henrique Brunner, estava novamente em liberdade.⁶⁵

¶

Em Avaí, **no dia 15 de março de 1921**, por volta das 21h, Hermantino e David foram presos por terem ferido com um tiro, durante uma briga, Joaquim, que tentava separá-los.

Hermantino José Ferreira, lavrador, 30 anos, natural de Pederneiras, estava na-

64 Abreviatura de réu.

65 NUPHIS. Caixa 897.

quela noite na casa de Prudêncio Eras, onde também se encontrava Francisco Gonçalves da Cunha, conhecido por Francisco David. Em certo momento, David pediu emprestado a Hermantino 5 mil-réis, no que foi atendido.

Minutos depois, Hermantino começou a contar um *causo*, mas David interrompeu-o dizendo que aquilo era uma *garganta*, insinuando que o amigo mentia. Hermantino fez que não se importou e continuou sua narrativa. David insistiu em seu comentário, a ponto de o contador de histórias empurrá-lo e sair em seguida, indo à casa de Joaquina Maria da Conceição.

Momentos depois, foi David quem apareceu por lá e, apontando um garrucha para o outro, disse:

– *Quer ver como você morre seu desgraçado?*

Hermantino foi ligeiro. Deu um pulo, tomou a garrucha das mãos de David e jogou-a longe. Travaram uma luta corporal que durou alguns minutos. Na briga, o revólver que Hermantino trazia foi ao chão, e David empunhou-o rapidamente, voltando a dizer as mesmas palavras de antes. Hermantino, porém, agarrou o cano do revólver, e recomeçaram a lutar.

Joaquim Gonçalves de Godoy, tio de David, surgiu com intenção de apertar a briga, e a arma em disputa disparou, atingindo-o.

Os dois contendores foram presos. O promotor Antônio de Moraes Barros pediu a condenação de ambos *nos graus médios dos artgs. 303 e 306 do Cod. Pen. combinado com o artg. 66 §1º do referido Codg.*

Julgados em 12 de julho de 1921, foram absolvidos e colocados em liberdade.⁶⁶

66 NUPHIS. Caixa 745.



VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER



No dia 2 de junho de 1910, o delegado José Veríssimo Filho e o escrivão Laurindo Alves Meira foram à casa de Maria Amélia, mineira de 35 anos, viúva, analfabeta, empregada doméstica. Era uma mulher *de cor parda, estatura regular*, que apresentava na ocasião *uma vasta lesão traumática na região abdominal sem solução de continuidade produzido por instrumento contundente, dando lugar a abundante hematoma*.

Maria Amélia contou ao delegado que, na noite anterior, na sala de sua casa, tivera uma altercação com seu genro Izaías Antônio da Silva por causa de uma máquina de costura. Izaías atirou contra ela uma cadeira, atingindo-a no peito e provocando a lesão que os peritos constataram.

Izaías, 23 anos, paulistano, era cozinheiro e analfabeto. Na delegacia colocou mais detalhes na história contada pela sogra. Disse que, ao chegar a sua casa, encontrou nela uma *porção de pessoas desconhecidas*, alterou-se e fez com que se retirassem. Confessou ter agredido Maria Amélia com a cadeira no momento da raiva, mas disse que

não teve intenção de matá-la. Nada de máquina de costura.

Havia de fato várias pessoas na casa, e algumas delas foram arroladas como testemunhas, com a suspeita de a residência de Maria Amélia ser um ponto de encontro de pessoas que se reuniam ao fim do dia ou mesmo uma casa de prostituição.

José Antônio, 22 anos, lavrador, natural da Bahia, disse que, chegando do sítio, foi à casa de Maria Amélia, onde encontrou diversas pessoas, cujos nomes não sabia, com exceção de Izaías, que, segundo o depoente, encontrava-se um pouco embriagado. Estava fora da casa quando ouviu um barulho que, soube depois, era a cadeirada.

Honório Rodrigues Pereira, 28 anos, negociante, também baiano, foi outro a descrever Izaías como um tanto alcoolizado, mas não viu a agressão deste contra a sogra.

Maria Borba, 25 anos, solteira, empregada doméstica, e Boaventura de Oliveira, 29 anos, operário, natural de Alagoas, também estavam presentes e não viram a cena da agressão.

Por falta de provas, e estando o crime prescrito, o processo foi arquivado em agosto de 1914.⁶⁷



No dia 25 de novembro de 1910, cinco praças do destacamento de Bauru estavam no quartel quando ouviram, por volta das seis da tarde, apitos e gritos de socorro que partiam de uma das ruas próximas. Saindo à rua, depararam com um indivíduo que fugia perseguido por populares. O indivíduo, Antônio Pedro, arrombaram a porta da casa de Maria Benedita da Conceição e desferira contra ela uma punhalada, atingindo-a abaixo do braço direito. Antônio, mineiro, 25 anos, casado, pedreiro, alfabetizado, foi preso em flagrante pelos praças. Residia na estação de Ilha Seca da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e alegou não ser verdade que andava provocando Maria Benedita e suas companheiras, nem que arrombaram a porta da casa dela. Disse também que não se lembrava de tê-la ferido com um punhal *por quanto estava embriagado*. Pelo contrário, disse que havia sido agredido com uma garrafa por

Benedita e por Maria Antônia, que também morava ali.

Maria Benedita da Conceição, natural da Bahia, solteira, empregada doméstica, tinha 24 anos e era analfabeta. Contou ao delegado José Veríssimo Filho que Antônio Pedro foi à casa dela na noite anterior, quase meia-noite, procurando por Rosa Pacheco, outra moradora da residência, dizendo *que queria esbordoá-la*. Ela disse que não deveria fazer aquilo. Ele, então, retirou-se afirmando que voltaria e que *esbordoava não só a Rosa como as mais pessoas da casa*.

No dia seguinte, 25 de novembro, Antônio Pedro voltou duas vezes à casa de Benedita e, em ambas, insultou-a e a suas companheiras, batendo na janela com um punhal. Não conseguiu entrar na casa, pois a porta estava fechada.

À tarde, por volta das 18h, Antônio novamente voltou à carga. Viu Benedita no interior da casa e pediu que ela abrisse a porta, pois *que se não abrisse elle entraria fosse qual fosse a maneira*. Trazia na mão direita um punhal. Vendo-o armado, ela não abriu a porta, mas Antônio saltou pela janela, caiu, levantou-se e avançou sobre Benedita, que fugiu correndo para outros cômodos

67 NUPHIS. Caixa 717.

da casa e, de costas para ele, foi apunhalada debaixo do braço direito. Benedita, sentindo-se ferida, ainda teve forças para tirar o punhal do agressor, ferindo-se na mão esquerda. Os dois atracaram-se, rolaram pelo chão, cada qual procurando tomar para si a arma. Ela conseguiu se desvencilhar dele e levantar-se. Ele também se levantou, pulou novamente a janela, armou-se de um pau e arrombou a porta. Entrou, apanhou de uma prateleira algumas garrafas e atirava-as contra Benedita, exigindo de volta seu punhal. Tendo ouvido gritos e apitos, Antônio fugiu. Sabendo que Antônio havia sido preso, Benedita foi à delegacia para entregar a arma à autoridade. O punhal era de *cabo de níquel torneado tendo na extremidade do cabo uma bola preta com listas encarnadas, com lamina um tanto curva na extremidade, com vinte e quatro centímetros de comprimento.*

A arma foi apresentada a Antônio, que a reconheceu como sendo sua. Não era a primeira vez que ia para a cadeia. Meses antes, lá estivera preso, por desordem.

No mesmo dia, testemunhas foram ouvidas. Maria Antônia, natural do Rio de Janeiro, 19 anos, solteira, confirmou o que Benedita já dissera: a presença

de Antônio no dia anterior, à procura de Rosa Pacheco, as batidas na janela com um punhal e a agressão a Benedita, o que fez com que corresse chamar a polícia.

Disse também que Rosa tinha um sinal de pancada na cabeça, dada por Antônio quando com ele era amasiada. Antônio confirmou ter ido à casa de Benedita no dia anterior, mas para almoçar, sendo-lhe proibida a entrada. Negou tudo o mais – as batidas com o punhal, o arrombamento da porta, as garrafadas. Afirmou ter sido Benedita quem abrisse a porta, recebendo-o com uma garrafa, atirada sobre ele. E que ela, junto com Maria Antônia, agarrou-o para agredi-lo, mas isto teria ocorrido na rua, não na casa. Quanto à punhalada em Benedita, voltou a dizer que não se lembrava, pois estava embriagado. Lembrava-se, no entanto, de ter sido preso pelos praças e, sim, dirigia-se à Farmácia Aliança.

Dada a palavra a Maria Antônia, ela confirmou o que já havia dito.

Outra moradora da casa, Maria Joana Nogueira, paulista, 25 anos, empregada doméstica, alfabetizada, disse que estava se penteando quando apareceu na janela Antônio Pedro, pedindo que lhe abrisse a porta. Ouvindo, Benedita

disse a ela que não abrisse. O rapaz retirou-se afirmando *que havia de voltar e esbordoar a todos*.

Antônio Pedro negou ter falado palavras ameaçadoras.

Em seu relatório, datado de 1º de dezembro de 1910, o delegado achou interessante um fato: *que diversas pessoas perseguiram Antônio Pedro e entretanto chamadas a depor na Delegacia declararam nada ter visto do delicto praticado por elle o que parece não ser verdade por quanto essas pessoas perseguindo Antônio Pedro deveriam saber a razão porque o perseguiram*.

Estes explicaram que assim o fizeram por terem visto Benedita perseguindo Antônio Pedro e *então julgaram dever fazel-o tambem*. Destes perseguidores, o único a depor foi José Martins, um negociante português que, apesar da suspeita de ter sido testemunha do fato, segundo o delegado, negou ter visto qualquer coisa.

Para o delegado, isto se devia à fama de *homem turbulento e temido razão por que essas pessoas dizem nada ter visto*.

Antônio Pedro não registrava antecedentes no Gabinete de Identificação

da Segurança Pública, mas agora recebia o número 9.283 no registro geral. O caso começara no fórum de Agudos e terminava no de Bauru, cuja comarca havia recentemente sido criada⁶⁸.

No dia 5 de julho de 1911, Antônio Pedro foi a julgamento. Por unanimidade de votos, o júri aceitou o fato de que ele agredira com um punhal Maria Benedita, mas que não entrara na casa dela com intenção de perpetrar o crime. Também por unanimidade, o júri entendeu ter havido circunstâncias atenuantes a favor do réu, *e são as do art. 42, § 1, não ter havido no delinquente pleno conhecimento do mal e directa intenção de o praticar*.

Antônio Pedro foi condenado a três meses de *prisão celular*. Como estava preso desde o dia 25 de novembro do ano anterior, *e devendo-se computar esse tempo de prisão ao cumprimento da pena*, o juiz Rodrigo Romeiro mandou que fosse *incontinenti passado alvará de soltura* a favor do réu. Assim, Antônio Pedro foi posto em liberdade.⁶⁹

¶

Angelina Maggi era italiana, nascida na cidade de Estradella. Em 1912, foi

68 A Comarca de Bauru foi criada no dia 16 de dezembro de 1910 e instalada no dia 9 de março do ano seguinte. (NEVES; BUENO FILHO, [1977]).

69 NUPHIS. Caixa 829.

descrita como tendo 21 anos, casada, não sabendo ler nem escrever, empregada doméstica.

Por volta das 19h do dia 12 de setembro de 1912, saiu a passeio, tendo o cuidado de fechar a porta de entrada de sua casa, na rua Ezequiel Ramos, pois tinha inúmeras joias guardadas numa bolsa, em um guarda-roupas trancado, cuja chave deixara dentro de uma caixinha sobre uma de suas malas. Na bolsa havia também 355 mil-réis em cédulas de diversos valores.

Ao regressar, por volta de uma hora da madrugada, a surpresa: a porta de entrada estava arrombada, e partida a lingueta da fechadura. Desesperada, entrou em casa, mas viu que aparentemente estava tudo em ordem. Então, lembrou-se das joias e do dinheiro, correu ao quarto e viu a caixinha no mesmo lugar, sobre uma das malas. Pegou a chave, abriu o guarda-roupas e, ao examinar a bolsa, deu pela falta de seus queridos bens.

Disse à polícia, depois, que só poderia ter sido alguém que conhecia seus hábitos e sua casa, pois nada mais havia sido retirado, e tudo estava no lugar. Fosse um ladrão qualquer, ponderou, roubaria muitos outros objetos, inclusive vestidos, alguns dos quais, disse, *são de preço*.

Angelina forneceu à polícia o nome de um suspeito, Jonas Corrêa de Moraes, indivíduo sem ocupação nem domicílio, vivendo de expedientes, comendo e dormindo nas inúmeras casas de prostituição daquela região da cidade. Frequentava, inclusive, a pensão de Angelina, onde, naquela tarde fatídica, havia pedido para jantar e fora atendido pela moça. Depois de jantar, Jonas perguntou a Angelina se ela tencionava sair, ao que ela respondeu afirmativamente.

Jonas havia explorado por tempos, em Bauru, uma moça de nome Zulmira, que depois se mudara para Botucatu. Numa ocasião, escrevera a Angelina pedindo 20 mil-réis emprestados para se juntar àquela em Botucatu.

Noutra ocasião, fora preso por vadiagem. Quando receava que estava sendo observado pela polícia, procurava trabalhar como pintor, o que durava pouco tempo, pois não entendia do ofício. Certa feita, em visita a Benedito Antunes do Nascimento, seu conhecido, disse a este que iria viajar. Quando saiu, Antunes deu pela falta de uma garrucha, correu à estação da Sorocabana e, próximo ao Hotel Paulista, encontrou Jonas. Interpelou-o sobre a arma e Jonas, depois de vacilar, con-

fessou que a subtraía, mas que logo a restituiria.

Naquela tarde de 12 de setembro, o malandro apareceu no estabelecimento de Herculano Freitas e ficou conversando com João Siqueira, empregado da casa. Disse que precisava fazer uma viagem a Botucatu, mas não tinha dinheiro. Por volta das 20h, Jonas retornou, e Siqueira notou que ele trazia no dedo um *anel de preço comum grande brilhante*. O malandro convidou-o a acompanhá-lo a Botucatu, mas Siqueira respondeu que não podia, não só porque o emprego não permitia, mas também por não ter recursos na ocasião. Jonas disse-lhe, então, que lhe fornecia o dinheiro e, ato contínuo, puxou a carteira e mostrou um maço de diversos valores, afirmando que, quando acabasse o dinheiro, ainda poderia dispor do anel que trazia. Siqueira e os demais ficaram surpreendidos, pois era voz corrente que Jonas não tinha nada de seu. Este explicou, no entanto, que ganhara no jogo.

A polícia tirou Jonas de circulação. Ele foi preso, julgado e condenado à pena de três anos de prisão, a ser cumprida na penitenciária da capital, e multa correspondente a 20% do valor dos ob-

jetos, avaliados em 930 mil-réis.

Eis as joias de Angelina, descritas por ela:

Uma marquise com 22 ou 24 diamantes e uma esmeralda no centro;

Um anel de ouro com as iniciais A. F. R.;

Um anel com um rubim;

Um cordão de ouro para senhora;

Um relógio de ouro para senhora tendo no verso falta de pedras e um pouco amassado ao redor do vidro;

Uma pulseira de ouro, defeituosa ao fechar;

Um colar de pérolas falsas com 12 fios;

Um brinco africano com duas esmeraldas pequenas;

Um broche com medalha de plaquem havendo no broche a inscrição “lembranças”;

Uma medalha de ouro com a efigie de coração de Jesus;

Um anel em forma de chuveiro com um brilhante de um e meio quilates, azulado, sendo esse anel do valor de um conto de reis.⁷⁰



Vicente Novelli e Rosa Dalli casaram-se em 1907. Ela era italiana, 16 anos de idade, sabia ler e escrever, filha do fa-

70 NUPHIS. Caixa 734.

lecido Francisco Dalli. Viúva, sua mãe, Izabel Schiavone, unira-se em segundas núpcias com Silvério Ventrache. O casamento de Rosa e Vicente não andou bem, em cinco anos já tinham se separado três vezes devido ao modo com que ele a maltratava, a ponto de Rosa ser, certa vez, internada na Santa Casa. Além disso, Vicente frequentava casas de prostituição. Nestas ocasiões de separação, Vicente empenhava-se com parentes de Rosa para que ela retornasse ao seu convívio. E ela retornava.

No dia 16 de novembro de 1912, Izabel foi à casa da filha, na rua Bandeirantes. Vicente recebeu-a com uma tranca de porta à mão, ameaçando-a caso ela não se retirasse. A agitação chamou a atenção de um vizinho, Francisco Jordão, que interveio na discussão. Izabel retirou-se, mas percebeu que Vicente e Rosa discutiam.

No dia seguinte, 17 de novembro, por volta das 20h, Rosa resolveu ir à residência de Francisco Jordão. Quando Vicente chegou em casa, vindo de um passeio, e notou a ausência da esposa, ficou furioso e começou a quebrar objetos. Rosa, ouvindo o barulho, voltou para ver o que ocorria. Ao encontrar Vicente armado de um pau, fugiu com

os filhos e buscou refúgio na casa de Antônio Figueiredo, que telefonou à polícia. De lá, Rosa foi para a casa de sua mãe e seu padrasto.

Dois dias depois, 19 de novembro, Vicente foi à residência de Izabel e Silvério, à mesma rua Bandeirantes, seis e meia da manhã. Atendido pela sogra, foi dizendo que queria ver os filhos e que iria matar Rosa. Enquanto Izabel mostrava ao genro, pela janela, algumas das crianças, Rosa, que estava na cozinha, apareceu com um dos filhos no colo. Vicente, vendo-a, pediu que se aproximasse da janela. Ela se aproximou e ele, então, sacou de uma garucha, disparou e fugiu. Rápida, Rosa teve tempo de se proteger. O tiro atingiu uma parede interna da casa.

Chamaram a polícia e testemunhas foram ouvidas. Peritos dirigiram-se ao local e encontraram *numa parede da sala de jantar, proximo ao batente direito da porta que dá entrada para a cosinha, um orificio arredondado de sete centimetros de profundidade, com quatro de largura e dose de altura do soalho, orificio esse produzido por bala de calibre regular.*

O delegado Juvenal de Toledo Piza pediu, em seu relatório do dia 28 de janeiro de 1913, que Vicente fosse

condenado, incurso nas *penas do art. 294 combinado com os arts. 13 e 63 do Cod. Pen. por tentativa de homicídio contra Roza Dalli, sua própria esposa, tendo mostrado essa intenção com premeditação.*

O promotor Eduardo Vergueiro de Lorenna, no entanto, teve outra opinião. Escreveu que, no inquérito policial, não se encontravam elementos para afirmar que Vicente Novelli teve aquela intenção. Nem se podia *deduzir que tenha disparado a sua arma contra uma determinada pessoa, mas simplesmente que deu um tiro em direção ao interior da casa de Silverio Ventrice.*

E pediu o arquivamento do processo. Era o dia 2 de fevereiro de 1913. No dia 4, o juiz Rodrigo Romeiro determinou o arquivamento.⁷¹



Rosa era órfã de pai. Sua mãe, Rita, era uma espanhola que ganhava a vida lavando roupas com a ajuda da filha, enquanto esperava dinheiro de uma herança que viria da Europa.

Rosa trabalhou **durante o mês de fevereiro de 1913** na casa de Juvenal, na rua Ezequiel Ramos. Depois que ficou de-

sempregada, continuou a frequentar assiduamente a casa de Juvenal.

Foi lá que, em março daquele ano, seduzida por ele, teve relação sexual pela primeira vez e, depois disso, mais oito a dez vezes, segundo ela. Rosa tinha então 16 anos incompletos.

Juvenal, um lavrador de 34 anos, era casado com Lydia, de 26 anos.

Rita, a mãe da menor, pretendia mudar-se de casa, mas Rosa se negou a acompanhá-la. Foi então que soube do *defloramento* da filha. Rosa confessou ter sido *desonrada* por Juvenal sob promessa dele de casar-se com ela e sustentá-la.

Juvenal foi denunciado. O exame de corpo de delito, realizado em 8 de abril, comprovou que Rosa não era mais virgem e que a perda da virgindade não era antiga, mas que provavelmente não tinha acontecido nos quinze dias anteriores.

Em depoimento, Rosa reiterou ter mantido relações sexuais com Juvenal na casa deste, e teria sido sua primeira vez, não fazendo sexo com mais ninguém. Disse que era muito amiga de Lydia e que frequentava a casa do casal diariamente. Disse ainda que recebia muitos presentes dele sem

71 NUPHIS. Caixa 220 14.

perceber a má intenção com que eram dados. Apresentou como prova um cartão impresso com o nome *Juvenal de Rezende Silva* e uma data: 5-4-1913. No verso do cartão, se lê:

Minha quirida

Estou ancioso para abejala e muito triste pelo que tem sofrido não temas não te abandonarei sendo para mim fiél. Quando poderemos falar. Enviando-te um beijo e abraço de quem muito te quer.

Confrontada com uma procuração, a letra foi reconhecida como sendo de Juvenal. O acusado, entretanto, alegou que o cartão não era dirigido a Rosa, mas a uma pessoa *que não lhe convem dizer*.

Lydia, por sua vez, disse nada saber sobre o estupro de Rosa nem quem tinha sido o autor. Além disso, falou que a menina costumava ter muitos namorados e que observara, várias vezes, a *casa de Rosa cheia de moços estranhos amigos da família da mãe de Rosa que ficavam lá a prosear até alta noite*. Confirmou que Rosa ganhava muitos presentes, mas era ela, Lydia, quem os dava, não Juvenal. Lydia supunha que Rosa o chantageava a fim de conseguir algum dinheiro.

Um dos namorados que Rosa tivera era um italiano. Palmiro Quezzino

tinha 24 anos, tocava na banda do Bauru Cinema e estranhava quando ia ao cinema acompanhado da menina e a via trocar *olhares amorosos* com Juvenal, pois sabia ser ele casado. Havia meses não eram mais namorados.

Além do ex-namorado, outras testemunhas formam convocadas. Lucinda morava numa casa cujo quintal era comum à casa de Juvenal. Via quando ele e Rosa saíam ao quintal, a *olharem-se com afetuosidade*. Confirmou a amizade da menina com a família dele, presenciando *muitas vezes Rosa abraçar e beijar a mulher de Juvenal*.

Outras testemunhas deixaram claro que os dois tinham algo mais que amizade. Uma delas disse ter sabido do caso pela própria esposa do acusado. Lydia teria dito a Juvenal que escolhesse, *Rosa ou eu*.

Benedito Antunes do Nascimento, outra testemunha, morando numa casa de frente à de Rosa, disse ter presenciado *quadros escandalosos*, em que Rosa e seu noivo, Palmiro, se *abraçavam e beijavam aproveitando a estada proposital da mãe dela fora de casa*. Disse ainda *que os colóquios desses noivos se prolongavam até altas horas da noite, mas não sabendo se tais excessos tivessem fim pelo coito*.

Outra testemunha, pelo contrário, disse não ver nada de mais no comportamento da menina com o noivo. A defesa de Juvenal procurou desqualificar o depoimento de Rosa. Ela seria uma moça muito namoradeira e teria trabalhado de empregada na casa de um negociante, onde havia um bar anexo frequentado por mulheres de *vida fácil* e com as quais ela teria tido contato, o que *devia necessariamente exercer sobre a pessoa de Rosa uma influência perniciosa*.

Além disso, alegou a defesa, como poderia Rosa ter sido estuprada em casa de Juvenal, na cama deste, se, como dizem as testemunhas, Lydia não costumava sair de sua casa?

Lembrou também que Rita, a mãe, tinha bens na Espanha, para duvidar da miserabilidade da família. O que ela queria, com a denúncia, era extorquir dinheiro de Juvenal.

A promotoria pronunciou Juvenal como incurso na sanção do artigo 267 do Código Penal, cuja pena era de quatro anos de *prisão celular*.

O crime prescreveu depois de oito anos.⁷²



Maria Francisca, nascida em Taubaté, filha de Maria Custódia e órfã de pai, alegou, **em julho de 1913**, ter sido forçada a fazer sexo e perdido a virgindade. Tinha então 15 anos, era de *constituição robusta, cor morena e não sabia ler ou escrever*.

Seu agressor foi Manoel Martins Leite, amasiado de sua mãe. Havia muito tempo, segundo a moça, que ele manifestava vontade de ter com ela relações sexuais. Francisca contava à mãe sobre as intenções do padrasto, mas ela não acreditava. Pelo contrário, sua mãe e Manoel a maltratavam, até que ela saiu de casa e foi para a de Maria do Carmo, muito sua amiga, casada com Pedro do Carmo Sobrinho.

Segundo declarações que deu à polícia, certa noite ela estava em seu quarto, ainda na casa da mãe, quando entrou Manoel querendo abraçá-la e beijá-la. No dia 4 de julho, uma sexta-feira, sob pretexto de cortar um cabo de enxada, ele conseguiu levá-la a um mato da fazenda do coronel Gustavo Maciel, onde trabalhava e morava com Maria Francisca e a menina, e estuprá-la.

Manoel foi preso. Era viúvo, 38 anos,

72 NUPHIS. Caixa 732.

analfabeto e também natural de Taubaté. Assumiu o ato, mas se defendeu dizendo que Maria Francisca o provocava, fazendo-lhe cócegas e apertando suas mãos. Afirmou ainda que foi apenas aquela vez e que nunca ouvira dizer que a menina mantivera relações com outra pessoa. Dias depois, sob interrogatório, apresentou outras informações. Disse que Maria já vivia em Bauru quando ele se mudou para a cidade, porém a menina ainda morava em Taubaté, vindo só posteriormente para sua companhia, já *deflorada* quando chegou. Tendo-a sob sua proteção e afeiçoando-se a ela como se fosse sua filha, alegou, não seria neste momento que procederia mal. Peritos que realizaram o auto de corpo de delito, no dia 15 de julho, confirmaram o rompimento do hímen, sem poderem precisar a época que isto teria ocorrido, afirmando, no entanto, que o fato não se sucedera nos dez dias anteriores.

Maria do Carmo confirmou a versão de que Maria Francisca era maltratada em casa. Disse que manifestava vontade de viver em sua companhia e lhe contava sobre as investidas de Manoel. Contou ainda que, havia alguns dias, ela e o marido retiraram-se da fazenda

do coronel Gustavo Maciel, onde Pedro era camarada, e foram se empregar nas terras de Carr Ribeiro, e que a menina queria acompanhá-los, dizendo que iria junto com a carroça que transportava a mudança.

Seis testemunhas depuseram, e quatro delas afirmaram que a própria Maria Francisca dizia que, quando viera para Bauru, já não era mais virgem. Uma testemunha depôs contra Manoel, mas esta, segundo consta nos autos, não era merecedora de crédito, pois havia fugido com a jovem e era *evidente seu interesse em lançar contra outro uma responsabilidade que poderia lhe pesar*, segundo o promotor Eduardo Vergueiro de Lorena. Havia ainda a circunstância de a *suposta vítima* estar casada havia um mês.

O promotor entendeu que o réu deveria ser despronunciado, e o processo arquivado.

No dia 9 de setembro de 1913, o juiz Rodrigo Romeiro expediu alvará de soltura e, no dia seguinte, Manoel foi colocado em liberdade.⁷³

73 NUPHIS. Caixa 834.



José Meleiro trabalhava como cocheiro na casa da *decaída* Antônia Mira, na rua Primeiro de Agosto, **desde 10 de maio de 1914**. Meleiro era espanhol, tinha 50 anos, era casado e morava na rua das Flores.

No dia 4 de junho daquele ano, foi despedido e alegou às autoridades que isto se devia ao fato de ter pedido 30 mil-réis que a patroa lhe devia. No dia seguinte, às 8h, estava em sua casa quando apareceu *Maria de Tal*, outra empregada de Antônia Mira, que tinha ido buscar um peru que Meleiro teria furtado. Este, inconformado com a acusação, foi à casa de Antônia Mira avisar que não tinha furtado nada, que isto era uma calúnia. E aproveitou para cobrar o resto do dinheiro que a ex-empregadora lhe devia.

Antônia exaltou-se, querendo agredi-lo. Nisto, Meleiro vibrou-lhe duas facadas e fugiu. Descia a rua Batista de Carvalho, próximo à Casa Vermelha, quando foi preso pelo praça José Conceição de Araújo.⁷⁴



Deu no jornal O Município de **18 de outubro de 1914**:

Os dois mais altos dignitários da Câmara Municipal desta cidade, parece, correm á porfia de ver qual dos dois mais escandalos proporciona á curiosidade publica. O prefeito, coronel Manoel B. da Cruz, – depois de deixar impudentemente, em documentos públicos os traços de sua vida de cynico amancedo, passeia por toda a zona o objecto dos seus amores illicitos – Alice Alvares, por alcunha “Boneca” – e isso, não já com desrespeito á nossa sociedade indulgente, mas até aos mais sagrados sentimentos de pae e de filho.

O sub-prefeito, Americo Blois, em dias da semana passada, por motivos que ignoramos e nem queremos saber, esbordoou barbaramente a sua ex-amante Angelina Mazi, damnificando-lhe ainda os moveis da casa e tudo no meio de grande algazarra, que admira não tenha chamado a atenção das patrulhas de policia.

Não sabemos a reação do prefeito, mas Américo Blois, um mineiro de 35 anos, não gostou e procurou a polícia. Um inquérito foi aberto e Angelina Maggi foi chamada a prestar declaração no

74 NUPHIS. Caixa 841.

dia seguinte. Perante o delegado Juvenal de Toledo Piza, identificou-se como sendo *Angelina Maggi, italiana, com vinte e trez anos de idade, casada, costureira, residente nesta cidade, não sabendo ler nem escrever*. Disse que vivia em companhia de Américo Blois havia três anos, sendo bem tratada por ele, *não tendo senão pequenos atritos próprios da vida em commum*. O mobiliário da casa, disse ela, havia sido dado por ele.

Angelina negou a versão do jornal e contou outra história: às 19h do dia 9 de outubro, Américo foi à sua casa, na rua Costa Ribeiro⁷⁵, dizendo que iria abandoná-la, ameaça esta motivada por ciúmes. Ela insistiu para que ele desistisse de seu propósito, mas ele se mostrou resoluto. Ela, então, num acesso de fúria, passou a quebrar e atirar à rua móveis, vidros e demais objetos que o próprio Américo havia lhe dado. Ele procurou acalmá-la e recolheu os objetos atirados à rua. Nisto, uma vizinha, Nhá Chica, a pedido de Américo, apareceu e disse a ela que deixasse de estragar os móveis e não praticasse mais loucuras. Américo pediu à vizinha que fizesse companhia à Angelina e retirou-se.

75 Atual rua Presidente Kennedy.

Num dos quartos da casa, estava ainda Henriqueta Marcondes Cesar, em tratamento de uma doença.

No dia seguinte, passou pela casa o advogado Eduardo Vergueiro de Lorena, parou e ficou conversando com Angelina do lado de fora, ao lado da cerca. Falaram sobre o incidente do dia anterior, e Lorena perguntou se Américo havia lhe ofendido e quebrado muitos móveis. Sugeriu que ela desse parte à polícia.

À noite, visitaram a casa os advogados Lorena e Afonso Dionísio Gama e o médico Calixto de Medeiros. Os dois primeiros disseram a ela que, quando ocorresse episódio semelhante, os procurasse, que eles tomariam providências junto à polícia. E insistiram para que ela denunciasse Américo pelos fatos já ocorridos. Ambos entraram na sala de jantar e no quarto de dormir de Angelina para verem os estragos. Viram o corpo da moça à procura de sinais da briga.

No mesmo dia 19 de outubro, os médicos José de Castro Goyanna e Calixto de Medeiros procederam ao auto de corpo de delito da jovem. Descreveram-na como sendo de *côr branca, com vinte e tres annos de idade, residente a rua Cos-*

ta Ribeiro, diz que não tem manchas ou synaes de pancada alguma. Examinando sem as vestes, notamos ser de constituição robusta e aspecto sadio, não apresenta ao exame medico synaes de manchas de contusão ou ferida ou mesmo escoriações recentes. Apresenta na parte interna do braço direito vasta quebside (cicatriz viciosa antiga) em consequencia de queimadura ha 3 annos; e grandes cicatrizes em consequencia de vacinas ha 16 annos; e varias mais naturais esparsas pelo corpo inclusive estrias gravídicas.

O exame não indicou sinais de violência, e então o delegado Toledo Piza intimou Henriqueta, a que estava doente.

Henriqueta Marcondes Cesar, *brasileira, com vinte e trez annos de idade, viuva, costureira, residente nesta cidade, não sabendo ler nem escrever, nada acrescentou ao caso, nada vira, apenas ouvira a discussão.*

Nhá Chica também depôs e confirmou a versão de Américo e Angelina. Ausente de casa, José Aguiar, companheiro de Nhá Chica e proprietário do armazém Cravo Roxo, disse ter ouvido dela o que se passou. Outras testemunhas colocaram novos elementos na história.

Hermínio Pinto, escrivão da Coletoria Federal, rapaz de 24 annos, disse

ter ouvido de José Alexandre Abraços Martinho que Angelina havia sido espancada por Américo. E que, no dia da confusão, havia outro homem na casa, Heitor Maia, que foi obrigado a sair pela janela dos fundos. No entanto, ouviu de outro, Antônio Maia, que era tudo mentira.

José Alexandre Abraços Martinho, um português de 28 annos, redator do jornal O Município, também depôs. E a história ganhou maior dramaticidade. Disse que, perto da casa de Paulino Fonseca, ouviu de Manoel Marcos Silva que Américo, alcoolizado, foi à residência de Angelina armado de revólver e quis atirar em Heitor Maia, que se achava na casa em companhia da moça. Heitor teria, então, fugido pelos fundos, deixando Angelina a sós com Américo, que passou a espancá-la e a quebrar vidros e móveis, cena testemunhada por Gabriel Marques. Continuou Martinho: vendo que Lorena passava em frente a sua casa, Angelina convidou-o a entrar e verificar os danos causados pelo rapaz alcoolizado. E mais: disse que, na presença de Custódio Nogueira Leite, na rua Batista de Carvalho, Angelina teria dito que Américo não queria ter seu nome publicado no jornal, envolvido neste

incidente. Martinho confirmou que contou a Hermínio o que acabava de expor.

Manoel Marcos da Silva, 40 anos de idade, também redator do jornal, era natural do Rio de Janeiro. Em depoimento, disse que teve conhecimento dos fatos por intermédio de José Aguiar, companheiro de Nhá Chica, no dia 12, às 9h, na casa Cravo Roxo. Por esta versão, Américo era o autor da quebradeira e da agressão à Angelina, motivadas pela presença de Heitor Maia, que teria fugido pelos fundos. E mais: Angelina teria ido à casa de José Aguiar e narrado o acontecimento. Ao voltar para casa, situada nos fundos da Cravo Roxo, a moça lhe teria gritado: – *O homem me quebrou os trastes!*. Manoel Marcos negou, entretanto, ter dito a Martinho que Américo se achava embriagado na ocasião.

Calixto Medeiros era um jovem médico, 26 anos, solteiro, natural de Santa Catarina. Disse que tinha o hábito de sair à noitinha a passear pela cidade em companhia dos amigos Afonso Dionísio Gama e Eduardo Vergueiro de Lorena. Passavam pela rua Costa Ribeiro, em frente à casa de Angelina, quando esta apareceu em uma das janelas e convidou Lorena a entrar. Todos en-

traram e viram os estragos. Interrogada por Lorena, a moça disse que havia discutido, por ciúmes, com Américo, tendo este espancado-a e quebrado diversos móveis, mostrando uma peça da sala de jantar com vidros partidos. Lá permaneceram poucos minutos. O médico não notou em Angelina sinais externos de espancamento. Lorena examinou-lhe os braços à procura de sinais de ofensa e perguntou-lhe por que não dava parte à polícia pelo referido espancamento, e ela respondeu que não o fazia por medo de Américo. No dia 21 de outubro, fez-se a acareação entre Manoel Marcos da Silva e José Aguiar, tendo em vista as divergências entre os depoimentos. Aguiar negou ter dado as informações aludidas por Marcos. Este, por seu lado, confirmou ter ouvido daquele os fatos, mas sob condição de reserva, pois Aguiar tinha negócios a liquidar naqueles dias com Américo e não desejava ver seu nome envolvido no incidente. Aguiar negou ter negócios com Américo.

Continuaram os depoimentos. No dia seguinte, foi chamado Afonso Dionísio Gama, advogado, 46 anos, natural de Salvador, Bahia. Assim como Vergueiro de Lorena, era pensionista do Hotel Central. Confirmou o passeio

habitual, com um ou outro dos amigos, e às vezes com os dois. Não sabia o nome da rua, nem que a tal casa, *em forma de chalet*, fosse de Angelina Maggi, o que só soube depois. Confirmou que a moça apareceu na janela e convidou Lorena para que entrasse. Este, depois de hesitar por algum tempo, aceitou, dizendo que ia aproveitar a oportunidade para saber pormenores do fato que já era de conhecimento geral. Gama resolvera entrar também, receoso de que o convite de Angelina fosse uma cilada, pois que era público e notório na cidade, segundo ele, que havia entre Lorena e uma pessoa muito próxima de Angelina uma *inimizade fidalgal*. Entrando, evitaria uma surpresa desagradável ao amigo. Confirmou a versão de Lorena: as queixas de Angelina sobre o espancamento, a quebradeira e o medo que a moça tinha de Américo, além da vergonha de ir à polícia e dizer que tinha sido espancada. E mais: Lorena teria dito que ela poderia ter tomado um carro e procurado por ele em seu escritório para que, como advogado, a acompanhasse à polícia, como ele tinha feito muitas vezes com outras pessoas, independentemente de quaisquer honorários. Angelina teria

mostrado o guarda-louças sem vidro. Depois disso, seguiram seu passeio calmamente, como de costume. Dionísio não *ligara a mais insignificante importância* ao fato, quando foi surpreendido pelo convite do delegado a depor no inquérito. Lamentou apenas que, *por uma circunstancia completa e meramente casual, tivesse sido envolvido num fato tão desagradável, como o de que se trata*.

No mesmo dia 22, depôs Eduardo Vergueiro de Lorena, advogado, viúvo, 30 anos de idade. Sua versão foi que no dia 15, *se não lhe falha a memoria*, passava pela rua Costa Ribeiro, durante o dia, em direção à Estação Paulista, onde ia enviar dois telegramas. Viu parado um carro dentro do qual se achava Calixto de Medeiros. O cocheiro, empregado da Cocheira Bragante, havia sido, em tempos, funcionário do Hotel Dix. Medeiros esperava a saída de Goyanna, que se encontrava em serviço numa casa em frente à da *meretriz* Angelina Maggi. Esta, abrindo uma janela, e sem entrar em detalhes, contou-lhe que dias antes fora *esbordada* por Américo Blois, em razão de haver este encontrado em casa dela um cavaleiro, cujo nome, cuidadoso, Lorena absteve-se de revelar.

Convidado insistentemente a entrar, aceitou, com o interesse de saber com mais segurança o que a imprensa noticiara sobre o fato. A visita durou cerca de cinco minutos, nos quais a moça mostrou a ele e seus amigos os estragos. Perguntando, ouviu dela que não deu queixa à polícia por medo e vergonha. Lorena aconselhou-a a dirigir-se à polícia caso o fato se repetisse e saiu com seus companheiros.

Disse ainda que, dias antes, estivera na joalheria de Alberto Tambara conversando com Carlos Marques e soube deste, por *fonte segura*, que Américo havia espancado Angelina e arrebatado móveis de sua casa.

Enquanto o processo corria, Américo e Angelina voltaram às boas. Tanto que, em dezembro daquele ano, o moço fez a doação de *uma casa de morada, construída de tijolos, coberta de telhas, sita a Rua Costa Ribeiro, [...] com o terreno respectivo com treze metros de frente por quarenta e quatro de fundos, confrontando dita casa e terreno de um lado, com Henrique Marchioni, de outro lado com Carlos Pereira Villa Verde, pelos fundos com Antônio Quaggio, e pela frente com a mencionada Rua Costa Ribeiro,*

*predio este e terreno que estima no valor de cinco contos e setecentos mil reis (Rs. 5:700\$000), e que se acham onerados por um credito hypothecario a favor de João Rodrigues Maia, no valor de dois contos e setecentos mil reis [...] A hypoteca referida e que ora grava o immovel doado fica a cargo e responsabilidade da donataria [...]*⁷⁶.

A promotoria pediu o arquivamento do processo, o que de fato ocorreu no dia 4 de fevereiro de 1915.⁷⁷



Manoel Pereira dos Santos era praça da Força Pública destacado em Bauru. Tinha 23 anos, era casado e analfabeto. Morava na rua Rio Branco. **À uma da manhã de 2 de fevereiro de 1915**, estava em sua casa depois de ter feito a patrulha rotineira, quando começou a ouvir gritos que partiam da casa vizinha, onde morava a italiana Elisa Chelegins, *côr branca, com quarenta annos de idade presumíveis, e de constituição franzina*, segundo o exame de corpo de delito a que ela se submeteu. Os gritos diziam insistentemente: – *Não quero! Não quero!*. Depois,

76 NUPHIS. Caixa 254 20.

77 NUPHIS. Caixa 215 09.

Manoel ouviu pedidos de socorro e uma voz dizendo: – *Me matou!*. Nisso, o praça saltou da cama e, ao sair à rua, encontrou Elisa caída em frente à casa. Poucos instantes depois, chegou David dos Santos, empregado da Estrada de Ferro Paulista, português de 20 anos, casado, que trabalhava no barracão da companhia naquele momento. Ao ouvir os gritos, dirigiu-se para o local a tempo de ver um indivíduo sair da casa e se meter num mato próximo. Logo depois, chegaram os praças Sebastião Leite e José Rodrigues, a quem David indicou o local onde o agressor se refugiara.

Os praças encontraram o indivíduo escondido no mato, deitado, e o prenderam. Tinha uma faca na mão.

A italiana Elisa disse à polícia que um indivíduo chegou à sua casa dizendo-se amigo de seu marido e pediu-lhe pouso. O marido dela estava por aqueles tempos trabalhando no Mato Grosso e ela, acreditando na história, deu-lhe o pouso pedido, preparando-lhe uma cama na sala de jantar.

Em adiantada hora da noite, porém, o indivíduo entrou em seu quarto e avançou sobre ela, querendo estuprá-la. Ela resistiu, ele desferiu-lhe uma facada e fugiu.

O indivíduo era Vicente Hipólito, 37 anos, italiano natural de Colla de Mezza, analfabeto, em Bauru havia dois dias, vindo de Jacutinga, onde residira por dois anos e sete meses. No momento em que foi preso, confirmou que tinha dado uma facada nas costas de Elisa por ela não querer ter relações sexuais com ele, embrenhando-se depois numa capoeira nas proximidades da estação da Companhia Paulista. Reconheceu como sua a faca que lhe foi apresentada. Ficou preso a partir daquela data.

Dias depois, mudou sua versão. Num interrogatório, em 27 de fevereiro daquele mesmo ano, disse que havia chegado a Bauru e encontrado um casal que vinha de Rio Claro procurando por um genro. Quando tentou encaminhar o casal, encontrou-se com Elisa, que teria lhe perguntado se precisava de hotel, convidando-o a acompanhá-la até sua casa, ao que ele acedeu. Chegando à casa, ela contou-lhe que seu marido estava em Jacutinga e perguntou se o conhecia, *ao mesmo tempo que procurava saber se elle tinha dinheiro*. Vicente teria dito que não o conhecia e que trazia apenas 1,3 mil-réis. Elisa, então, convidou-o para viver em companhia dela, tomou o dinheiro e chamou

um garoto para que comprasse pinga. Beberam. Isto se repetiu, segundo Vicente, por três vezes. Depois disso, Vicente, embriagado, perdeu a memória e só voltou a si *muito tempo ao seguir-se a prisão*.

No dia 16 de março, foi solto sob pagamento de fiança estabelecida em 300 mil-réis. Aguardou o julgamento em liberdade.

Vicente foi julgado no dia 15 de abril de 1915. O júri considerou por unanimidade que ele havia ferido Elisa a facada, mas, também por unanimidade, que havia atenuante, o de ter cometido o crime em *estado de embriaguez incompleta*.

Vicente foi condenado a três meses de prisão celular, incurso no artigo 303 do Código Penal. Foi novamente preso até completar a pena. Depois disso, foi colocado em liberdade. Era o dia 2 de junho de 1915.⁷⁸

¶

O inspetor de quartirão Ramiro Martins Pereira prendeu José Tobias por ter estuprado Rosa Villa, 11 anos. O fato se deu na Fazenda Corredeira, distrito de Pirajuí, **em abril de 1915**.

Em ofício dirigido ao subdelegado de polícia em exercício daquele distrito, Ramiro relatou ter tomado conhecimento do fato por intermédio da mãe da menor. Disse ainda que José Tobias prometera assassinar a menina caso ela contasse o sucedido. O inspetor interrogou mãe e filha, que confirmaram o fato. E mandou escoltar o preso até a subdelegacia.

José Tobias era casado com Maria Villa, tinha 22 anos de idade, lavrador, nascido em Vila Velha, Estado da Bahia, analfabeto. Negou ter praticado o crime. Rosa era irmã de Maria, portanto, cunhada de seu suposto agressor. Interrogada pelo subdelegado José Paulino de Carvalho, a menina disse que era filha de José Villa e Tiana Villa, italianos, nascida neste Estado, não sabendo ler nem escrever. Disse que estava trabalhando na cozinha quando seu cunhado José Tobias chamou-a para ir ao mato tirar cipós. Chegando lá, ele obrigou-a a deitar-se e estuprou-a. Rosa disse ainda que não resistiu por medo e que Tobias ameaçou-a para que não contasse a ninguém.

Neste interrogatório, narrou um episódio ocorrido meses antes. Trabalhava de empregada doméstica para

78 NUPHIS. Caixa 717.

João Corrêa e este, certa vez, entrou no quarto onde ela se achava brincando com uma criança, filha dele, e trançou-a no cômodo, dizendo querer servir-se dela, nada conseguindo naquele momento.

Maria Villa era uma italiana de 16 anos. Interrogada, disse saber que seu marido tinha levado Rosa para o mato e viu quando ela retornou com a roupa manchada de sangue. Soube por ela que ele tinha sido o agressor.

As testemunhas convocadas disseram mais ou menos a mesma coisa, ou seja, *ouviram dizer* que José Tobias havia estuprado e deflorado sua cunhada.

O subdelegado considerou ter ficado provado o crime de estupro e mandou conduzir sob escolta José Tobias para a delegacia de Bauru, onde ficou preso preventivamente.

Novas testemunhas foram ouvidas, mas nada que acrescentasse informações ao que já se sabia. O caso, segundo relatório, era baseado em vagos indícios, o que fez com que o juiz Rodrigo Romeiro julgasse improcedente a denúncia, expedindo, a favor do réu, alvará de soltura.⁷⁹



No dia 26 de abril de 1915, por volta das 19h, Amélia e Cleonice, mãe e filha, saíram de casa e foram à cadeia levar café ao soldado Teófilo, amasiado de Amélia. Lá chegando, Cleonice pediu permissão à mãe para ir à casa de sua amiga Floripes, que morava em frente. Cleonice trajava um vestido branco com bolinhas vermelhas. Amélia, antes de ir embora, recomendou a Teófilo que mandasse sua filha embora logo para casa. Em frente à cadeia estavam dois soldados de guarda, um deles era Eduardo Francisco de Paula.

Floripes não estava em casa, nem sua mãe, mas apenas seu padrasto, o soldado conhecido como Manoelzinho. Manoel Pereira dos Santos chamou Cleonice a um quarto, colocou-a em seu colo, procurou tirar-lhe a roupa e fazê-la deitar numa cama, dizendo que *era só por cinco minutos*. O soldado pegou duas notas de 5 mil-réis e disse que daria à menina *se ela deixasse tirar-lhe a calça e deitar na cama*. A garota se desvencilhou de Manoelzinho e fugiu, mas a manga esquerda de seu vestido ficou rasgada, e os colchetes arrebatados. Na fuga, reparou que os dois mi-

79 NUPHIS. Caixa 830.

litares continuavam parados na porta da cadeia.

Chegando em casa, foi esta história que contou a Amélia.

Cleonice tinha 9 anos, era natural de Queluz e vivia apenas com sua mãe. Estudava no Grupo Escolar de Bauru.

Amélia foi até a polícia no dia 2 de maio, acompanhada da filha. Tinha 29 anos, era analfabeta e cozinheira da Casa Lusitana. Declarou ser casada, mas o marido, Joaquim Silva, a havia abandonado seis meses antes, *disendo que ia assentar praça na Força Publica do Estado*. Ela vivia, então, amasiada com o soldado Teófilo Francisco.

O soldado Eduardo depôs e disse ter sabido da história por meio de outros colegas, mas não ouvira nenhum grito partindo da casa de Manoelzinho.

Auta Tezza de Souza, de 21 anos, estava na casa de suas amigas Elvira e Maria, vizinhas de parede-meia da casa de Manoelzinho, divertindo-se em jogar (provavelmente baralho) das 18h até as 22h. Em depoimento, também afirmou não ter ouvido gritos partindo da casa.

Outros soldados depuseram, inclusive Teófilo Francisco, e relataram nada ter ouvido.

No dia 5 de maio, um exame de corpo de delito, presenciado pela mãe, descreveu Cleonice como sendo de *de constituição linfática e aspecto escrofuloso, tem de altura: 1 metro e 26 centímetros; de peso: 24 quilos*. Os peritos encontraram algumas manchas nas pernas, mas nada de anormal nos órgãos genitais, o que os fez concluir que a menina não sofrera qualquer violência.

Nada apurado contra Manoelzinho, o promotor sugeriu o arquivamento do processo, no que foi atendido pelo juiz Rodrigo Romeiro.⁸⁰



Isaura de Andrade, 22 anos, solteira, autodeclarada prostituta, estava em frente à sua casa, só, na rua Ezequiel Ramos, **por volta das 22h de 16 de maio de 1915**, quando apareceu Luthero França e propôs que entrassem. O moço era frequentador assíduo da casa de Isaura, mas não era seu *enrabicho*, conforme diria ela depois à polícia.

Entraram, trocaram algumas palavras, e então Luthero sacou de uma arma e desfechou um tiro que atingiu a perna esquerda de Isaura. A moça correu

80 NUPHIS. Caixa 203 16.

e procurou abrigo no armazém Cravo Roxo, de José de Aguiar, e lá foi ao chão. Houve ainda vários outros tiros, mas não a atingiram.

No Cravo Roxo, Miguel Mira Rodrigues, espanhol de 23 anos, carroceiro, tomava cerveja em companhia de Hermógenes de Oliveira, lavrador de 25 anos. Miguel ouviu os tiros, viu Isaura entrar dizendo-se ferida e fugiu pelas portas do fundo do armazém, sem prestar socorro. Luthero França, um reincidente no crime, confessou o ocorrido. Com ele foi apreendido o revólver Smith & Wesson número 291.135, cabo de madreperla e calibre 32.⁸¹



No dia 8 de agosto de 1915, José Pinto Sampaio foi à pensão de Josefina Nunes, na rua Primeiro de Agosto. Com uma arma na mão, ele procurava sua esposa, Fermina Nunes, e lá a encontrou. Fermina fugiu pelos cômodos da pensão e se escondeu no quarto de Chiquinha Goyanna. Sampaio viu-a no quarto, apontou a arma e disparou. A bala atingiu a cabeça de Fermina e ela caiu gritando. O agressor saiu dali e foi se entregar à polícia.

81 NUPHIS. Caixa 731.

Sete meses antes, José e Fermina se casaram. Ele era pedreiro, natural de Piracicaba, e tinha 26 anos. Ela tinha 15 e era filha de Josefina Nunes, dona de um bordel onde trabalhavam várias moças, entre elas Chiquinha Goyanna. Viviam bem até que, em julho, por *pequenas questões*, segundo Sampaio, Fermina retirou-se de casa e foi morar com a mãe, no bordel. Ele receou que Josefina lançasse a filha na prostituição, suspeitando que a sogra quisesse fazê-la amigar-se com Theodoro Graser. No retorno de uma viagem a São Paulo, notou que sua esposa *vinha sendo obsequiada* por Graser que, inclusive, ajudou-a a descer do trem.

Dias depois, fez as pazes com Fermina e combinou de mudar-se para outra casa. Naquela manhã, dormia num cômodo *pegado ao bordel*, enquanto Fermina dormia em outro, em companhia de sua avó Maria Nunes. Sampaio acordou e foi ao quarto onde Fermina deveria estar, mas não estava. Desconfiando da infidelidade da parceira, procurou-a pelos vários cômodos do bordel e ouviu sua voz num quarto, cuja porta estava fechada. Ouviu outra voz e supôs que fosse de homem. Entrou e disparou. Esta era a sua versão.

Os peritos encontram-na *deitada, em decubito dorsal, com a cabeça levantada inclinada para o lado direito, com o pescoço manchado de sangue fresco.*

Apresentava na na parte posterior da orelha esquerda á cinco centímetros do conduto auditivo externo um orifício de bordos chamuscados, e regulares, medindo cinco milímetros de diâmetro, por onde se escoara o filete de sangue.

Josefina Nunes, viúva de 38 anos, disse à polícia que seu genro maltratava sua filha e que, por isso, retirou-a do lar e mandou-a para a casa de seu irmão, em São Paulo. Sampaio procurou a sogra pedindo-lhe para trazer Fermina de volta, prometia *fazer nova vida*, alugar uma casa para ambos morarem. Josefina viu nisto um sinal de boa-fé e mandou Maria Nunes buscar a menina em São Paulo. No entanto, quando Fermina voltou – Sampaio a esperava na estação –, não havia nenhuma casa alugada, então foram morar na pensão.

Disse mais: que Sampaio era mau marido, embriagava-se sempre, e que ela frequentemente mandava mantimentos para a filha, visto que o genro não trabalhava.

Chiquinha Goyanna, 21 anos, disse que Fermina fora a seu quarto dizen-

do que Sampaio estava bravo. A moça sentou-se junto a Chiquinha e, na sua versão, Sampaio teria entrado com a mão para trás e foi se aproximando da mulher. Perguntou o que ela estava fazendo, ao que sua esposa respondeu que *estava enxugando o rosto*. Sampaio, então, perguntou a Chiquinha se ela estava doente. No momento seguinte, ele deu um tiro no ouvido de Fermina e saiu.

Maria Nunes, a avó, tinha 59 anos e era viúva. Confirmou que tinha ido a São Paulo e trazido Fermina de volta. Ao saber que teriam que morar uns dias na casa de Josefina, pois o moço não alugara casa alguma, Maria lhe disse que não ficava bem, *porque o povo fallava*, referindo-se ao bordel, mas Sampaio dissera-lhe que dois dias não era nada.

Segundo a avó, naquela manhã Fermina levantou-se e foi à privada, que ficava fora da casa. Sampaio, à sua procura, encontrou-a, deu o tiro, saiu do quarto, encontrou-se com Maria, disse-lhe: – *Fermina está pronta*, e saiu.

Fermina Nunes também depôs. Disse que, no mês de julho, Sampaio a espancara por duas vezes e que, quando em São Paulo na casa do tio, este não queria que ela retornasse a Bauru. Seu

relato trazia ligeiras divergências. Na manhã do dia 8, ela levantou-se primeiro que todos e foi à privada. O marido foi ao seu encontro, com a mão direita para trás. Pensando que fosse apanhar, *como de costume*, Fermina correu para o quarto de Chiquinha, seguida por Sampaio que, chegando, perguntou a esta: – *O que está fazendo? Está doente?*

Diante da negativa, ele dirigiu-se a Fermina e perguntou-lhe o que fazia ali. – *Enxugando o rosto*, disse ela. Em seguida, Sampaio disparou um tiro que atingiu a parte de trás de sua orelha esquerda. Quando Fermina acordou, minutos depois, estava nos braços de sua mãe.

A bala ficou encravada no osso, e Josefina levou a filha para ser operada na capital. No Hospital Central da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, no dia 31 de agosto, o médico de plantão, conhecido como Sarmiento, retirou o projétil, mas proibiu terminantemente a menina de viajar, o que levou a mãe a explicar ao promotor Antônio de Moraes Barros sua ausência de Bauru. Fermina teve alta no dia 2 de setembro. José Pinto Sampaio foi preso e levado a julgamento, o que ocorreu no dia 6 de outubro de 1915.

O júri, composto por doze membros, considerou unanimemente que o réu perseguiu sua companheira e desferiu-lhe um tiro. À pergunta *O réu praticou o crime impelido por motivos frívolos?*, sete jurados responderam: *Não*. Nove concordaram que o réu *cometeu o crime em superioridade de força de modo que a ofendida não pode se defender com probabilidade de repelir a ofensa*; e foram unânimes quanto à *superioridade de sexo de modo que a ofendida não pode se defender com probabilidade de repelir a ofensa*. Dez consideraram que o crime foi cometido *com superioridade de armas de modo que a ofendida não pode se defender com probabilidade de repelir a ofensa*. Foram unânimes também em responder afirmativamente que o réu *praticou o crime contra o seu cônjuge*.

No entanto, onze jurados consideraram *que existem circunstâncias a favor do réu, que é a do § primeiro do artigo 42 do código penal – não ter havido no delinquente pleno conhecimento do mal e directa intenção de o praticar*; e sete deles concordaram que *o réu se achava em estado de completa privação de sentidos e de inteligência no acto de cometer o crime*.

Diante disso, o juiz Rodrigo Romeiro determinou que se desse baixa na culpa

e se expedisse o alvará de soltura a favor de Sampaio. O rapaz estava livre.

A promotoria apelou para o Tribunal de Justiça do Estado. Aquele tribunal anulou o julgamento *em virtude das incongruências nas respostas aos quesitos formulados, pois os snrs. Juizes de Facto ao responderem os referidos quesitos, reconheceram as agravantes do § 5º do artg. 39, a atenuante do § 1º do artg. 42, em contraposição á dirimente do § 4º do artg. 27 do Codg. Pen. Acc. 6363 pag. 281 do Vol. 7º da Rev. dos Tribunaes. Bento de Faria pag. 124.* Estava manifesta a *incongruência das respostas do conselho de sentença, aos quesitos 3º, 4º e 5º [...]*. No dia 30 de abril de 1916, a sorte de Sampaio estava selada: seria levado a novo julgamento. No dia 30 de maio, o juiz Rodrigo Romero expediu novo mandado de prisão, mas Sampaio já não estava mais em Bauru. Havia rumores de que se encontrava em Piracicaba.

Não se sabe como o caso terminou.⁸²



Por volta das três da tarde do dia 22 de agosto de 1915, quatro pessoas caminhavam por uma estrada que ligava Bauru à Fazenda São João, proprieda-

de de José Lourenço de Almeida Prado. Eram elas José Francisco Alves dos Santos, 28 anos, lavrador, analfabeto, natural de Paraibuna; sua esposa, Antônia Maria, analfabeta como ele, 20 anos de idade; e *um casal de pretos*, Domingos Cesário da Silva, 55 anos, jornalista, analfabeto, e sua companheira, Eva da Conceição, trabalhadores da fazenda.

José Francisco e Antônia, casados havia oito anos, tinham ido à cidade para a compra de mantimentos. Ele abusara da bebida e voltava, inclusive, com um garrafão de pinga na mão. No trajeto, percebendo que José Francisco estava por demais embriagado, Domingos apressou-se e chegou primeiro à fazenda. Os outros três continuavam no ritmo quando começou uma discussão de José Francisco com a *preta Eva*. Ele quis agredi-la a cacete. Antônia interveio e mandou que ela se adiantasse na estrada. José Francisco virou-se para sua esposa e começou a espancá-la. Neste momento, passavam dois cavaleiros que a socorreram, um deles de nome Silvano, camaradas da Fazenda Palmital. José Francisco foi preso quando dormia no terreiro de sua casa. Diria ele depois, em interrogatório,

82 NUPHIS. Caixa 837.

que foi apenas quando estava preso que ficara sabendo, por um soldado, o motivo da prisão, uma vez que ele não se lembrava de nada, tal o estado de embriaguez em que se encontrava. Lembrava-se *mais de ter uma discussão com o preto e sua mulher e ter também dado uma pancada em sua mulher, mais não sabe se disso resultasse mal algum porque ella foi embora e ele ficou mais atraz*. Também ficou sabendo pelo soldado que Antônia estava machucada, e que ele era o autor da agressão. Afirmou às autoridades que *nunca teve duvida alguma com sua mulher*.⁸³



Filomena Spadafora tinha 16 anos, solteira, analfabeta. Disse ser natural de Franca, mas informações posteriores, colhidas das autoridades da cidade, indicavam que a menina não havia sido registrada ou batizada ali. Era filha de Salvador Spadafora, um italiano de 55 anos, carroceiro em Bauru, também analfabeto. Já não tinha mãe, seu pai morava com Ana Teixeira Cruz.

Na tarde de 11 de janeiro de 1916, Filomena compareceu à delegacia para apresentar uma queixa contra Amadeu

Collacini, um alfaiate estabelecido na rua Batista de Carvalho que a empregou durante dois meses para cuidar de suas crianças. Ela disse ter saído do emprego no primeiro dia daquele ano. Filomena contou ao delegado Juvenal de Toledo Piza que, na noite de Natal de 1915, Amadeu saiu do quarto que dividia com a esposa e dirigiu-se ao dela, levando-a a fazer sexo com ele. Ela sentiu dores e viu escorrer sangue de suas partes íntimas. Disse mais, que Amadeu costumava ir ao quarto dela durante a noite para abraçá-la e beijá-la enquanto ela dormia, sono forte e pesado que tinha.

Depois daquela noite, Amadeu, ainda por quatro vezes, insistiu em fazer sexo com ela. Ela resistia, mas cedia, *mais levada pela inexperiencia, pela falta de pratica, pois na idade em que se acha, não tinha forças para comprehender a malvadez do homem que a deshonorou, nem a altura do precipicio em que elle a jogou*.

O exame de corpo de delito a descreveu como sendo *de constituição robusta e aspecto sadio, tem de altura: um metro e cincoenta e seis centímetros*. Comprovou-se o *defloramento*, mas não foram encontrados sinais de que houvesse *violencia para fim libidinoso*.

83 NUPHIS. Caixa 837.

Donato Archanjo Spadafora, irmão de Filomena, tinha 20 anos, era italiano, ajudante de pintor na Noroeste, alfabetizado. Depôs no dia seguinte e fez um relato de como era a vida da família. Havia quatro anos que deixara a casa de seu pai, devido aos maus-tratos que ele e suas irmãs sofriam de sua madrasta, Ana Teixeira, a ponto de todos *andarem empregados em certas casas para ganharem ordenados para ella Anna, em cuja casa tem sempre havido ajuntamento de rapases solteiros e mesmo homens casados, que ali vão com más intenções, nas moças da casa.*

Uma das irmãs de Filomena, Rosa Spadafora, no ano anterior, quando tinha 17 anos, acusara o negociante espanhol Adolfo Martins, em cuja casa trabalhava, de agressão e maus-tratos, tudo por conta da decisão da jovem de se casar com um rapaz⁸⁴.

Donato disse que uma filha de sua madrasta, de nome Conceição, estava *desonrada* e se encontrava, naqueles dias, na cidade de Miguel Calmon⁸⁵, tratando de uma moléstia que ele não soube precisar. Outra filha de Ana Teixeira, de nome Leopoldina, também *estava desonrada e consta ser em Brotas*. Disse

que era público em Bauru que a madrasta era de muito mau proceder, fosse com a família, fosse com ela própria. Donato contou ter tomado ciência da desonra por informação do negociante Henrique Soller. Filomena teria revelado à mulher deste o caso e o autor, Amadeu Collacini. Donato não via motivo para a irmã mentir, *visto não tratar-se de interesse e mesmo Amadeu ser casado, que acredita, se tratando de um rapaz solteiro, podia ser que ella fizesse uma mentira, com intenções de reparar seu mal.*

No outro dia, 13 de janeiro, foi a vez de Amadeu dar sua versão. Era italiano, tinha 25 anos, alfaiate, sabia ler e escrever, casado com Caetana D'Ângelo, também italiana. Disse ao delegado que ficara sabendo por meio de outras pessoas que Filomena estava desonrada. Negou, *pela honra de sua famillia*, ter sido o autor e disse que *o pai e a madrasta de Philomena, disse ao cunhado do declarante que Philomena tinha sempre por costume de sahir com rapases á passeio e voltar para casa dez dias depois*. Confirmou que a moça tinha sido empregada em sua casa por um mês e vinte e oito dias e que a despedira no

84 NUPHIS. Caixa 218 10/130.

85 Atual cidade de Avanhadava, na região de Araçatuba, Estado de São Paulo.

dia 28 de dezembro devido ao seu mau procedimento, pois ela *só queria estar de passeio na mina d'agua, perto das officinas da Noroeste*. E citou duas pessoas que poderiam dar informações sobre o comportamento da menina.

No dia 14 de janeiro foi a vez de Caetana, esposa de Amadeu, depor. Empregada doméstica, Caetana tinha 27 anos e sabia ler e escrever. Deu detalhes de sua vida cotidiana e dos modos de Filomena, a quem empregara por um mês e vinte e oito dias. Disse que a moça dormia em sua casa *em um quarto pegado com o seu e que a porta do quarto de Philomena dava entrada no seu e a dita porta é feixada por ella*, Caetana. Disse que Filomena era de maus costumes, informação que o delegado poderia confirmar com as pessoas que a tinham empregado em suas casas e que sempre a despediam por isso.

Disse também que a própria Filomena *sempre contava proesas das suas pandedas em outras casas onde tinha sido empregada*. Caetana complementou ainda que, tendo dois filhos menores, *um tem seis meses e chora quasi a noite toda*, ficava ela sempre acordada e, por ter *sonno leviano*, seria difícil não perceber Amadeu levantar-se de sua cama e dirigir-se

ao quarto de Filomena, ao lado do seu. E se a despediu, foi porque *todas as veses que se mandasse ella fazer qualquer serviço, ella só voltava altas horas da noite, assim como, mandava ella apanhar agua na torneira de sua casa, sempre tinha por resposta que agua da mina era melhor e que cada vez que ia na mina da Noroeste, as quatorze horas mais ou menos, só voltava depois das sessete, e que sempre dava qualquer desculpa*.

Outras pessoas foram ouvidas. Felipe Nery, rapaz de 21 anos, solteiro, alfabetizado, alfaiate, nascido em Salvador, Bahia, disse que estava com outras pessoas conversando *sobre a moça Philomena*. Uma dessas pessoas, João Pucianelli, perguntou a ele se havia também *andado* com ela, ao que teria respondido: – *Assim como disem que o senhor andou com ella Philomena, quem sabe si eu tambem andei*. Disse também que na oficina de alfaiataria de João Oliveira, onde era oficial, contava-se que Filomena *andava com estes e aqueles*, havia muito tempo.

O pai de Filomena, Salvador, foi o próximo a depor. Disse que sua filha, por diversas vezes, pediu seu consentimento *para amasiar-se com um turco*,

o que o fez acreditar estar ela já desonrada. Quando a menina esteve empregada na casa do chefe da Estação Paulista, disse Salvador, ela não andava *procedendo bem*, tanto que a mulher do chefe o alertou sobre isso. Passado algum tempo, Filomena foi despedida dessa casa e voltou à casa de Salvador, que a empregou na residência de José Rebouças, onde ficou menos de um mês, também devido a seu mau comportamento.

Salvador disse ainda que, nesta mesma época, arranjou casamento dela com *Lindolfo de Tal*, cozinheiro de um hotel. Lindolfo sempre lhe dizia que *se ella estivesse deshonrada que lhe avisasse primeiro; que Philomena tratou esse casamento e depois não quis mais*, porém não sabendo Salvador qual a razão.

Depois disso é que ficou em casa de Amadeu, mas também por pouco tempo.

Outras testemunhas depuseram nos dias seguintes. Uma delas era o negociante Henrique Soller, espanhol, casado, 44 anos, que criava uma irmã de Filomena, de nome Josefina. Disse que, no começo daquele mês de janeiro, foi procurado por Donato, que lhe pediu que acolhesse em casa sua irmã Filomena até que ela arranjasse emprego.

Ela saíra da residência de Amadeu e seu pai não queria recebê-la em casa. Rapidamente, Henrique empregou a menina na casa do padre Vartolo. No mesmo dia, *a senhora do Padre Valtore trouxe Philomena em sua casa e lhe disse que a mesma lhe tinha dito que estava deshonrada e o autor era Amadeu*. Henrique, então, perguntou à menina quando havia sido desonrada, e ela disse *que foi poucos dias antes da páscoa*. Por que consentiu? Por que não deu parte? Ela respondeu que contou o caso à mulher de Amadeu, mas que esta a agrediu com um pano que na ocasião lavava; e que, se não dissera nada a seu pai, foi por medo de ser maltratada. E não disse nada a ele, Henrique, *por ella ter vergonha*. Mas contara tudo a uma costureira a quem tinha mandado fazer um vestido.

Henrique perguntou ao marido da costureira, Miguel, barbeiro na rua Batista de Carvalho, nº 60, por que não deram parte. Este lhe respondeu *que Philomena lhe pediu para nada contar, visto ella temer seu pai e sua madrasta, porque estes lhe maltratavão muito*. Disse ainda Miguel que a menina *todos os dias ia em sua casa para queixar-se das persiquições do alfaiate Amadeu e que elle e mulher só revela-*

riam tudo perante o Delegado e a menina Philomena.

Posteriormente, o barbeiro Miguel Fuzato Filho, 25 anos, natural de Rio Claro, confirmou em parte o depoimento de Henrique. Disse ao delegado que Filomena havia ido a sua casa encomendar um vestido à sua esposa e que, na ocasião, contou ao casal que estava sendo muito perseguida por Amadeu, mas que este nada havia feito a ela. Filomena voltou à casa do barbeiro mais duas ou três vezes, repetindo a história. Numa dessas vezes, *ella appareceu com o palitol rasgado e disse ter sido Amadeu quem rasgou quando lhe quis agarrar*, num momento em que a mulher de Amadeu dormia.

A madrastra Ana, uma portuguesa de 47 anos, analfabeta, repetiu algumas informações e acrescentou outras. Numa ocasião, disse ela, Filomena fugiu para Minas Gerais, até que Salvador a trouxe para casa. Disse que quando Filomena se empregara na casa de Anibal de Oliveira, chefe da estação Paulista, *a mulher de Annibal disse [...] que Philomena costumava todos os dias sahir com tres homens e seguia do lado do barracão das machinas, e as veses que a mulher do chefe lhe chamava a ordem, Philomena respondia mal.* Confirmou a

história do interesse de Lindolfo, o cozinheiro, em casar com a menina *e que Lindolpho, disse a Philomena que sahisse do emprego para cuidarem do casamento; que em vista disso a declarante chamou em sua casa Philomena e Lindolpho para acertarem o dito casamento.*

Na presença de Ana, Lindolfo teria perguntado a Filomena *si ella* não teve relações com qualquer homem. Filomena nada pôde responder. Então a madrastra chamou a menina ao lado e perguntou: – *Você comprihendeu a pergunta de Lindolpho?*. Ante a negativa da resposta, Ana tornou de novo explicar, *que si ella tivesse alguma cousa com alguma pessoa que dissesse, sinão Lindolpho casava-se e depois não achando ella virgem, que podia matal-a.* Filomena teria, então, pensado um instante, dizendo depois *que não casava-se mais.*

Ana relatou estar desconfiada de que Filomena já estivesse *desonrada* quando estivera empregada na casa de Anibal de Oliveira *pela seguinte rasão: primeiro porque ella recusou o casamento, segundo porque ella quando sahiu da referida casa, dava signal de que estivesse grãvida, visto que, tudo o que ella comia, vomitava e mesmo desse tempo em diante ella não tinha mais encommo menstroal.*

Terminou dizendo que Filomena sempre procedeu mau e não aceitava conselhos de ninguém.

O relatório do delegado Juvenal de Toledo Piza, datado de 9 de fevereiro de 1916, indicava que *todas as informações prestadas pelas testemunhas baseiam-se no que ouviram da propria victima, em informações da menor Filomena, e que o que está demonstrado é que Filomena teve sempre má conducta, conforme dissem o pae e a sua madrasta, e algumas testemunhas*. E continuava: *A victima foi deflorada, segundo ela o diz, na noite de Natal, só dando queixa á policia, em onze de janeiro seguinte, isto é 17 dias após o defloramento. O exame pericial revelou tratar-se de um defloramento antigo, não sendo possivel determinar a época em que se deu a primeira copula – causa da deshonna. [...] Esta delegacia continuará ainda a trabalhar na descoberta do autor do defloramento da victima, quando surgirem provas de facto, remetendo este ao Dr. Promotor Publico, para verificar a força dos indicios existentes e proceder com a justiça*.

No dia 18 de fevereiro, o promotor Antônio de Moraes Barros opinou pelo arquivamento do inquérito, considerando *defficientes as provas colhidas no*

presente inquérito contra o indiciado Amadeu e sendo ainda defficiente a prova testemunhal.

No dia seguinte, o juiz Rodrigo Romeiro determinou o arquivamento do inquérito, observando aguardar novas diligências da autoridade policial *afim de melhor orientar a justiça, conforme prometeu em seu relatório*.⁸⁶



Com uma ferida na perna, Joaquina ia todos os dias à Santa Casa de Misericórdia, onde o enfermeiro Alcides fazia-lhe os curativos. A jovem disse depois que, sempre que Alcides ia aplicar-lhe injeção, apalpava-a, fazia grajejos e propostas desonestas, o que ela sempre repelia.

Joaquina tinha 16 anos, era solteira, preta, de constituição franzina, nascida em Jaú e alfabetizada. **Em fins de maio de 1916**, a menina, então noiva de José Roberto, foi novamente à Santa Casa. Era por volta das oito e meia da manhã quando Alcides fez o curativo – e fez mais. O enfermeiro agarrou Joaquina, tirou-lhe as calças, encostou-a em um canto, sob resistência dela, mas, mais

86 NUPHIS. Caixa 203 16; caixa 218 10/130.

forte, subjugou-a. A menina tentou gritar, mas o agressor tapou-lhe boca e a estuprou e deflorou. Àquela hora, não havia ninguém no prédio.

Mais tarde, Joaquina contou à sua mãe e a uma outra mulher o ocorrido. Seu noivo, tendo ouvido rumores, pressionou-a, e ela contou também a ele.

Três meses depois, Joaquina procurou a polícia.

Testemunhas foram ouvidas.

Ernestina Darida, uma portuguesa solteira de 49 anos, disse que estivera internada na Santa Casa cerca de um ano antes. Num leito pegado ao seu havia, segundo ela, estava *uma mulatinha meio paralytica*, que agora vivia em Guayanas, que algumas vezes Alcides ia buscar, levando-a para o quarto onde ele passava a noite. Noutras vezes, levava uma *rapiça* de nome Lúcia. Ernestina, vendo *essas bandalheiras todas*, um dia contou ao pai de Alcides, que, enfurecido, espancou-a, deixando-a com o rosto inchado e cheio de hematomas. Alcides, revoltado, de revólver em punho tentou matá-la, sendo impedido por seu pai.

Disse ainda Ernestina que sabia que Alcides tinha cópula carnal com a *tal mulatinha*, não sabendo, entretanto, se ela havia perdido a virgindade com ele.

Sobre o caso de Joaquina, apenas ouviu-se dizer, porque era público e notório que Alcides havia estuprado e violentado outra menina na Santa Casa de Misericórdia.

Maria Barbosa, 50 anos, natural de Minas Gerais, empregada doméstica, analfabeta, foi a segunda testemunha. Disse que, cerca de três meses antes, tinha em casa um *pretinho* chamado Tito, irmão de Joaquina. Por causa de uma úlcera na perna, todos os dias a jovem passava em sua residência para Tito acompanhá-la à Santa Casa.

Em fins de maio, entretanto, Tito adoeceu, o que fez com que sua irmã passasse a ir sozinha fazer o curativo. Num desses dias, ela apareceu em casa de Maria tremendo e muito nervosa. Contou que Alcides tentou obrigá-la a fazer sexo com ele, mas, muito envergonhada, não disse se o ato se consumara, afirmou apenas que não voltaria mais lá.

Maria Barbosa também ouvira dizer que o enfermeiro havia *deflorado uma mulatinha* e que levava uma meretriz chamada Lúcia para dormir com ele na Santa Casa.

Outra testemunha, um alfaiate português de 31 anos, sabia apenas que, havia tempos, Alcides tinha espancado

uma portuguesa chamada Ernestina. José Roberto, 22 anos de idade, empregado na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, era namorado de Joaquina desde fevereiro daquele ano. Em março, pediu-a em casamento. Confirmou que Joaquina fazia tratamento de uma úlcera na perna e ia todas as manhãs à Santa Casa acompanhada de um irmãozinho chamado Tito. Naquele mês de março, José Roberto foi à Itapura. Quando retornou, encontrou a noiva *chorando e muito triste*. Perguntou-lhe o motivo, e ela disse ser a ferida que lhe doia. Ele instou-a a ir à Santa Casa, mas ela se negou. Em seguida, disse-lhe que sofreu uma *tentativa de defloramento* por parte de Alcides.

Como o noivo *conhecesse a chronica de Alcides, que é tido e havido como um debochado*, tendo, segundo constava, *deflorado uma mulatinha* e feito *proposta desonesta* à esposa de um empregado do açougue de *Frederico de Tal*, na avenida Alfredo Maia, tratou de investigar melhor se ele havia violentado também sua noiva.

No dia anterior ao seu depoimento, realizado em 14 de agosto, José Roberto contou a Joaquina que Machado de Mello, construtor da ferrovia Noroeste, havia aumentado seu ordenado

para ele se casar, mas que *se a encontrasse deflorada matal-a-ia*. Chorando, ela contou-lhe que foi forçada a tal por Alcides. José Roberto podia afirmar à polícia, com toda a convicção, que o enfermeiro havia violentado Joaquina. Outras testemunhas, duas mulheres, disseram saber do caso pela boca da própria vítima.

Em novo depoimento, de 16 de agosto, José Roberto afirmou ter tido relações sexuais com Joaquina dois dias antes, em casa da mãe dela, por proposta da própria noiva, e percebeu que ela não era mais virgem, *pois não encontrou resistencia a vencer nem houve derramamento de sangue*. Reforçou a convicção de ter sido Alcides o responsável.

O delegado de polícia de Bauru, Alfredo de Assis, resolveu ir atrás da *tal mulatinha de Guayanas*. Enviou um ofício ao delegado de Pederneiras solicitando que colhesse o depoimento de Benedita Maria da Conceição, residente na fazenda de Joaquim Alves, na estação de Guayanas. Queria saber se ela estivera de fato internada na Santa Casa de Misericórdia de Bauru cerca de um ano antes, se havia sido estuprada naquele estabelecimento, se o enfermeiro Alcides costumava levá-la ao seu quarto particular

e se sabia do espancamento sofrido pela portuguesa Ernestina.

Dois dias depois, em 18 de agosto, o delegado em exercício daquela cidade, Eusébio Ferreira dos Santos, tomou as declarações de Benedita, de 18 anos. Disse ela que esteve internada na Santa Casa de Bauru havia dois anos, tendo saído de lá em agosto de 1914; que tinha sido de fato *deflorada* pelo enfermeiro Alcides, cedendo aos seus intentos mediante promessas de casamento; que não se defendeu das investidas dele devido a seu estado de enfermidade; que era conduzida pelo colo por Alcides, pois estava muito doente, e era levada ao quarto dele, onde passavam a noite. Declarou ainda que o viu espancar uma mulher portuguesa de nome Ernestina, que se achava doente no mesmo estabelecimento, pois esta levava ao conhecimento do pai de Alcides o que ele havia feito a ela, Benedita. Confirmou a investida do enfermeiro com um revólver e a intervenção de seu pai, que o impediu de atirar. Soube de tudo porque o próprio pai de Alcides narrou-lhe estes fatos, mas não levou a história ao conhecimento das autoridades com medo de que ele a espancasse, como fez com Ernestina.

Enquanto isso, procurava-se comprovar a menoridade de Joaquina. Seu registro de batismo foi localizado na Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio de Jaú. Segundo o documento, a menina foi batizada no dia 6 de maio de 1900, com trinta dias de vida.

No dia 22 de agosto, Joaquina fez e assinou outro termo de declarações perante o delegado Alfredo de Assis. As informações que deu na ocasião mudaram o rumo da história. Disse que, depois de ter dado seu depoimento à polícia, ao meio-dia do dia 14 de agosto, dirigiu-se às 15h ao consultório de José de Castro Goyanna e se submeteu ao exame de corpo de delito. O exame mostrou que a perda da virgindade era recente, visto que ainda havia sangramento. Diante disso, ela confessou que, na véspera, tinha mantido cópula carnal com seu noivo, José Roberto, e que não dissera nada antes por vergonha. E narrou os fatos: José Roberto foi a sua casa no domingo, dia 13, a pretexto de buscar Tito. No entanto, o rapaz escondeu-se no quarto de Joaquina e dali a chamou. No quarto, começou a apertá-la até que ela cedeu. Mantiveram relação sexual e ela sentiu muita dor. Não soube dizer qual dos dois tirou sua virgindade, mas quando Alci-

des a pegou na Santa Casa foi de pé e não doeu.

Diante disso, novas testemunhas foram intimadas, mas quase todas tinham informações *por ouvir dizer*. Uma testemunha, Frederico Vaz de Arruda, reproduziu o comentário de sua companheira que estivera internada na Santa Casa: Alcides era *muito maroto* e malcriado, mas, no entanto, não ouviu dizer que ele tivesse tentado manter relações com sua companheira.

Testemunhas afirmaram também que José Roberto, ao saber que Joaquina não era mais virgem, resolveu desmanchar o casamento. Outra testemunha disse que Alcides estava foragido.

Em seu relatório, de 28 de agosto de 1916, o delegado Alfredo de Assis anotou que, aberto o inquérito e ouvidas as testemunhas, *chegou-se a conclusões bem diversas e inesperadas*. Prossegue o relatório: [...] *apesar de correr pela cidade o escandaloso boato de que Joaquina havia sido deflorada por Alcides, na Santa Casa, ha muito tempo, jamais José Roberto (sabedor desses rumores tremendos que se faziam em tórno da honra de sua noiva), tomou qualquer providencia com o fim de esclarecer esse melindroso assumpto.*

Entretanto, no dia 13 do corrente, surge, nervoso e esbaforido, nessa delegacia, narrando commovidamente, que Alcides [...], havia, ha tres mezes deflorado a sua noiva, e vinha reclamar para esse acto o correctivo da lei. Estranhava o delegado que o noivo, ouvindo os boatos, se conservasse impassivel, frio e indifferente, para depois, de subito, tomado de brios, vir, num domingo de agosto, com alarido publico e grande estrépito, reclamar o auxilio do poder publico.

Citou o exame feito pelos médicos na parte que tratava do *sangue fresco*, resultado de um recente rompimento de hímen, de menos de quinze dias. Sobre José Roberto, anotou que *o inesperto moço desvirginara sua noiva e suppoz que não o tivesse feito, pois...* e passou a dar descrições sobre o hímen de Joaquina.

O relatório apontava inconsistências no depoimento da jovem, concluindo que o *defloramento* não era obra de Alcides, mas, sim, de José Roberto.

Para quem analysar com cuidadosas paginas escandalosas destes autos, prossegue o delegado, verá surgir dois crimes diferentes contra uma pobre menina, indefesa e fraca, que vai ainda no alvorecer ingenuo dos seus deseseis annos doentios e anemicos.

Era certo que Alcides tentara violar Joaquina na Santa Casa, *acto immoralissimo*, abusando de uma menina e traindo *a confiança que lhe depositava a esforçada e illustre Directoria daquelle estabelecimento*.

E José Roberto, *coroando a obra de Alcides escrevendo a ultima pagina da dolorosa historia desta rapariga, deflorando-a, na intimidade do noivado* cometera outro crime.

O delegado pedia com urgência, *antes que os mesmos fujam*, a prisão preventiva de ambos, José Roberto, incurso nas penas do artigo 267; e Alcides, incurso nas penas do artigo 266, parágrafo 2º do Código Penal, combinado com a lei nº 2.992, de 25 de setembro de 1915.

É provável que Alcides tenha mesmo se evadido, mas talvez isso não fosse necessário. O juiz Rodrigo Romeiro considerou frágeis as evidências contra ele, pesando ainda o fato de que a acusação de estupro, feita por Joaquina, era falsa, ficando apenas declarações *vagas* baseadas no depoimento da menor. Determinava, então, a expedição de um contramandado de prisão a favor do enfermeiro.

A história reservara outro destino para José Roberto. No dia 28 de agosto, ele

foi preso preventivamente. No entanto, agiu rápido. No dia seguinte, ele providenciou seu casamento com Joaquina, *reparando assim o mal que havia causado*. Às 15h, provavelmente na própria delegacia, perante o *juiz de paz e de casamentos*, José Roberto, 23 anos, natural de Minas Gerais, cozinheiro, casou-se com Joaquina, 16 anos, natural do Estado de São Paulo.

Em seguida, José Roberto requereu ao juiz a extinção da ação criminal. Ainda no mesmo dia 29, o juiz Romeiro julgou procedente o pedido, extinguiu a ação criminal e mandou que se expedisse a seu favor alvará de soltura.⁸⁷

¶

Sebastião Martins era inspetor de quartirão. Natural de Piedade, Minas Gerais, era viúvo e tinha 53 anos. Não raras vezes, almoçava ou jantava na casa da meretriz Ana Firmina, moça solteira, de 20 anos, cozinheira. Achando-se embriagada na *casa de negócio de um tal Beppe*, Ana encrocou com Sebastião, a quem chamou de *filante*, uma alcunha para quem chega na casa de outros na hora da refeição, sem ser convidado,

87 NUPHIS. Caixa 743.

para aproveitar e comer de graça. Sebastião agrediu-a com tapas e cacetadas no nariz e no braço esquerdo. A moça xingou-o e correu para sua residência, na rua Sete de Setembro, perseguida pelo homem, que dizia ser inspetor de quarteirão e que haviam de respeitá-lo.

Esta era a versão dela para o fato ocorrido **no dia 13 de outubro de 1916**. A dele era bem diferente.

Disse que estava em sua casa quando apareceu Ana Firmina, pedindo uma garrafa de pinga e dizendo que poucaria com ele. Sebastião lhe respondeu que pinga não dava, mas, se quisesse, *um litro de arroz ou feijão* lhe daria. Ana não quis e começou a injuriá-lo com palavras obscenas. O inspetor, então, apanhou uma bengala e deu diversas bengaladas na moça que estava, segundo ele, um pouco embriagada. Depois disso, Ana fugiu. Os dois foram dar queixa à polícia.⁸⁸



Alice de Oliveira estava na casa de sua comadre Margarida Maria da Conceição, na rua Inconfidência, **no dia**

14 de dezembro de 1916, quando, por volta das 19h, enquanto jantavam, entrou pela porta da cozinha Sebastião Ramos Pereira, com quem tinha um relacionamento amoroso. Além de Margarida e Alice, estava presente Antônio Manoel.

Sebastião disse a Alice que fosse embora para casa, *cosinhar feijão*, mas ela respondeu que não, pois já estava jantando em casa de sua comadre. Ele, então, avançou sobre ela e desferiu-lhe navalhadas que a deixaram ensanguentada. Sebastião fugiu e passou parte da noite escondido numa *latrina de buraco mergulhado nos excrementos*, segundo uma testemunha, de onde saiu de madrugada. Foi preso logo depois.

Alice de Oliveira tinha 18 anos e era solteira, *de cor preta*, sem profissão, natural de Taubaté, analfabeta. Às vésperas do crime, havia abandonado Sebastião, mas ele vinha seguindo seus passos *com intensão de matal-a*. Julgado no dia 12 de abril de 1917, Sebastião foi absolvido e posto em liberdade.⁸⁹

88 NUPHIS. Caixa 740.

89 NUPHIS. Caixa 833.



Alcina Alves era uma jovem solteira, natural de Mato Grosso de Batatais⁹⁰, analfabeta, residente em Miguel Calmon. Tinha 19 anos e era virgem quando seu pai a estuprou. Embora não achasse isso natural, não ofereceu resistência, pois não sabia direito o que poderia acontecer. A partir daquele momento, teve com seu pai constantes relações sexuais. Quando ela engravidou, ele manteve todo o cuidado com ela.

Dessa relação incestuosa nasceu um menino, e foi seu próprio pai quem a assistiu, assim como lavou e vestiu a criança recém-nascida.

O pai era Antônio Justino de Oliveira, um trabalhador de roça alfabetizado, nascido em São Tomás de Aquino, Minas Gerais, de 47 anos. Trabalhava numa fazenda da região. Já era viúvo quando sua filha Alcina, segundo depoimento dele à polícia, *ha muito tempo vinha procurando ter relações sexuaes com o declarante excitando-o por todos os meios chegando a querer até deitar-se com ele*. Num momento em que estava *um pouco fora de si*, sua filha, *repetindo*

o que todos os dias fazia conseguiu que elle consumasse o acto desvirginando-a.

Depois disso, a menina o procurava diariamente, *mas só as vezes é que elle consumava o acto temendo que pudesse acontecer qualquer coiza*. Com remorsos depois de cometer tais atos, aconselhava a filha a não mais procurá-lo, mas ela não o ouvia.

Quando Alcina engravidou, apesar do constrangimento, ela teria afirmado: – *Não faz mal, agora eu crio*.

A criança nasceu **no dia 15 de junho de 1917**, mas Antônio, que sempre registrava seus filhos imediatamente, daquela vez não o fez, alegando não ter certeza da paternidade. Além disso, faltava-lhe dinheiro para o registro, e o escrivão de paz disse-lhe que não registrava por não saber quem era o pai. Antônio foi preso. Levado a julgamento no dia 10 de outubro de 1917, foi absolvido e liberado.⁹¹



No início de janeiro de 1918, Maria da Conceição Paschoal, solteira, de 14 anos, natural de São Carlos do Pinhal⁹², saindo de seu emprego no Hotel Cen-

90 Atual Altinópolis, na região de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

91 NUPHIS. Caixa 897.

92 Atual cidade de São Carlos

tral, por volta das 20h, ao aproximar-se da esquina da rua Sete de Setembro com a Rio Branco, foi agarrada por um homem que, sob ameaça de matá-la, a derrubou e violentou-a, tirando sua virgindade.

Pela mesma época, em um sábado, Sarah Maria da Conceição, solteira, 16 anos, saiu da casa de sua patroa para ir ao cinema. Ao chegar à esquina da rua Independência com a Noroeste, foi abordada por um homem que, armado de revólver, arrastou-a a um quintal e, fazendo ameaças, violentou-a, deflorando-a.

Em abril do mesmo ano, Benedita Moreira da Silva, de 14 anos, saiu a fazer compras a mando da mãe. Quando chegou à esquina da rua que ia ao campo do Smart Futebol Clube, apareceu um homem que, ameaçando-a de morte, levou-a até um matagal próximo dali. Foi estuprada e desvirginada.

No mesmo mês e local, Palmira Maria da Conceição, 15 anos, natural de Piratininga, passou por situação semelhante. Foi estuprada e desvirginada num mato próximo, por um homem armado de revólver.

Esta era a versão das quatro, que eram de famílias pobres e sabiam quem era o agressor, o mesmo nos

quatro casos, e não contaram nada em suas famílias por medo da reação dos pais ou por terem sido ameaçadas se contassem. O caso só veio à tona meses depois.

O homem identificado era Daniel Dias de Moraes, 30 anos, lavrador, casado, natural de Ouro Preto, Minas Gerais, sabendo assinar seu nome, morador de Bauru havia sete anos. No dia 22 de outubro de 1918, perante o delegado Alfredo de Assis, negou as acusações feitas pelas jovens, *pois Benedicta foi deflorada por um filho de José Maffini; Sara, por Nabuco Amorim, Maria Paschoa, por João Baptista, e Palmyra, o depoente não sabe*. Ainda assim, sabia muito o rapaz!

Disse ser verdade *que Palmyra lhe penteava o cabelo, no colo da qual o declarante deitou-se mais de uma vez, mas que nessa ocasião a mãe da mesma estava presente*.

Acreditava Daniel que Palmira havia perdido a virgindade com João Aguiar, que fora namorada dela por mais de dois anos. Segundo ele, ela só estivera empregada em casa de meretrizes. Afirmou que nunca havia abusado de nenhuma das queixosas, elas é que queriam encobrir os verdadeiros autores de sua desonra.

Daniel foi indiciado como autor de crime de estupro da menor Benedita; e crime de defloramento das outras: Sarah, Maria Paschoa e Palmira.

O exame de corpo de delito verificou estarem as quatro meninas *defloradas de longa data*.

Oito testemunhas foram ouvidas. Uma delas disse ter visto *sempre essas menores frequentarem a casa do indiciado, nos momentos em que este costumava estar só*. Disse também ter visto Daniel, certa noite, forçando uma menor. Outra disse que viu Daniel, em um baile, segurar uma menor, levá-la para o quintal e *desonrá-la*. Algumas testemunhas afirmaram ter avisado as famílias das menores sobre a presença delas, com assiduidade, na casa dele. Várias ainda viram Daniel deitado no colo de Palmira mais de uma vez.

O delegado Alfredo de Assis assinalou em seu relatório haver provas suficientes contra o acusado, homem de péssimos antecedentes, *sendo gatuno e desonesto, dando públicos escândalos*. Além disso, tentara fugir da cadeia de Laranjal Paulista, onde estivera detido dias antes. Diante disso, pedia a prisão preventiva de Daniel. Era o final de outubro de 1918.

Preso, Daniel esperou julgamento.

No dia 6 de dezembro daquele ano, testemunhas foram inquiridas. Uma delas, Isaura Neves, 30 anos, natural de Dois Córregos, analfabeta, disse que, em relação a Sarah e Benedita, nada sabia, mas que sobre Palmira sim. Podia afirmar que, havia mais de dois anos, ia à casa do avô de Palmira, onde a jovem residia, e viu Daniel deitado *tendo a cabeça sobre o collo de Palmira a qual lhe fazia cafuné, não sabendo se Palmira foi ou não deflorada por ele*. Em relação à Maria Paschoa, disse que ela própria lhe contou que, quando ia aos bailes que Daniel dava em sua casa, *este costumava beijal-a e apalpar-lhe os peitos e tendo dito a mesma que fora deflorada pelo indiciado e isto depois que com sua mãe retiraram-se da casa da depoente com quem viviam ha cerca de seis mezes*. Interrogado dias depois, Daniel disse que estava preso em Laranjal Paulista durante o tempo em que diziam ter praticado tal crime e que, aproveitando-se dessa circunstância, imputaram a ele tais delitos. Tanto era verdade que, residindo em Bauru havia sete anos, nunca lhe atribuíram fatos dessa natureza, pois que nunca os cometera. Disse também que havia quatro anos não se dava com as testemunhas Isaura e Benedita Neves.

O caso se prolongou até 23 de abril de 1918, quando os jurados entenderam que Daniel não mantivera relações com nenhuma das menores, absolvendo-o. No mesmo dia, o juiz Rodrigo Romeiro determinou que fosse colocado em liberdade.⁹³



Maria Teodora tinha 17 anos, era empregada doméstica, natural de Santa Cruz do Rio Pardo, analfabeta, casada com José Alves. **Em março de 1918**, José Alves foi convidado por Joaquim Costa a morar num sítio deste, no bairro do Campo Novo, nos arredores de Bauru. Foram os três para a propriedade de Costa, que empregou Maria Teodora em serviços caseiros, inclusive tomar conta de uma criança. A moça estava grávida de oito meses.

Morando no mesmo espaço, logo Joaquim Costa começou a seduzi-la, *ora com rogos, ora com promessas*. Ela, no entanto, resistia, até o dia 24 de abril, quando, pouco depois do almoço, estando em seu quarto, recebeu a visita de Costa que, momentos antes, mandara a criança buscar água em uma mina. Costa avançou sobre Teodora, rasgou-

-lhe as vestes com violência, produzindo na jovem ferimentos e escoriações nas coxas, no ventre e nos braços. Não conseguindo seu intento, pois a moça se defendia, Costa ainda a ameaçou com faca. Ela, porém, conseguiu se desvencilhar dele e, dolorida e machucada, fugiu. Encontrando José, foram juntos buscar abrigo na casa de um vizinho. Naquele momento, ela não contou o ocorrido ao companheiro, por receio de este perder o trabalho.

Joaquim Belisário da Silva, brasileiro, 42 anos, casado, lavrador, natural de Minas Gerais, viu quando José e Teodora vinham correndo em direção à sua casa, ela com a roupa rasgada e braço arranhado. A moça, chorando, contou então que Joaquim Costa, aproveitando-se da ausência de José Alves, a agarrara tentando forçá-la a ter relação sexual com ele. Joaquim Belisário, à vista da intenção do exaltado marido de matar o agressor, aconselhou-a a dar queixa à polícia. Ele sabia ser Costa *indivíduo de mau procedimento*, não sendo a primeira vez que praticara atos dessa natureza. Até sua própria mulher o abandonara, por não o suportar.

Joaquim Costa foi preso. Julgado, incurso no grau médio do artigo 303 do Código Penal, foi condenado a sete

93 NUPHIS. Caixa 738.

meses de prisão celular e a arcar com as custas do processo.⁹⁴



Getrudes Baptista de Almeida tinha de 13 para 14 anos, nascida no distrito de Santa Cruz, região de Campinas, órfã de pai, não sabia ler nem escrever, mas frequentava uma escola distante cerca de um quilômetro de onde morava. Vivia em Jacutinga, estação da Noroeste, em casa de seus padrinhos Lothério e Brasília, desde a idade de 4 anos. Além de padrinho, Lothério era tutor da menor.

Lothério era o nome pelo qual era conhecido Eleutério Veríssimo da Silva, um lavrador analfabeto de cinquenta e tantos anos, casado com Brasília de Toledo, espanhola de 38 anos, também analfabeta. O casamento havia se realizado no distrito de Posses, em Mogi-Mirim, em 2 de fevereiro de 1901. Não há menção a filhos no processo. Moravam com o casal, além da menina, um menino chamado José, de 13 anos, e um camarada de nome Eliseu Ferreira, de 24 anos, que pelo serviço de roça que realizava recebia 40 mil-réis mensais. A mãe de Getrudes, Maria de Jesus Al-

meida, uma *mulher de reputação duvidosa*, abriu mão da posse da filha.

Num dia de abril de 1918, Gertrudes foi à casa de Nhozinho Prado, distante uma légua da casa de seu padrinho. No dia seguinte, Lothério foi buscá-la. Voltavam num cavalo, ela na garupa. Passavam por um lugar remoto, no meio de uma mata, quando o padrinho parou, agarrou-a à força e a conduziu ao meio da mata, tentando violentá-la. Ela, porém, resistiu, mas só daquela vez, segundo diria mais tarde.

Brasília, esposa de Lothério, notou que ele andava indiferente para com ela, havia cerca de mês e meio, tratando-a *um pouco mal*, segundo depôs. Brasília soube, pela própria afilhada, da tentativa de Lothério de violentá-la quando ambos voltavam da casa de Nhozinho. Exigiu explicações do marido, mas ele negou firmemente o fato. Getrudes, porém, voltou a se queixar, dias depois, do comportamento do padrinho.

No fim de abril, a menina levantou-se quando ainda estava escuro, como de costume, para abrir a porteira de um curral. Lothério a acompanhou. No caminho, pegou-a pelo braço e afastou-se da casa até chegar debaixo de uma

94 NUPHIS. Caixa 832.

árvore. Ele a derrubou, colocou sobre seu pescoço um *pesado pau* e disse-lhe: – *Se tu gritar, eu te enforco*. Ela se entregou, sem resistir.

Brasília, ainda deitada, estranhou a demora anormal da menina. Levantou-se e, ao abrir a porta da casa, deu de cara com Getrudes, que vinha chegando. Inquirida pela mulher, a menina confessou que Lothério *tinha lhe feito mal*.

Brasília, já *meio ao par do que se passara*, interpelou energicamente Lothério, que teria lhe dito que ela deveria se conformar com isso. – *Ou eu vou definitivamente continuar as relações com Getrudes*, disse, sugerindo que entre as duas ficaria com a menina.

Diante disso, Brasília resolveu agir. No dia 5 de maio, ela chamou Antônio Modesto de Camargo, morador das vizinhanças, e perguntou-lhe se *a autoridade* levaria a sério uma denúncia *sobre honra*. O vizinho respondeu-lhe que havia sido soldado por quatro anos e que tinha certeza ser fato grave. Brasília narrou-lhe o ocorrido e pediu-lhe que fosse, junto com sua esposa, Leonor, levar Getrudes à subdelegacia de Jacutinga para apresentar queixa contra o padrinho, o que Modesto fez no mesmo dia.

Na subdelegacia, Getrudes disse que seu padrinho a perseguia há um ano, mais ou menos, *agarrando-a e beijando-a*.

Uma testemunha, Ignácio Pereira Pinto, lavrador de 44 anos, disse à polícia que há tempos Lothério tentou violentar outra menina, de nome Maria, com 15 anos, que também residia em companhia do agressor.

Numa noite, Getrudes ouviu o casal de padrinhos discutindo. Brasília queria levar a garota de volta para Campinas. Lothério queria saber a razão. A menina ouviu quando a mulher respondeu que a razão era porque ele mantinha relações íntimas com a afilhada, sabia disso pela própria menina. Lothério então teria dito:

– *Se você me amolar, vou dormir com ela agora mesmo*.

Levado à delegacia, Lothério, em depoimento, confirmou que havia tentado praticar sexo com Getrudes quando retornavam da casa de Nhozinho Prado, não conseguindo, porém, seu intento. Mas que, dias depois, de madrugada, embaixo de uma árvore, consumou o ato. Disse ainda que a menina era virgem e que depois disso não conseguiu mais ter relações com ela devido à desconfiança de sua mulher.

O subdelegado de polícia de Jacutinga, Domingos Zulian, elaborou um relatório, incluiu um exame de corpo de delito, e o remeteu ao delegado de polícia de Bauru, Alfredo de Assis. Este solicitou um novo exame, por considerar incompleto o que foi feito em Jacutinga.

O novo exame foi realizado no dia 8 de maio, no hospital de Bauru. Os examinadores descreveram Getrudes como sendo *robusta, de aspecto sadio, com 42 quilos de peso e 1,54 metro de altura*. Confirmaram a perda da virgindade.

Novas testemunhas depuseram. Uma delas, o lavrador Eugênio Sellani, um italiano de 39 anos, residente em Jacutinga, disse que era *publico e notorio que Lotherio vivia maritalmente com Getrudes, em sua propria casa, não obstante tambem morar com a sua legitima mulher Brasília*. Disse ainda que Lotherio, apesar da idade avançada, era homem *galanteador*.

O relatório do delegado Alfredo de Assis, de 11 de maio de 1918, escrito com linguagem bastante poética, afirma que a mãe de Getrudes era *uma mulher de reputação duvidosa, que a jovem vai entrando na puberdade, que acende em suas faces as rosas vivas da mocidade. Quasi mulher, ainda com uns restos*

dos seus encantos de menina, Getrudes attraiu a atenção do velho Eleuterio, que com quasi 60 anos de idade, com as suas longas barbas de patriarcha bíblico, e desde ahi paixão cega [...] encheu de um novo fulgor de cubiça os olhos do velho... No relatório, Assis acusa Lotherio de consumir o bárbaro atentado contra sua afilhada, o que *abriu a ella as portas da prostituição*. E prossegue: *Perdida sua virgindade, Getrudes alli ficou, pobre joguete nas mãos do ascoroso satyro, que sobre ella pascia, impudentemente, cynicamente, a sua lascivia crapulosa de velho*. E mais. *Um dia a pobre menina comprehendeu que lhe fôra roubado o seo maior thesouro* e resolveu levar seu sofrimento ao conhecimento do delegado.

Assis pedia a condenação de Lotherio, incurso nas penas do artigo 267, combinado com o artigo 272 e com os parágrafos 2º e 5º do artigo 273 do Código Penal.

O delegado solicitou, o promotor público Antônio de Moraes Barros concordou, e o juiz Rodrigo Romeiro expediu o mandado de prisão preventiva no dia 15 de maio.

Lotherio, que não tinha antecedentes criminais, foi recolhido à cadeia pública de Bauru. O início de seu julga-

mento ficou marcado para o dia 25 de maio de 1918, no fórum da cidade. Seu advogado era Beraldo de Toledo Arruda Júnior.

Tudo parecia perdido para Lotherio, mas no julgamento o caso tomou outro rumo. Eliseu, o camarada, disse que, semanas antes, o patrão esteve doente, de cama, *dizendo que tinha dôr de cabeça, tontura e estomago enjoado*. Outra testemunha, Ignácio Pereira Pinto, que passara alguns dias em casa de Lotherio construindo um paiol, questionado pelo advogado do réu, disse que tempos atrás tinha encontrado Lotherio, que lhe disse andar adoentado. Ignácio aconselhou-o a tomar um purgante. Disse mais a testemunha, *que nunca ouviu falar em tentativa de envenenamento a Eleuterio*. Havia algo de novo no ar.

Eugênio Sellani, terceira testemunha, que morava na estação de Nogueira, disse que algumas vezes ia à casa de Lotherio, onde via Gertrudes, que lhe parecia *boa menina cuidando do terreiro da casa e com muito recato*. Disse ainda que conhecia Lotherio havia bastante tempo, pois havia sido seu caseiro em Cosmópolis, e dele fazia o *melhor juízo*.

João Chrysóstomo Ribeiro, vizinho *a distancia de vista* do réu, também o

tinha em boa conta, dizendo que era um homem de bons costumes. Disse ter sido ele mesmo quem prescrevera o medicamento para Lotherio ao saber que estava doente. E ouvira dizer que o motivo da moléstia teria sido uma dose de tártaro que Gertrudes lhe dera no café a mando de Brasília. Disse ainda que Eliseu *viera tomar parecer com elle depoente* sobre eliminar Lotherio por causa das ações contra a afilhada. João teria aconselhado a não proceder dessa forma, devendo procurar a Justiça *caso o indiciado devesse tal crime*. E, nova informação: *que Elizeu Ferreira vive em casa do indiciado como se fôra marido dormindo na casa; que não sabe se Elizeu vive amasiado de dona Brazilia sabendo que o mesmo está tomando conta dos negocios da casa*.

As testemunhas Antônio Modesto de Camargo e sua esposa, Leonor Bueno de Godoy, residentes em um vilarejo chamado Coqueirão, não foram encontradas. Foram novamente convocadas para depor, desta vez no dia 6 de junho seguinte. O oficial de justiça Joaquim Fernandes da Cruz, encarregado de levar a intimação, não o fez, *por motivos de força maior*.

Nova convocação foi feita para o dia 12 de junho, e novamente o oficial não

cumpriu sua missão, por não serem encontradas as testemunhas.

Em 26 de junho, novas testemunhas deram seu depoimento. Paulo Almeida Prado Netto, 28 anos, lavrador, natural de Jaú e residente em Jacutinga, disse ter ficado sabendo do caso por Brasília e outras pessoas. Soube, por intermédio de João Chrysóstomo, *que a referida menor mantinha relações também com um menor de treze annos de nome José, que reside em casa de Eleutério*. E ouvira dizer *que a mulher de Eleutério para pôr-se livre do mesmo mandara a menor Gertrudes envenenal-o com tartaro*. Almeida Prado soube, também por Chrysóstomo, que, estando Brasília em casa deste, interrogada sobre o estado de Lotherio, teria dito: – *Graças a Deus talvez fique livre delle*.

Fez menção, ainda, ao fato de Brasília andar *amasiada com um camarada de nome Elyseu*. Inquirido pelo advogado do réu, disse acreditar que Lotherio era incapaz de cometer tal delicto. E fez outra revelação: há mais de um ano *a mulher do indiciado lhe disse que o mesmo era impotente*.

Outra testemunha disse que ouvira da própria Brasília a história da tentativa de envenenamento para se livrar de Lotherio *por que o mesmo era*

impotente. Conhecendo-o havia mais ou menos seis annos, *sabia ser o mesmo homem de bom procedimento*.

No dia 29, foram tomadas as declarações de Gertrudes. Sua versão agora era diferente: disse ter sido violentada e deflorada no dia em que voltava com Lotherio da casa do vizinho. Oito dias depois, disse, *estando ella em casa onde se achava o seu padrinho fazendo jacá, e tendo sua madrinha sahido a levar café para os camaradas no arrozal ainda desta vez seu padrinho teve relações com ella*. Noutra vez foi debaixo da árvore, de manhã. Disse também que, logo da primeira vez que Lotherio a havia obrigado a copular, levou o caso ao conhecimento de sua madrinha e que esta, após ter tomado conhecimento da segunda vez, fez com que ela, Gertrudes, desse parte à polícia.

No mesmo dia, o réu foi interrogado. Também deu outra versão. Disse ser *uma falsidade* tudo que contra ele era attribuído e que *nunca seria capaz de tão repugnantemente proceder*.

Dia 18 de julho, fim do caso. Doze jurados tiveram que responder aos seguintes quesitos:

I. O R. Eleuterio [...] ha menos de um anno neste municipio teve copula carnal

com Gertrudes [...]?

2. Gertrudes [...] era honesta?

3. Gertrudes eram menor de 16 anos?

4. O R. deflorou a Gertrudes [...]?

5. O R. é casado?

6. O R. era encarregado da guarda da *offendida*?

7. O R. agiu na prática do crime por motivo reprovado?

8. Existem circunstâncias atenuantes a favor do R.? Quais?

Os jurados responderam, ao primeiro quesito, não, por nove votos. Os demais quesitos não foram respondidos por se acharem prejudicados. Diante disso, o juiz Rodrigo Romeiro determinou que se desse baixa na culpa e que se expedisse alvará de soltura a favor de Eleutério.⁹⁵



No dia 15 de setembro de 1918, Francisco Vieira da Silva, residente em Bauru, lavrador, solteiro, de 41 anos, natural da Bahia, foi à casa da *decaída* Ana Fernandes, com quem tinha um relacionamento amoroso, para pedir dinheiro. Ana tinha 35 anos e morava em Jacutinga. Francisco chegou por

volta das 14h. A moça, nesta ocasião, vestia *roupas grosseiras e camisa de algodão*. Ao que consta, ela não queria servi-lo em seus *desejos libidinosos* e disse a ele para se retirar, pois precisava tratar de sua vida e não tinha dinheiro para lhe dar. Francisco, contrariado, sacou de um punhal e tentou golpeá-la. A moça conseguiu se desvencilhar de Francisco e, ferida, correu à casa do vizinho de parede-meia, Laurindo Rodrigues de Paula, que mantinha ali um estabelecimento comercial.

Laurindo, notando que ela estava com seu vestido manchado de sangue, não consentiu que entrasse, temendo consequências. Ela lhe contou o que se passara, e ele viu que Ana estava, de fato, com três ferimentos.

O negociante Laurindo diria depois que Francisco *passava a maior parte do tempo desocupado, bebendo e na orgia*. Enquanto isso, Bento Monteiro, lavrador de 25 anos, que tinha visto Francisco entrar na casa de Ana e, depois, ouvira gritos, correu ao posto policial, mas não encontrou soldado algum. Quando voltou, viu Francisco saindo da casa e Ana, ensanguentada.

95 NUPHIS. Caixa 224 29.

Francisco apresentou-se à polícia no mesmo dia.⁹⁶



Arthur de Freitas Franco estava preso em Bauru por crime de defloramento. Nascido em 2 de maio de 1898, em São Manuel, era filho de um casal português, Francisco e Carolina. O rapaz pretendia se casar com Elvira, a fim de *reparar o mal* que lhe causara, mas seu pai, Francisco, se opunha ao intento, procurando por todos os meios impedir o enlace matrimonial. **No dia 3 de abril de 1919**, Arthur endereçou ao juiz da comarca um requerimento alegando que em 2 de maio do mesmo ano estaria completando a sua maioridade legal e solicitava à autoridade *supprir o consentimento paterno*.

O juiz Rodrigo Romeiro determinou a intimação de Francisco, pai de Arthur, para, num prazo de vinte e quatro horas, *vir a Juízo dar as razões de sua oposição ao casamento do suppliante Arthur de Freitas Franco com a menor Elvira Alves*. Era o dia 3 de abril. Francisco foi intimado, mas, passado

o prazo, não compareceu. No dia 7, o juiz concedeu o alvará requerido.⁹⁷



No dia 23 de agosto de 1920, irrompeu um conflito na Pensão Fluminense, de Angelina Maggi, na rua Costa Ribeiro. Por volta das 22h, Ana Maria das Dores, conhecida por Nica, foi *barbaramente machucada* por Domingos Penna, com quem tinha um relacionamento amoroso.

Nica, havia tempos, conhecera Domingos, por quem passou a nutrir grande paixão. Ele, no entanto, sempre grosseiro com ela, alimentava um ciúme que Nica julgava insuportável. Existia entre eles uma *desigualdade de genios* que descambava para a extrema violência por parte dele. Diria Nica que havia ocasiões que *seu corpo fica denegrido, completamente preto, negrume esse proveniente de socos e ponta-pés com os quais é [...] pela pessoa que julgou amal-a*. A noite de 23 de agosto foi a gota d'água. Nica e Domingos tiveram tal desavença, e Angelina Maggi tentou

96 NUPHIS. Caixa 742.

97 NUPHIS. Caixa 273 32.

apartá-los, sendo *violentamente expulsa do quarto*. Jacy Gomide, 22 anos, empregado no comércio, também estava presente, em companhia de Angelina. Desta vez, Nica deu queixa à polícia. Domingos, empregado da Noroeste do Brasil, 23 anos, foi chamado e deu versão distinta. Disse que tinha paixão por Nica e era correspondido, mas que ela era dada à embriaguez e tinha com ele *acaloradas discussões insufladas pelo ciúme*. Contou que estava na Pensão Fluminense naquela noite, em companhia de outras pessoas, quando Nica, tomada de um acesso de ciúmes, apanhou uma garrafa e tentou golpeá-lo. Para não ser atingido, o rapaz precisou segurá-la pelos braços e desarmá-la. Esta cena, segundo ele, se repetia frequentemente. Disse também que, apesar disso, jamais tentou machucá-la. As outras pensionistas, entretanto, foram unânimes em qualificar Penna como violento. Sebastiana Marins, natural de Minas Gerais, 22 anos, *florista*, disse que *quase sempre Domingos Penna sopapeia a sua amante*. Sophia Camargo, natural de São Carlos do Pinhal, 19 anos, empregada doméstica; Antonieta Santos, natural do Mato Grosso, 21 anos, costureira; Júlia, natural de Jaú,

18 anos; e Amelita Messias, paulista, 20 anos, empregada doméstica, corroboraram esta versão.

O delegado Alfredo de Assis concluiu, em seu relatório, que o fato estava esclarecido, com *abundantíssima prova*. O promotor Clóvis de Moraes Barros, no entanto, por entender serem *deficientes as provas colhidas*, requereu o arquivamento do inquérito, o que de fato ocorreu.⁹⁸



Novamente, a casa de prostituição de Angelina Maggi recebeu a visita da polícia. Desta vez, ela própria foi vítima de agressão, e mais uma vez o agressor era seu amante, Jacy Gomide.

No dia 8 de fevereiro de 1921, dia de Carnaval, o homem bateu à porta de sua casa, na rua Costa Ribeiro, nº 18, às cinco da manhã, embriagado. Ao abrir, a mulher foi espancada por ele com uma escova de roupas e com pontapés. Estava motivado por ciúmes, segundo ela, sendo a terceira vez que a agredia. A versão dele era outra. Gomide, natural de Araçariguama, foi à casa de Angelina, que o desacatou e dirigiu-lhe palavras ofensivas. Como ele não dera

98 NUPHIS. Caixa 220 14.

importância, Angelina, embriagada, tentou agredi-lo, mas foi contida. Para se livrar das mãos de Gomide, ela teria se debatido e, em consequência disso, feriu-se.

Toda machucada, Angelina foi à sua pensão e relatou sua história às pensionistas que lá estavam – Hermelinda Cardoso, Sebastiana Marins, Sinhazinha Vieira e Leopoldina. Jacy Gomide foi enunciado com base no artigo 303 do Código Penal.⁹⁹



No dia 30 de julho de 1924, David Felisberto de Campos faleceu no hospital da penitenciária do Estado, em consequência de *septicemia streptococcica*. Cumpria pena de dez anos e seis meses pelo crime de estupro e defloramento de suas próprias filhas. Eis sua história: **no dia 10 de março de 1917**, Águida Francisca de Campos, 47 anos, empregada doméstica, natural de Jaú, analfabeta, procurou a delegacia de Bauru para fazer uma grave denúncia: havia mais de um ano, notara que seu marido, David, vivia perseguindo a filha de ambos, a menor Benedita, de 17 anos, *com ma-*

nifesta intensão de possuil-a. Águida disse às autoridades que soube, tempos antes, pela própria filha, que David agarrara-a na roça e a esturpara. Por mais que ela, Águida, o fizesse ver seu *procedimento repellente*, ele continuou mantendo relações com a filha, agredindo-as e ameaçando toda a família caso contassem algo a respeito.

Em consequência das violações, Benedita engravidou e deu à luz uma menina. O nascimento teria ocorrido em fins de dezembro ou princípio de janeiro, Águida não soube precisar. A criança não foi batizada.

Durante a gravidez de Benedita, David estuprou a outra filha, Joana, de 14 anos, na roça, e continuou a violentar as duas meninas, sempre ameaçando de morte quem o responsabilizasse por estes atos.

Cansada de aturar a violência de David, Águida resolveu denunciá-lo.

Benedita foi submetida a um exame de corpo de delito no consultório do médico José de Castro Goyanna. A jovem foi descrita como sendo de *cor parda*, com 17 anos, *dentição completa inclusive os ultimos molares, um metro e cincoenta e oito centimetros de*

99 NUPHIS. Caixa 842.

altura e cincoeta e cinco kilos de peso. E ainda, como sendo uma mulher de constituição regular, aspecto pouco saudavel, apresentando em toda a superficie do corpo signaes antigos de varíola.

No dia 11 de março, a própria Benedita prestou declarações ao delegado Alfredo de Paula Assis. Repetiu, sem maiores discrepâncias, o que sua mãe já afirmara – que seu pai forçava-a a fazer sexo com ele em todas as oportunidades que se lhe apresentavam. Acrescentou que *um certo dia, achava-se ella declarante em companhia de sua irmã Joanna, de 13 annos de idade, trabalhando quando appareceu seu pae, que conduzio Joanna para um lugar mais distante donde se achava ella declarante e alli manteve relações com sua irmã, deshonestando-a; que ella declarante observou perfeitamente esta scena por ter seguido os passos de sua irmã juntamente seu pae.*

Em princípios de janeiro, disse Benedita, nasceu sua filha. O parto foi assistido por sua própria mãe, *por determinação de seu pae que absolutamente não quiz chamar uma pessoa extranha para que o facto não viesse a ser esclarecido; que affirmava ser filha*

de seu proprio pae della declarante a menina que ella declarante dera á luz. Disse ainda que nunca fizera revelações desse fato a pessoa alguma por ser ameaçada por seu pai. O mesmo acontecia com sua mãe.

José Benedito Maximiano era genro de David, casado com uma de suas filhas mais velhas. Natural de Araras, José tinha 35 anos, residia em Jacutinga e disse ao delegado que frequentava a casa do sogro e via os maus-tratos que este infligia à mulher e às filhas. Notou que Benedita estava grávida e soube por Antônia, uma nora de David, que era o próprio pai o responsável.

Um filho de David, Sebastião Berto de Campos, natural de Jaú, analfabeto, casado com Antônia, com 25 anos de idade, contou à polícia que passava tempos fora de casa trabalhando com uma carroça em Jacutinga. Numa das vezes em que voltou à casa, notou a gravidez da irmã e interrogou-a. Soube da história, confirmada, depois, por sua mãe. Disse também que seu pai *respondeu jury* por crime de morte praticado havia tempos, em Jaú.

No dia 13 de março, foi a vez de Joana, outra vítima de David, prestar declarações à polícia. A menina, analfabeta,

nascida em Bica de Pedra¹⁰⁰, disse que *muitas vezes viu seu pae, na roça, copular com Benedicta*. Acrescentou que *nunca manteve relações com ninguém a não ser com seu proprio pae*, e que ele não a deixava sair de casa e *espancava-a barbaramente sempre que queriam ir á villa*.

David foi preso preventivamente dias depois.

Interrogado, disse seu nome completo, que era natural de Jaú, com 58 anos, casado, lavrador, não sabendo assinar. Disse ainda saber o motivo pelo qual era acusado e que conhecia as testemunhas, nada tendo a dizer contra elas.

David foi a julgamento. Considerado culpado de crimes previstos nos artigos 267 e 268 do Código Penal, foi condenado a quatro anos e seis meses de prisão celular, com aumento da pena devido a algumas circunstâncias, como, por exemplo, o número 4 do artigo 273 – *si for ascendente, irmão ou cunhado da pessoa offendida*. Teria que cumprir dez anos e seis meses de prisão.

Era o dia 10 de julho de 1917.

Como vimos, faleceu no hospital da penitenciária no dia 30 de julho de 1924.¹⁰¹

100 Atual município de Itapuí.

101 NUPHIS. Caixa 838.



VIOLÊNCIA CONTRA A PRÓPRIA VIDA



Benedito e Sebastiana iam se casar no mês de junho de 1912. Benedito Guilherme Garcia morava na Fazenda Val de Palmas e era, na descrição que o pai de Sebastiana daria à polícia tempos depois, um moço de *20 anos mais ou menos, cor parda, cabelo preto liso, boa altura, tendo falta de dente maxilar, cabeça grande, magro, meio corcunda*. Além disso, possuía *gênio reconcentrado e macambuzio sendo entretanto bem comportado e estimado*. Benedito não tinha inimigos.

A família do jovem morava em Pederneiras, sua roupa era lavada na casa de Sebastiana, moça de 14 anos que, soube-se depois, não tinha nenhum outro pretendente.

No início do mês de junho, Joaquim Francisco Gonçalves, conhecido como Joaquim Pedro, pai de Sebastiana, e seu futuro genro, Benedito, viajariam a Bauru para preparar os papéis do casamento. Naquela manhã, o jovem acordou cedo – dormira na casa da noiva. Seu sogro recomendou que buscasse no pasto mais dois animais para a viagem até Bauru. Às seis da manhã, o jovem

saiu da casa de Sebastiana *em manga de camisa, usava um sapatão de roça e chapéu preto*. Levava uma pequena garrucha de cabo preto, de pequeno calibre, com a capa e uma caixa de balas.

Minutos se passaram e o jovem não retornava com os animais.

Depois de horas de espera, os pais de Sebastiana foram ao quarto onde Benedito passara a noite, viram sinais de sangue no lençol da cama e atribuíram aquilo a alguma doença venérea ou outra moléstia contagiosa.

Por volta das 10h, Joaquim Pedro foi à casa de Salvador Ribeiro de Matos, fiscal da fazenda, a fim de comunicar o desaparecimento de Benedito e pedir alguns camaradas para ajudar na busca. Como era domingo, não havia ninguém disponível. Salvador ofereceu-se, e foram os dois à procura do jovem, nos pastos e invernadas, até as três horas da tarde. Não encontraram vestígios ou notícias dele.

Benedito nunca mais voltou.

Meses se passaram.

No dia 7 de abril de 1913, José Maurício, um português de 27 anos, foi caçar

numa mata da fazenda do coronel José Virgílio Malta, nos arredores de Bauru, cerca de dois quilômetros distante de uma estrada. Por volta das duas da tarde, deparou-se com uma ossada humana na mata. Os ossos já estavam todos desligados.

Próximo à ossada, viu um chapéu preto e uma garrucha com a capa, todos já deteriorados pelo tempo. Maurício voltou à estrada, onde encontrou José Alves, a quem contou a descoberta. José Alves aventou a possibilidade de ser um moço, chamado *Benedito de Tal*, que há tempos desaparecera da fazenda do coronel Vieira.

A polícia foi acionada. Peritos examinaram a ossada e concluíram que pertencia a um indivíduo do sexo masculino, adulto, mas não de idade avançada, de pouca força muscular e pouca corpulência, altura mediana, entre um metro e setenta e cinco e um metro e oitenta centímetros, com um orifício no crânio produzido, *com quasi toda a certeza*, por um projétil de arma de fogo, havia mais ou menos um ano. Notaram falta de dentes. Com exceção do furo no crânio, os demais ossos não apresentavam vestígios de violência.

Em seu relatório, o delegado Juvenal de Toledo Piza especulou que o motivo *parece ter sido o de achar-se Benedito atacado de moléstia venérea, ou sífilítica, coincidindo isto com o seu casamento que devia ser naqueles dias e ao fato de Benedito ser um moço brioso e estimado*. E o caso foi arquivado.¹⁰²



Bibiana Nunes era casada com Manoel Garcia havia dezessete anos e, segundo testemunhas, viviam muito bem. Ela era espanhola e tinha cerca de 40 anos. **Na noite de 4 de julho de 1913**, teve com ele uma *desavença sem importancia*, segundo o relatório que o delegado Juvenal de Toledo Piza escreveria depois. Manoel foi dormir, e Bibiana saiu pelos fundos da casa. Levava uma faca. Chegando ao Córrego das Flores, próximo ao matadouro velho, deu uma facada no próprio pescoço e se atirou às águas do rio. Foi encontrada no dia seguinte, morta, com um ferimento de *cerca de quatro centímetros de extensão e cerca de um de profundidade*.¹⁰³

102 NUPHIS. Caixa 220 14.

103 NUPHIS. Caixa 203 16.



Damásio Rodrigues Lemos, 35 anos presumíveis, *cor parda*, estava alguns dias em casa de José Ribeiro, na rua Antônio Alves. **Na manhã de 9 julho de 1913**, disse a Ribeiro que iria embarcar no trem da Companhia Paulista. Foi à estação, mas retornou. Almoçou e fechou-se no quarto. Por volta das 10h30, apontou um revólver Browning contra a própria cabeça e disparou. Faleceu algumas horas depois na Santa Casa de Bauru. Deixou alguns bens: um par de botinas pretas, uma capa de borracha e um baú contendo várias peças de roupa e a quantia de 868 mil-réis. Deixou ainda duas cartas, despedindo-se da família e declarando sua intenção de suicidar-se. Pedia que o dinheiro fosse entregue ao seu filho, em Friburgo. Damásio tinha mania de perseguição.¹⁰⁴



Alfredo Magalhães Portugal, 19 anos de idade, morava em Minas Gerais, onde gostava de uma moça e com ela queria se casar. Ela, no entanto, tinha outros

planos. Alfredo mudou-se para Bauru, indo morar na comunidade Água do Macaco, Fazenda Val de Palmas, na casa do lavrador Orlando Coutinho, de 29 anos, e de sua esposa, Isabel Maria Guilhermina, de 19 anos.

Naquela fatídica noite, 11 de julho de 1913, dez dias depois de sua chegada, Alfredo estava contente, tocando violão e cantando, até que pegou uma garrucha e disse aos donos da casa: – *Querem ver como tenho coragem de me atirar?*, assustando o jovem casal, que o impediu. Ainda era blefe. Alfredo recolheu-se ao quarto e, em seguida, um estampido varou a noite. Um tiro na própria cabeça selou a vida do jovem, que, nas palavras do delegado Juvenal de Toledo Piza, *trazia em si o germen da tristeza que o levou a suicidar-se*.¹⁰⁵



À uma hora da manhã de 16 de julho de 1913, na rua da Constituição, nº 4, Benvinda Maria da Conceição, 15 anos presumíveis, *cor branca*, deitou querosene e ateou fogo nas vestes, falecendo horas depois com queimaduras de terceiro grau em todo o corpo.

104 NUPHIS. Caixa 218 10/130.

105 NUPHIS. Caixa 656.

Benvinda vivia, havia três meses, com o negociante português Manoel Pires, de 35 anos, a quem dizia que se suicidaria se ele a abandonasse. E assim o fez.¹⁰⁶



José Mateus, de 20 anos, era camarada de Antônio Gonçalves Fraga na serra Divisa, no povoado Tibiriçá. Estava trabalhando **no dia 6 de março de 1914** quando, por volta das 16h, ouviu o estampido de um tiro, parecendo a ele ter saído de uma casa nas proximidades. Foi até lá e encontrou caído, morto, o velho Camilo José Faustino, com um ferimento na altura do estômago, e ao lado uma espingarda de chumbo de dois canos, com um deles descarregado.

Momentos antes, Camilo, um sexagenário que sofria de moléstia grave, havia mandado sua mulher apanhar água num córrego distante da casa, possivelmente com o intuito de atentar contra a própria vida.

O cadáver foi transportado até Bauru pelo trem da Noroeste.¹⁰⁷



Passava um pouco das 14h do dia 29 de dezembro de 1914, quando Francisca Dias de Camargo foi conduzida à presença do delegado Cornélio Ferreira França para ser interrogada sobre acusações que lhe eram feitas: exercer a feitiçaria e atentar contra a vida de seu marido, ministrando-lhe *remédios venenosos*. Chiquinha, como era conhecida, foi descrita como *brasileira, de cor parda, 35 anos presumíveis*.

Estava na delegacia Almerindo Cardarelli, um italiano de 31 anos, proprietário e redator do jornal O Baurú. Ali, à procura de notícias, presenciaria uma cena trágica.

Presentes ao ligeiro interrogatório inicial estavam o carcereiro Eugênio Rodrigues e o escrivão Lázaro de Mello. O delegado indicou a Francisca que esperasse um momento no corredor para uma nova inquirição.

No corredor, junto à grade, estava o preso José Alves Gouveia, um lavrador de 27 anos que aguardava julgamento. Além dele, estava Francisco Martins Franco, um preso sentenciado que varria o corredor. Chiquinha trocou

106 NUPHIS. Caixa 218 10/130.

107 NUPHIS. Caixa 215 09.

algumas palavras com este e deu-lhe 2 mil-réis, dizendo que era para distribuir aos demais presos, pois ela não precisava do dinheiro.

José Alves ouviu quando Chiquinha, que fumava um cachimbo, disse: – *Só sinto deixar meu filho*. E viu quando ela entrou num banheiro, no fim do corredor, fechando a porta. Provavelmente ela sabia que ali encontraria o que lhe seria útil, um grampo de ferro que prendia o cano da descarga. Pegou o grampo e o cravou em seu próprio peito. Ainda teve forças para um segundo golpe e caiu, sem sentidos.

Alertados pelo baque da queda, o carcereiro e o preso que varria o chão abriram a porta do banheiro e viram Francisca caída, julgando tratar-se de um ataque. Com o alerta, o delegado, o escrivão e Almerindo partiram em socorro e, então, perceberam o ato suicida. Além do ferimento no peito, havia outro na cabeça, produzido pela queda.

Dois médicos, Calixto de Medeiros e Luiz Vicente Figueira de Mello, foram convocados ao exame de corpo de delito. Encontraram-na *deitada em decúbito dorsal sobre o chão de uma das repartições da cadeia pública, em estado*

de choque traumático, pulso pequeno e frequente, extremidades resfriadas.

Em estado grave, Chiquinha foi removida para a Santa Casa.¹⁰⁸



João Della Rú, um fabricante de cerveja, entrou em casa, na praça da República, rua Araújo Leite, nº 4, **por volta das 9h30 do dia 26 de julho de 1915**. Havia saído a negócios, retornando muito contrariado. Em seguida, pegou um livro de assentamentos, fez algumas anotações e o entregou à sua esposa, Maria, italiana como ele, 38 anos. Maria saiu para guardar o livro e, ao voltar, encontrou em uma das mesas uma carta endereçada a ela. João já havia se dirigido a outro cômodo da casa quando um tiro a colocou em desespero e a gritar por socorro. Algumas pessoas acudiram, e ela desmaiou. Mais tarde, Maria se lembraria de algumas destas pessoas: os alfaiates Francisco de Paula Brasil e Luiz Gonzaga Vaz e o verdureiro Pedro Crevelentti.

Quando acordou, ela estava deitada em sua cama e, então, soube que João se matara com um tiro no ouvido direito, falecendo às 13h.

108 NUPHIS. Caixa 203 16.

Fortunata Della Rú, 17 anos, filha do casal, associava o ato à concorrência comercial que João enfrentava com um cervejeiro de nome Manoel, que havia aberto uma *filial quasi em frente a casa de seu pai, e baixando o preço da cerveja, a ponto de oferecer de graça em algumas casas comerciaes.*

A filha negava os boatos caluniosos que atribuíam o suicídio a questões familiares, *porquanto seu pai sempre respeitou muito as filhas, qualidade esta que todos conheciam.* E mencionava a carta destinada à sua mãe.

A carta estava escrita em italiano. A polícia encaminhou-a a Guido Frioli, *traductor publico e interprete commercial juramentado*, em São Paulo. Redigida numa folha de papel simples, pautada com o carimbo de João Della Rú & C., dizia:

Querida Maria. Eu vejo que não estou bem nesta terra. Quero morrer. Sinto deixar-te porém é necessário. Quando a gente morre não dá mais peso na terra. A vida não é nada neste mundo. As nossas filhas são grandes e boas, ellas te ajudarão. O Orlando te dará de comer até que venhas reunir-te comigo. Te peço perdão desculpa-me, mas este passo que dou é necessário. Tu sabes qual é o motivo

M. S. Finalmente te saúdo e desculpa-me se te fiz mal neste mundo. Se... o morrer é bonito como dizem verás daqui a pouco. Beija todos os filhos, sauda vovó e Bepi etc. teu João.

Em seu relatório, o delegado Toledo Piza escreveu: *O suicida, dizem todos, era um homem bom, carinhoso para a sua familia, estimado, mas de animo fraco talvez para resistir a crise porque o pais atravessa.*

Dois meses depois, a viúva requereu e recebeu a carta que estava arquivada no cartório do júri. Pretendia *guarda-la como uma lembrança do seu saudoso marido.*¹⁰⁹



O mineiro Antenor Coelho, de 27 anos, residia na Fazenda Corumbá, onde era lavrador. **Ao amanhecer do dia 24 de novembro de 1915**, levava animais para o pasto da fazenda quando ouviu um tiro. Ao longe, numa várzea, viu Salustiano Barbosa *como que escovando a espingarda*, conforme disse depois. Não deu importância, pois sabia que Barbosa tinha costume de caçar marrecos na área. Ouviu um segundo tiro e manteve-se impassível, até ver algo

109 NUPHIS. Caixa 209 20.

se mexer no chão e fumar. Chamou Serafim de Mattos, carreiro da fazenda, e foram ao local. Lá encontraram Salustiano, caído de bruços sobre a espingarda. Ainda queimava a gola do paletó e da camisa. Foram em busca de Benedito, filho do morto. Enquanto Benedito ficou ao lado do corpo, os outros foram chamar o administrador da fazenda, José Borges.

Borges, 39 anos, era natural de Barra Mansa, Rio de Janeiro, e acabava de tocar o sino do trabalho para chamar os camaradas, às cinco da manhã, quando ouviu o primeiro estampido. Dez minutos depois, o segundo tiro, e, um quarto de hora depois, foi chamado pelos dois camaradas, Antenor e Serafim. Foi ao local e cuidou para que ninguém tocasse no cadáver até que chegasse a polícia.

Benedito diria depois à polícia que seu pai era *alcoólico mas pacífico* e que era habitual sair pela manhã a caçar, mas que nunca falara em suicídio. Salustiano era casado, porém vivia apartado da esposa devido às bebedeiras, e cerca de um ano antes passara a morar com o filho Benedito, 22 anos, casado, e a filha Eulália, de 16. Segundo Eulália, seu pai vivia bem com todos da casa.

Brasília Maria da Conceição, 50 anos aproximados, agora viúva, embora na mesma fazenda, morou, depois da separação, na casa do genro José Vicente. Segundo ela, embora apartados, vivia em perfeita paz com Salustiano.

Ninguém atinava com a possível causa do gesto tresloucado de Salustiano, descrito pelos peritos que fizeram o auto de exame cadavérico como *indivíduo de cor preta, com setenta anos de idade presumíveis, de estatura baixa da mediana e de constituição franzina*.

Para a polícia, ficou provado o suicídio, mas a causa permaneceu um mistério para todos.¹¹⁰



O acto que acabo de cometer não culpo em absoluto ninguém e sim a mim mesmo, pois que se deveria culpar alguém iria lesar pessoas que ocupam um certo destaque em a sociedade que infelizmente não pude ocupar porque sou um miserável, e estes entenderam que deviam enxovalhar meu nome e minha honra ludibriando minha infeliz mulher que a treze annos commigo conviveu, deixo o lugar a esses cornos mansos que vivem a custa do cú da mulher que tem e procu-

110 NUPHIS. Caixa 751.

ram infelicitar aos infelizes que por accazo no mommento prezizo não tem uma migalha de pão para mitigar a fome dos seus infelizes filhos, aproveitão dessa oportuniidade para desviar do caminho do bem para encaminhal-as para o caminho do mal.

Seguir-se para o mal não falta quem não aconselhe, mas para o bem poucos ou nenhum.

Certo de que não irei dar trabalho nenhum a essa distinta autoridade subscrevo-me muito bom de corpo e mente com attenciosas saudacções pedindo perdão a todos os meus amigos e inimigos se por accazo alguma lhes faltei.

Bauru, 2 de janeiro 1918

Antônio Benedito Caruso

Elisa Caruso, 29 anos, natural de Barra Bonita, disse às autoridades que teve uma *pequena discussão* com seu marido, Antônio Benedito, em sua casa, esquina das ruas Ezequiel Ramos e da Liberdade, **por volta das 19h do dia 2 de janeiro de 1918**. Momentos depois, Benedito pegou um revólver, evitou as tentativas de Elisa de desarmá-lo e deu um tiro no ouvido, morrendo no ato. Ao escutarem o tiro, Jacob Corso, italiano, pedreiro, de 56 anos, e José Gre-

golino, também italiano, modelador mecânico, 33 anos, vizinhos de Benedito, foram os primeiros a chegar, encontrando-o caído, todo ensanguentado.

Em seu relatório, o delegado Alfredo de Assis escreveu que o músico Antônio Benedito, de 33 anos de idade, suicidara-se *por questões íntimas em que vão dar estranhos negócios de mulher*.

Interrogadas, a esposa e as várias testemunhas disseram não saber o motivo do suicídio, o que era pouco provável, tamanha era a quantidade de referências, veladas ou não, a pessoas e fatos, deixadas no bilhete.¹¹¹



Mirandolina Gonçalves Cesar, de 36 anos, viúva, era proprietária do Hotel Mineiro. **No dia 29 de abril de 1918**, depois da chegada do trem da Sorocabana, hospedou-se em seu hotel João Camargo Lemos, viúvo, 59 anos de idade.

No dia seguinte, 30 de abril, às 14h, Mirandolina chamou o novo hóspede para se juntar a dois outros fregueses para o café. Lemos veio, tomou o seu e retornou ao quarto. Mirandolina ficou conversando com Marjoriano de

111 NUPHIS. Caixa 215 09.

Camargo, de 27 anos, empregado da Companhia Paulista, um dos fregueses presentes no desejo.

A detonação de um tiro interrompeu a conversa. Mirandolina correu ao corredor quando outro disparo deixou-a apavorada. Percebeu que vinha do quarto de Lemos. Pediu aos demais fregueses que chamassem a polícia. Voltou e encontrou fechada a porta do quarto. Chamou pelo hóspede, ouviu gemidos e sentiu que ele atentara contra a própria vida, mais ainda estava vivo. Isabel de Paula, uma italiana de 35 anos, cozinheira do hotel, ouviu a patroa gritar: – *Oh! Senhor, não faça isso, pelo amor de Deus!*, e perguntar por que se matava. E ambas, patroa e cozinheira, ouviram, com voz débil: – *Minha senhora, não é nada, eu não culpo a ninguém.*

Houve ainda mais um disparo, e os gemidos cessaram. A polícia chegou, a porta foi aberta, Lemos ainda respirava – mas por poucos momentos, pois logo morreu. Achava-se deitado na cama, vestido de roupa de casimira preta, camisa branca, e uma poça de sangue ainda fresco embebia o travesseiro, os lençóis e o colchão, escorrendo pelo assoalho do quarto. Disparara

dois tiros na cabeça e um no peito.

Deixara um bilhete escrito no verso de um cartão: *Ao m. dr. delegado de policia, peço-lhe o favor não culpar a ninguém. É meu destino.*

Além do bilhete, deixou alguns objetos e a quantia de 575 mil-réis. Havia ainda uma caderneta na qual, com letra apressada, Lemos registrara lamentos e recados:

[...] que tenho que fazer irei cumpri-lo vou liquidar com a m^a vida chega de tanto sofrer [...] em fim vou cumprir com a sorte que tenho. [...] deixo no bahu [...] m^a calça quinhentos e setenta reis 575\$000 que o restante do dinheiro distribuir com os pobres, a malla de roupa em fim tudo que tenho [...] ultima morada. O relógio de prata com corrente de ouro e medalha com alguns brilhantes é para entregar ao meu irmão Ildefonso Camargo em Ribeirão Preto. Tenho uma parelha roupa preta na malla que quero [...] vestir-me que quero ir com ela.

E terminava:

Pelo perdão a todos que sou um pobre infeliz.

J. C. Lemos

Apenas em fevereiro de 1920, Ildefonso de Camargo reclamaria os objetos a ele destinados pelo seu falecido irmão.¹¹²

112 NUPHIS. Caixa 751; caixa 628.



Por volta das 7h do dia 8 de julho de 1918, Alfredo Vieira, 42 anos, natural do Estado do Rio de Janeiro, seguia em direção a sua chácara, no caminho de Guaianás, distante cerca de um quilômetro e meio de Bauru. No caminho, encontrou-se com o carroceiro Luiz Sirigatto e, com este, começou a tratar de um carroto. Já estavam perto da chácara quando perceberam grande quantidade de corvos numa árvore. Disse Alfredo: – *Eu preciso verificar o que há, pois tenho criações aqui*. Próximo à árvore, encontrou roupas em farrapos espalhadas e, mais adiante, uma ossada humana.

Pelas roupas e objetos encontrados, a polícia identificou José Taciano Pereira de Oliveira. E conclui que tinha se suicidado com explosivos.¹¹³



Marcolino Papassoni vinha sofrendo de dores de cabeça e neurastenia. Seu pai, o lavrador italiano Isidoro Papassoni, de 48 anos, dias antes, o levava à capital para uma consulta médica, mas

via que seu filho mergulhava cada vez mais numa tristeza decorrente da moléstia que amargava.

Na manhã de 26 de outubro de 1918, trabalhando no bairro do Barreirinho, onde residia, Isidoro ouviu um estampido e depois gritos de desespero de seus filhos. Correu para casa, abriu a porta do quarto e viu Marcolino caído, morto. Ainda segurava um clavinote curto com o qual dera o tiro no ouvido.¹¹⁴



Josefina Nunes, viúva, 38 anos, de Minas Gerais, tinha uma pensão na rua Primeiro de Agosto, onde moças vindas de outras paragens se prostituíam. A pensionista Carmen era do Paraná; Lili Bell era espanhola; Rosana era de Macaé, Rio de Janeiro. Morava na pensão, ainda, Ninica, 19 anos, casada, filha de Josefina.

Maria Dias da Silva ali também residia. Era uma jovem de 20 anos, *estatura baixa, compleição fraca*, muito conhecida em Bauru. Apaixonara-se perdidamente por um rapaz da cidade, mas não era correspondida. **Na noite de 9**

113 NUPHIS. Caixa 751.

114 NUPHIS. Caixa 220 14.

de janeiro de 1919, perto das 24h, dirigiu-se ao quarto de Carmen, tirou um revólver de um móvel e disparou um tiro na cabeça, caindo inconsciente.

Josefina correu ao quarto e, de lá, saiu gritando que *Mariquinha tinha se atirado*.

Lili Bell e outras pensionistas estavam no quintal conversando; Ninica estava na sala de jantar com as demais. Quando ouviram o tiro, todas correram ao quarto e viram a companheira caída, com a cabeça varada pelo tiro.

A polícia e os peritos foram chamados. Encontraram Mariquinha *em decúbito dorsal, deitada sobre uma mesa, em estado comatoso, dyspnéia, com setenta e seis pulsações por minutos, temperatura axillar normal, respiração estertosa, executando por vezes movimentos reflexos com os membros superiores e inferiores*. Estava viva, ainda, mas faleceria pouco depois.

O delegado Alfredo de Assis elaborou relatório atribuindo a *amores mal correspondidos* o ato de loucura praticado pela *decaída* Maria dos Santos, *ingenua e romântica menina*, segundo suas palavras.¹¹⁵



Por volta das duas horas da manhã de 9 de março de 1919, no bar do Bijou Theatre, à rua Primeiro de Agosto, jogavam cartas Cássio de Sales Malta, Abrahão Gomes de Moraes, 20 anos, lavrador residente no município de Bauru, e Manoel de Oliveira Machado, 22 anos, lavrador residente em Borebi. Após muitas rodadas de truco, dispunham-se a sair quando apareceu Ildefonso de Mello, professor adjunto do grupo escolar da cidade, que uniu-se a eles no jogo.

Continuaram a jogar e, finda mais uma partida, Gomes, vendo que Cássio Malta trazia à cintura um revólver, pediu para vê-lo. Era um Smith & Wesson, calibre 32, cano comprido, duplo. Malta mostrou-lhe e dispunha-se a guardá-lo quando o professor Ildefonso fez o mesmo pedido. Ao aviso de que a arma estava carregada, Ildefonso retorquiu que estava acostumado a mexer com armas e passou a examinar o tambor do revólver e ler o letreiro do cano, enquanto os demais jogadores conversavam sobre *foot ball*.

Para surpresa de todos, Ildefonso levantou-se e disse: – *Quer ver como sui-*

115 NUPHIS. Caixa 766.

cido-me?, e, num movimento rápido, levou a arma à cabeça e disparou um tiro, caindo recostado à mesa.

A polícia foi acionada. Foram encontrados com o professor uma caderneta de apontamentos, uma carteira de couro com papéis, uma caixa com um *pince-nez*¹¹⁶, um lenço e um revólver com cabo de madrepérola, tambor ao lado, cano comprido, tendo o número 206.584.

Ildefonso de Mello faleceu poucas horas depois.¹¹⁷



Sofia Maria da Conceição, 36 anos, estava apaixonada sem ser correspondida. Ela sempre dizia à sua companheira de bebidas Maria Teresa *que qualquer dia, por causa de um tal Silvestre e um tal João Carabina, se suicidaria*, mas a amiga nunca levou a sério o aviso.

No dia 24 de março de 1919, em companhia de Maria Teresa, foi à delegacia prestar uma queixa qualquer. Na volta, separaram-se, e cada uma foi para sua casa. A de Sofia ficava na rua Inconfidência, onde morava também Francisca Maria das Dores, solteira, de 19

anos, natural do Estado do Rio de Janeiro, muito doente, quase paralítica.

Passava um pouco das 15h. Sofia, um tanto embriagada, ficara sabendo que João Carabina havia passado a noite em um baile. Foi à cozinha, derramou querosene e ateou fogo em suas roupas. Saiu à rua, correndo e aos gritos de socorro. Francisca nada pôde fazer, devido a seu estado doentio.

O italiano Francisco Flores, 33 anos, mecânico da Noroeste do Brasil, estava em sua casa, na rua Inconfidência, nº 52. Ouviu os gritos vindos de fora. Foi até a porta e deparou-se com o *enorme espetáculo*, segundo ele, de ver uma mulher envolvida em chamas, correndo e gritando.

O espanhol Christovam Repiso estava em sua *casa de negócios* naquela rua e também ouviu os gritos. Ambos correram em socorro da mulher, envolvendo-a num cobertor e, assim, abafando o fogo. Viram que era a conhecida Sofia e a transportaram para a sua casa. Sofia faleceu no dia seguinte, 25 março de 1919, às 24h.¹¹⁸

116 Modelo de óculos usado entre o século XV e início do XX, sem hastes, que se prendia sobre o nariz.

117 NUPHIS. Caixa 275 33.

118 NUPHIS. Caixa 767.



Havia muito tempo, Joaquim Duarte vinha alimentando a ideia de suicídio, motivado por grave enfermidade que sofria e que julgava incurável. Duarte, português, era um lavrador residente nas proximidades de Bauru.

No dia 27 de maio de 1919, por volta das 17h, foi à *casa de negócio* de Francisco Zani, comprou uma caixa de balas número 9 e voltou para casa.

No terreiro, deu dois tiros para o ar, como a experimentar a arma. O terceiro tiro disparou contra a própria cabeça. Atraído pelas detonações e pelos gritos da esposa de Duarte, apareceu o lavrador português Nicolau Antônio, que passava na estrada rumo a Bauru. Quando chegou, porém, Joaquim Duarte já estava morto.¹¹⁹



Carmela, uma jovem de 19 anos, natural de Botucatu, trabalhava como cozinheira na casa de Florisbela da Silva de Oliveira, rua Inconfidência, nº 45. Um tabique dividia esta casa, e do outro lado morava Maria da Conceição, 26 anos, solteira, natural de Ribeirão Pre-

to, descrita posteriormente como *preta, estatura regular e aspecto saudável*.

Florisbela, solteira, 26 anos, viera de Minas Gerais para ganhar a vida em Bauru.

Maria da Conceição era *amante* de José Gaspar, por quem nutria grande paixão. Um dia, Gaspar a abandonou e sua vida tornou-se *enfadonha*, como diria mais tarde. Esqueceu que tinha filhos, embora solteira, e resolveu suicidar-se.

No dia 26 de agosto de 1920, por volta das 16h, Carmela viu um grande clarão de chamas que partia do outro lado do tabique. Chamou Florisbela, que estava deitada, e foram ambas à casa de Maria da Conceição, onde, com espanto, a viram envolta em labaredas, na cozinha. No desespero, a moça buscava por socorro. Com medo que ela as agarrasse, Carmela e Florisbela correram para a rua, seguidas pela suicida. A intensidade das chamas não permitia que ninguém se aproximasse da pobre mulher.

Afinal socorrida, foi levada de volta à sua casa e colocada numa cama larga. Quando os peritos – o médico legista Rodrigues Costa e o farmacêutico Gerson França – chegaram para o exame

119 NUPHIS. Caixa 764.

de corpo de delito, encontraram-na sob uma coberta e com sede intensa. Apresentava *queimaduras generalizadas de primeiro e segundo graus sobre todo o corpo com exceção das nadegas e pernas*.

Naquele dia, ainda prestou depoimento, esclarecendo as razões de seu ato desesperado de embebedar as vestes com querosene e atear fogo nelas.

Na madrugada do dia seguinte, Maria da Conceição, para quem a vida se tornara enfadonha sem o seu amor, morreu.¹²⁰



Maria Teresa vivia com Leopoldo em Lauro Müller¹²¹, mas o amor dela por ele não era correspondido, o que a motivou a se mudar para Bauru. Foi morar na casa de sua conhecida Antônia Maria da Conceição, que, por sua vez, morava em companhia de Roque dos Santos, na rua Pirajuí. Frequentemente, Maria Teresa se embriagava.

Ficou nesta residência por alguns dias, sem dar mostras de que pretendia atentar contra a própria vida. **No dia 27 de agosto de 1920**, por volta das 17h,

Antônia e outras mulheres conversavam na casa quando deram pela falta de Maria Teresa. A dona da casa foi procurá-la e a viu correndo nos fundos do quintal envolta em chamas.

Tiveram dificuldade em debelar as chamas. Maria Teresa, que estava sóbria naquela tarde, ainda vivia e pôde dizer o motivo do ato desesperado – deitar querosene e atear fogo às vestes –, seu amor não correspondido por Leopoldo, o que tornara sua vida sem atrativos.

Maria Teresa de Oliveira, 25 anos, solteira, *de cor preta [...], estatura regular e constituição saudável*, faleceu no dia seguinte.¹²²



Maria Patrocina Sampaio, proprietária da Pensão Patrocina, indo ao portão de sua residência, na rua Bandeirantes, onde morava com João Gomes Bicca, viu sua vizinha de frente, Maria Jerônima, triste e pensativa. Perguntou a ela o motivo da tristeza e ouviu como resposta que *se achava muito amolada*.

A *decaída* Maria Jerônima tinha 22 anos, era casada e morava na rua Bandeiran-

120 NUPHIS. Caixa 765.

121 Antiga estação ferroviária, próxima à atual cidade de Pirajuí, Estado de São Paulo.

122 NUPHIS. Caixa 766.

tes, nº 58. Foi descrita posteriormente, pelos peritos, como sendo *de côr branca, [...] estatura alta e aspecto saudavel.*

Havia muito tempo Jerônima manifestava intenção de suicidar-se, mas fora impedida três vezes por Gomes Bicca, português de 38 anos, negociante e proprietário da casa onde ela morava.

Por volta das 21h do dia 27 de agosto de 1920, gritos que partiam dos lados da casa de Maria Jerônima chamaram a atenção dos vizinhos. Donaira Bueno do Amaral, amiga e vizinha da vítima, foi acordada pelo barulho e correu ver o que ocorria. Gomes Bicca, Patrocina e Maria Luiza, 25 anos, casada, natural de Resende, Rio de Janeiro, que morava na pensão, também se dirigiram para lá. José Augustinho de Moraes, que passava em frente à casa de Jerônima, mais tarde afirmou ter visto *um grande clarão e ouviu dois ou tres gritos.*

Encontraram-na caída na cozinha, envolvida em chamas, já falecida. Patrocina depôs afirmando que *escutava-se o frigir de suas carnes.* Maria Luiza encontrou Jerônima com seu *corpo ainda fregindo com as intensas labaredas que de suas carnes desprendia.*

Os peritos Rodrigues Costa e Gerson França encontraram-na *em estado de ple-*

na rigidez cadavérica, apresentando queimaduras generalizadas por todo o corpo de primeiro e segundo graus, com exceção apenas das pernas. Rosto disforme e destruição completa do couro cabeludo.

O delegado Alfredo de Assis escreveu em seu relatório: *A decaída maria jeronima, por desgostos amorosos, e ainda mais devido ao seu estado de habitual alcoolismo, depois de derramar sobre suas vestes um litro de kerozene ateou-lhes fogo, ficando horrivelmente queimada e falecendo quasi instantaneamente.* Não havia responsabilidade de ninguém, tratava-se *apenas de um ato de loucura da pobre moça,* completou.

Era o terceiro suicídio por chamas naqueles dias.¹²³



Nascida no Ceará, Maria Luiza Salles mudou-se para Bauru no início de 1920. Tinha 18 anos, era alfabetizada e não conheceu o pai, somente a mãe, Luiza Salles. Logo empregou-se em casa do médico José de Castro Goyanna, um sobrado situado na rua Antônio Alves.

Em frente à casa do médico, morava Abílio Marques Visão, de 17 anos, natu-

123 NUPHIS. Caixa 766.

ral de Araraquara, também alfabetizado. Vendo-se frequentemente, Abílio e Maria Luiza começaram a namorar. O rapaz escrevia cartas nas quais declarava seu amor. Diria ele depois, à polícia, que Maria afirmava ser prima do doutor Castro Goyanna. Diria ela, também à polícia, que Abílio lhe fazia promessas de casamento.

No início de 1921, o namoro dos dois terminou quando Abílio soube que Maria não era parente do médico. O desgosto a levou ao ato extremado de pôr fim à existência. Sabia que Castro Goyanna guardava, na gaveta de um dos cômodos da parte superior da casa, um revólver Smith & Wesson, número 5.

Por volta das 13h do dia 9 de fevereiro de 1921, Maria foi à gaveta e apanhou a arma. Pegou lápis e papel e escreveu um bilhete de despedida à patroa. Feito isso, desferiu um tiro contra o ouvido direito. E caiu.

Talvez a jovem tenha antes experimentado a arma, porque testemunhas disseram ter ouvido dois disparos.

Os disparos chamaram a atenção de Rosa Moraes, de 25 anos, e Martha Herculano Ribeiro, 30 anos, que havia muitos anos trabalhavam com a família Castro Goyanna. E dos vizinhos.

Dois deles, Eduardo Carr Ribeiro Júnior, 22 anos, e Olímpio Carr Ribeiro, 19, ao ouvirem as detonações, correram à casa do médico, pois parecia ter vindo dali o barulho.

Os dois entraram e nada perceberam na parte térrea, mas, ao percorrerem os cômodos superiores, encontraram Maria Luiza estendida no assoalho, com manchas de sangue pela roupa. Ao lado, o revólver e o bilhete.

Os vizinhos e as empregadas carregaram Maria para sua cama, num cômodo na parte térrea da casa. Enquanto um chamava Castro Goyanna, que se encontrava em seu consultório, outro acionava a polícia.

Os peritos que realizaram o exame de corpo de delito encontraram Maria *deitada sobre uma cama, em decubito dorsal, queixando-se de fortes dôres no ouvido direito, conversava e raciocinava claramente, confessando ter detonado um revolver no ouvido direito donde escorria pouco sangue. Puderam reconhecer no ferimento o orifício de penetração de um projectil de arma de fogo, o qual muito provavelmente ficou incravado na região [...] do osso temporal direito.*

No mesmo dia, a própria Maria Luiza deu depoimento à polícia. Contou seu drama, o rompimento do namoro, seu

desespero e os tiros, e ao final disse fazer *questão que fique bem claro que a ninguém cabe a culpa nesse facto.*

O caso foi arquivado.¹²⁴



Com apenas 19 anos, Júlia Pires já tinha uma vida de percalços. Casada, abandonou marido e família e foi viver com outro homem, entregando-se à prostituição. Este homem era Ângelo Gazinhato, 26 anos, solteiro e pintor. Viviam juntos havia quinze meses *na melhor harmonia a não ser algum bate-bocca que de vez em quando com elle tem*, diria ela depois.

Na tarde do dia 5 de maio de 1922, *recordando-se dos desgostos que havia dado a sua familia, quando abandonara seu marido e pais para se entregar a vida deshonesta e cahir na prostituição, desgostoza,* resolveu por termo à existência.

Estando só em casa, deitou querosene à roupa, ateou fogo ao corpo e correu à rua clamando por socorro. O primeiro a socorrê-la foi Ângelo, que a agarrou e rasgou suas roupas, livrando-a do fogo, ficando com as mãos queimadas.

Ângelo a levou para casa, uma construção sem número na rua Ezequiel Ramos, onde uma massa de populares se aglomerou. Uma vizinha chamou o médico.

Oito dias depois, em 13 de maio, Júlia Pires morreu.¹²⁵



Josefina Magalhães, 31 anos, viúva, era uma das mulheres da Pensão Fluminense, de Angelina Maggi, na rua Costa Ribeiro, sem número, uma das inúmeras casas de prostituição daquela parte da cidade. Era natural da Bahia, mas vivia em Bauru. Na pensão, era a Baianinha.

Por volta das 14h do dia 27 de junho de 1922, Josefina chegou da rua, entrou em seu quarto e, *desgostosa de viver nessa cidade, onde tinha parentes, e por levar uma vida desregrada,* ingeriu três cápsulas de sublimado corrosivo que guardava havia muito tempo, com o intuito de por fim à existência.

Seus gritos despertaram as companheiras de pensão Esmeralda Alves, natural do Porto, Portugal, solteira,

124 NUPHIS. Caixa 766.

125 NUPHIS. Caixa 766.

24 anos; Alzira Couto, natural de Piracicaba, solteira, 25 anos; Anita Messias, também de Piracicaba, casada, 21 anos; e Dalila de Camargo, casada, 25 anos, natural de Rio Claro. Todas correram ao quarto da moça.

A polícia foi acionada e encontrou, no quarto de Baianinha, um *tubo de sublimado corrosivo*, com três pastilhas.

Dalila declarou que Josefina andava retraída e aborrecida nos últimos dias, afastando-se até das companheiras.

Josefina Magalhães morreu dias depois, no início de julho.¹²⁶



Manoel da Silva se embriagava constantemente e, quando se achava neste estado, dizia sempre que queria morrer. Segundo sua esposa, Maria da Glória, portuguesa, ele não largava da garrafa e de um facão. **Na madrugada do dia 17 de dezembro de 1922**, Manoel abriu a janela do quarto e disparou um tiro para o ar. Na tarde daquele dia, já bastante alcoolizado, passou pela casa de seu cunhado, o português Manoel

Nunes. À noite, Manoel da Silva estava em sua casa, na Fazenda Val de Palmas, bebendo como de costume. Seus filhos estavam fora. Sua esposa levou o jantar até ele, que, deitado, recusou. O facão estava sobre uma mesa e a garrucha, no bolso do paletó. Passava um pouco das 19h, quando Maria da Glória ouviu um disparo. Ela correu e o viu caído, tiro no peito, chegando a pensar num acidente. Ao gritar apareceram vizinhos, mas, pouco depois, Manoel faleceu.

Segundo os conhecidos, ele nunca brigou com a companheira nem com pessoa alguma da Fazenda Val de Palmas, onde trabalhava. Seu problema era a embriaguez.¹²⁷



Por volta de 1900, a alemã Frederica Ernestina Kauffmann foi vítima da picada de uma jararaca, na perna esquerda, próxima ao tornozelo. *A ferida brava* daí resultante acompanhou-a por toda a vida e foi a causa de sua morte muitos anos depois.

Seu marido, Pedro Kauffmann, levou-a para se tratar em Poços de Caldas, conseguindo aparentemente curá-la,

126 NUPHIS. Caixa 203 16.

127 NUPHIS. Caixa 766.

mas quinze dias depois a ferida voltou, e pior do que antes.

Os peritos descreveriam, posteriormente, a ferida como *uma ulcera localizada na perna esquerda, e compreendendo com quatro centímetros de largura com uns oito de extensão e borda talhada a pique.*

Pelos anos seguintes, morando num sítio em Avaí, vinda de Pirassununga, a família de alemães vivenciou o desespero de Frederica, pois os recursos da medicina não foram suficientes para ao menos mitigar seu sofrimento. Estivera, inclusive, internada em Bauru, mas sem resultados.

Mais de uma vez manifestara a parentes sua intenção de por fim à vida.

No dia 10 de março de 1924, Frederica, então com 64 anos, queixou-se das fortes dores provocadas pela ferida. Pedro já vinha acalentando a ideia de interná-la novamente, sob os protestos da esposa, que adquirira grande aversão ao hospital de Bauru. Naquela noite, Guilherme Tolentino Rehder, um amigo da família, estava hospedado na casa dos Kauffmann. Estava em Avaí havia quinze dias, tratando de negócios. Ouvindo Frederica gemendo na cozinha, recebeu da empregada a informação de que a patroa estava fazendo curativo na ferida.

Na madrugada seguinte, ninguém sabe a hora exata, Frederica levantou-se sem barulho e saiu. Atravessou um extenso pasto até chegar a uma porteira, onde se despiu de uma saia e de um avental. Numa das extremidades do avental, amarrou sua *dentadura vulcanite de 14 dentes*. Na outra extremidade, amarrou em conjunto um par de brincos, um anel de prata e outro de ouro, de catorze quilates. A saia era de algodão e o avental, de chita azul com pintas brancas.

Frederica aproximou-se do açude do sítio, cuja forma quase triangular tinha um lado maior que media aproximadamente sessenta metros. Sua profundidade chegava a três metros. Arame farpado cercava o açude, talvez para impedir o acesso de animais. No açude ainda despontavam paus, restos de um rancho velho que um dia abrigara um monjolo.

Frederica varou a cerca, descalçou o par de chinelos e se desfêz de um lenço. Por fim, entrou na água e, como numa oferenda de si própria, foi se afundando até submergir próxima aos restos do rancho.

Na noite anterior, Pedro despertou por volta das dez ou onze horas da noite e não viu a esposa na cama. Julgou que

ela estivesse em casa de algum vizinho, muitos deles alemães como os Kauffmann. Frederica costumava deitar-se cedo, mas, quando perambulava pela vizinhança, voltava mais tarde. Por isso, Pedro, muito cansado, tornou a dormir.

Antes do amanhecer, ao acordar, a família deu pela falta de Frederica. Saíram a sua procura, entre eles o filho Mathias, 35 anos; um amigo, o marceneiro Guilherme Mahler, alemão de 64 anos; e Augusto Grassmann, outro alemão, 70 anos, empregado dos Kauffmann. Os objetos deixados serviram de guia até encontrarem-na sob as águas do açude. Na vã esperança de que ainda estivesse viva, e para evitar que Pedro se atirasse às águas, resolveram remover o corpo e transportá-lo para casa.

Em casa, Pedro, em desespero pelo desaparecimento da mulher, era contido por Guilherme, receoso de algum ato de loucura do velho alemão. O corpo de Frederica Ernestina, carregado por quatro pessoas, foi colocado sobre uma mesa, coberto por um lençol branco, com velas acessas ao redor, à espera das autoridades policiais.¹²⁸

128 NUPHIS. Caixa 767.

129 NUPHIS. Caixa 766.



No dia 17 de junho de 1924, na vila Falcão, Nina Prates, também conhecida por Rosa Mandu, embebeu as próprias vestes em querosene e ateou fogo a elas, repetindo o desesperado ato de outras mulheres daquela época. Morreu seis dias depois.

Os peritos que examinaram a suicida, em uma casa da rua Jacutinga, a descreveram como *uma mulher de cor parda, com trinta e cinco annos mais ou menos de idade presumíveis*. Encontraram *extensas queimaduras do 2º e 3º grãos abrangendo os membros superiores e inferiores, ventre e toda a região thoraxica posterior*.

Rosa Mandu, uma *alcoholatra inveterada*, vivia havia dois meses com Sebastião Geremias Rebouças, solteiro de 29 anos. Este, em depoimento, disse que a moça andava aborrecida por ser desprezada pelos pais.¹²⁹



Francisca de Souza, *côr parda, com cerca de trinta annos presumíveis*, sofria de *alienações mentaes*. **No dia 23 de se-**

tembro de 1924, dez da manhã, em sua casa na rua Inconfidência, nº 22, repetiu o gesto dramático: jogou querosene sobre suas roupas e deitou fogo. Enquanto queimava, saiu à rua pedindo, aos gritos, para que a matassem. Foi socorrida por um praça do destacamento local, mas faleceu no mesmo dia, em consequência das *queimaduras de primeiro, segundo e terceiro gráo generalizadas*.¹³⁰



ANEXO



CÓDIGO PENAL DE 1890¹³¹

[...]

Art. 13. Haverá tentativa de crime sempre que, com intenção de commettel-o, executar alguém actos exteriores que, pela sua relação directa com o factio punivel, constituam começo de execução, e esta não tiver logar por circumstancias independentes da vontade do criminoso.

[...]

Art. 27. Não são criminosos:

§ 4º Os que se acharem em estado de completa privação de sentidos e de intelligencia no acto de commetter o crime;

[...]

Art. 39. São circumstancias aggravantes:

§ 4º Ter o delinquente sido impellido por motivo reprovado ou frivolo;

§ 5º Ter o delinquente superioridade em sexo, força ou armas, de modo que o offendido não pudesse defender-se com probabilidade de repellir a offensa;

[...]

Art. 42. São circumstancias attenuantes:

§ 1º Não ter havido no delinquente pleno conhecimento do mal e directa intenção de o praticar;

131 <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 17 agosto 2018.

[...]

§ ° Ter o delinquente exemplar comportamento anterior, ou ter prestado bons serviços á sociedade;

[...]

Art. 63. A tentativa do crime, a que não estiver imposta pena especial, será punida com as penas do crime, menos a terça parte em cada um dos grãos.

[...]

Art. 66. Na applicação das penas serão observadas as seguintes regras:

§ 1º Quando o criminoso for convencido de mais de um crime impor-se-lhe-hão as penas estabelecidas para cada um delles.

§ 2º Quando o criminoso tiver de ser punido por mais de um crime da mesma natureza, commettidos em tempo e logar differentes, contra a mesma ou diversa pessoa, impor-se-lhe-ha no gráo Maximo a pena de um só dos crimes, com augmento da 6ª parte.

[...]

Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentaria ou a pharmacia; praticar a homeopathia, a dosimetria, o hypnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos:

Penas - de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

Paragrapho unico. Pelos abusos commettidos no exercicio ilegal da medicina em geral, os seus autores soffrerão, além das penas estabelecidas, as que forem impostas aos crimes a que derem causa.

[...]

Art. 158. Ministrare, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer fórma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro:

Penas - de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

Paragrapho unico. Si o emprego de qualquer substancia resultar á pessoa privação, ou alteração temporaria ou permanente de suas faculdades psychicas ou funcções physiologicas, deformidade, ou inhabilitação do exercicio de orgão ou aparelho organico, ou, em summa, alguma enfermidade:

Penas - de prisão cellular por um a seis annos e multa de 200\$ a 500\$000.

Si resultar a morte:

Pena - de prisão cellular por seis a vinte e quatro annos.

[...]

Art. 266. Attentar contra o pudor de pessoa de um, ou de outro sexo, por meio de violencias ou ameaças, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral:

Pena - de prisão cellular por um a seis annos.

Paragrapho unico. Na mesma pena incorrerá aquelle que corromper pessoa de menor idade, praticando com ella ou contra ella actos de libidinagem.

Art. 267. Deflorar mulher de menor idade, empregando seducção, engano ou fraude:

Pena - de prisão cellular por um a quatro annos.

Art. 268. Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta:

Pena - de prisão celllular por um a seis annos.

§ 1º Si a estuprada for mulher publica ou prostituta:

Pena - de prisão celllular por seis mezes a dous annos.

§ 2º Si o crime for praticado com o concurso de duas ou mais pessoas, a pena será augmentada da quarta parte.

[...]

Art. 272. Presume-se commettido com violencia qualquer dos crimes especificados neste e no capitulo precedente, sempre que a pessoa offendida for menor de 16 annos.

Art. 273. As penas estabelecidas para qualquer destes crimes serão applicadas com augmento da sexta parte:

1º, si o criminoso for ministro de qualquer confissão religiosa;

2º, si for casado;

3º, si for criado, ou domestico da offendida, ou de pessoa de sua familia.

E com augmento da quarta parte:

4º, si for ascendente, irmão ou cunhado da pessoa offendida;

5º, si for tutor, curador, encarregado da sua educação ou guarda, ou por qualquer outro titulo tiver autoridade sobre ella.

Parapho unico. Além da pena, e da interdicção em que incorrerá tambem, o ascendente perderá todos os direitos que a lei lhe confere sobre a pessoa e bens da offendida.

[...]

Art. 294. Matar alguem:

§ 1º Si o crime for perpetrado com qualquer das circumstancias aggravantes mencionadas nos §§ 2º, 3º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 16º, 17º, 18º e 19º do art. 39 e § 2º do art. 41:

Pena - de prisão celllular por doze a trinta annos.

§ 2º Si o homicidio não tiver sido aggravado pelas referidas circumstancias:

Pena - de prisão celllular por seis a vinte e quatro annos.

[...]

Art. 297. Aquelle que, por imprudencia, negligencia ou impericia na sua arte ou profissão, ou por inobservancia de alguma disposição regularmentar commetter, ou for causa involuntaria, directa ou indirectamente de um homicidio, será punido com prisão celllular por dous mezes a dous annos.

[...]

Art. 303. Offender physicamente alguém, produzindo-lhe dôr ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue:

Pena - de prisão celllular por tres mezes a um anno.

[...]

Art. 304. Si da lesão corporal resultar mutilação ou amputação, deformidade ou privação permanente do uso de um orgão ou membro, ou qualquer enfermidade incuravel e que prive para sempre o offendido de poder exercer o seu trabalho:

Pena - de prisão celllular por dous a seis annos.

Parapho unico. Si produzir incommodo de saude que inhabilite o paciente do serviço activo por mais de 30 dias:

Pena - de prisão celllular por um a quatro annos.

[...]

Art. 306. Aquelle que por imprudencia, negligencia ou por inobservância de alguma disposição regulamentar, commetter

ou for causa involuntaria, directa ou indirectamente, de alguma lesão corporal, sera punido com a pena de prisão cellual por quinze dias a seis mezes.

[...]

Art. 356. Subtrahir, para si ou para outrem, cousa alheia movel, fazendo violencia á pessoa ou empregando força contra a cousa:

Pena - de prisão cellual por dous a oito annos.

Art. 357. Julgar-se-ha feita violencia á pessoa todas as vezes que, por meio de lesões corporaes, ameaças ou outro qualquer modo, se reduzir alguém a não poder defender os bens proprios, ou alheios sob sua guarda.

É considerando violencia contra a pessoa a entrada á noite na casa por meio de escalada, gazuas, chaves falsas ou verdadeiras, fortuita ou subrepticamente obtidas pelo criminoso, ou com auxilio de algum domestico, que tenha sido subornado, ou fingindo-se o delinquente autoridade publica, ou autorizado a tomar a propriedade alheia.

Art. 358. Julgar-se-ha violencia feita ás cousas a destruição e rompimento dos obstaculos á perpetração do crime.

Constituem violencia contra as cousas os arrombamentos internos e externos, a perfuração de paredes, a introducção dentro da casa por conducto subterraneo, por cima dos telhados ou por qualquer caminho que não seja destinado a servir de entrada ao edificio e a qualquer das suas dependencias.

[...]

Art. 361. Fabricar gazuas, chaves, instrumentos e aparelhos proprios para roubar, tel-os, ou trazel-os comsigo, de dia ou de noite:
Pena - de prisão celular por seis mezes a tres annos.

[...]

Art. 400 – Si o termo for quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presidios militares existentes.

[...]

LEI Nº 2.992, DE 25 DE SETEMBRO DE 1915¹³²

Art. 1º. Os arts. 266, 277 e 278 do Código Penal são modificados pelo modo seguinte:

[...]

TÍTULO VIII

DA CORRUPÇÃO DE MENORES DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DA HONRA E HONESTIDADE DAS FAMÍLIAS E DO ULTRAGE PÚBLICO AO PUDOR

[...]

Art. 266. Attentar contra o pudor de pessoa de um ou de outro sexo, por meio de violência ou ameaça, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral:

Pena - de prisão celllular por um ou tres anos.

§ 1.º Excitar, favorecer ou facilitar a corrupção de pessoa de um ou de outro sexo, menor de 21 annos, induzindo-a à pratica de actos deshonestos, viciando a sua innocencia ou perversendo-lhe de qualquer modo o seu senso moral:

Pena - de prisão celllular por seis mezes a dous annos.

§ 2.º Corromper pessoa menor de 21 annos, de um ou de outro sexo, praticando com ella ou contra ella actos de libidinagem:

Pena - de prisão celllular por dous a quatro annos.

[...]

Art. 277. Induzir alguém, por meio de enganos, violencia,

¹³² <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-2992-25-setembro-1915-774536-publicacaooriginal-138024-pl.html>. Acesso: 16 julho 2019.

ameaça, abusos de poder, ou qualquer outro meio de coacção, a satisfazer os desejos deshonestos ou paixões lascivas de outrem. Excitar, favorecer ou facilitar a prostituição de alguém, para satisfazer os ditos desejos e paixões outrem:

Pena - de prisão cellular por dous a tres anos.

§ 1.º(Como o paragraho unico do Codigo Penal de 1890).

Artigo 278. Manter ou explorar casas de tolerancia, admitir na casa em que residir, pessoas de sexos differentes, ou do mesmo sexo, que ahi se reúnem para fins libidinosos; induzir mulheres, quer abusando de sua fraqueza ou miseria, quer constringendo-as por intimidação ou ameaças a entregarem-se á prostituição; prestar, por conta própria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, qualquer assistencia ou auxílio ao commercio da prostituição:

Pena - de prisão cellular por um ou tres annos e multa de 1:000\$ a 2:000\$000.

§ 1.º Alliciar, attrahir ou desencaminhar, para satisfazer as paixões lascivas de outrem, qualquer mulher menor, virgem ou não, mesmo com o abusseu consentimento; alliciar, attrahir ou desencaminhar, para satisfazer ás paixões lascivas de outrem, qualquer mulher maior, virgem ou não, empregando para esse fim ameaça, violencia, fraude, engano, abuso de poder ou qualquer outro meio de coacção; reter por qualquer dos meios acima referidos, ainda mesmo por causa de dividas contrahidas, qualquer mulher, maior ou menor, virgem ou não, em casa de lenocínio, obrigar-a a entregar-se á prostituição:

Pena - as do dispositivo anterior.

§ 2.º Os crimes de que trata o art. 278 e o § 1º do mencionado artigo serão puníveis no Brazil ainda que um ou mais actos constitutivos das infracções nelles previstas tenham sido praticados em paiz estrangeiro.

§ 3.º Nas infracções de que trata este artigo haverá logar a acção penal:

- a) por denuncia do Ministerio Publico;
- b) mediante queixa da victima ou de seu representante legal;
- c) mediante denuncia de qualquer pessoa. Art. 2º. Revogam-se as disposições em contratio.

[...]

DECRETO N. 1.851, DE 31 DE MARÇO DE 1910¹³³

[...]

Artigo 6.º - Quando os peticionarios, por sua notoria pobreza, não possam juntar ás petições de graça o traslado de todo o processo, o secretario da Justiça e da Segurança Publica, mediante requerimento dos mesmos, ou do representante do Ministerio Publico, ordenará aos respectivos escrivães que forneçam cópia do inteiro teôr das seguintes peças do processo:

- a) queixa ou denuncia;
- b) auto de corpo de delicto;
- c) exames periciaes;
- d) depoimento das testemunhas no sumMário de culpa;
- e) todas as provas da accusação e da defesa;
- f) despacho de pronuncia;
- g) auto de prisão;
- h) razões de recurso, no caso de haver interposição;
- i) libello;
- j) contrariedade;
- k) interrogatorio do réu;
- l) quesitos propostos ao jury e consequentes respostas;
- m) sentença proferida em virtude das respostas do jury;
- n) allegações das partes, apresentadas ao Tribunal de Justiça no caso de appellação;
- o) parecer do procurador-geral do Estado;
- p) accórdams proferidos pelo Tribunal de Justiça.

Estas cópias serão fornecidas gratuitamente.

[...]

133 <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1910/decreto-1851-31.03.1910.html>. Acesso: 16 julho 2019.

LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916¹³⁴

Código Civil dos Estados Unidos do Brasil

[...]

Art. 360. O filho reconhecido, enquanto menor, ficará sob o poder do progenitor, que o reconheceu, e, se ambos o reconheceram, sob o do pai.

[...]

134 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm. Acesso: 16 julho 2019.

DECRETO N.2.918, DE 9 DE ABRIL DE 1918¹³⁵

CODIGO SANITARIO

[...]

Artigo 89. - Só é permittido o exercicio da arte de curar, em qualquer dos seus ramos e por qualquer de suas fórmias :(Art. 52, lei 1.596).

1.º) A's pessoas que se mostrarem habilitadas por titulo conferido pelas Faculdades de Medicina officiaes, nacionaes ou equiparadas, e legalmente reconhecidas pelo Ministerio do Interior, á vista de informação do presidente do Conselho Superior do Ensino ;

2.º) Aos que obtiverem licença do poder competente(Dec. Federal n. 10.821, de 18 de Março de 1914, artigo 295, n. III) e aos que, sendo graduados pelas Escolas ou Universidades estrangeiras, oficialmente reconhecidas, se habilitarem perante as referidas Faculdades, na fórmula dos respectivos estatutos ;

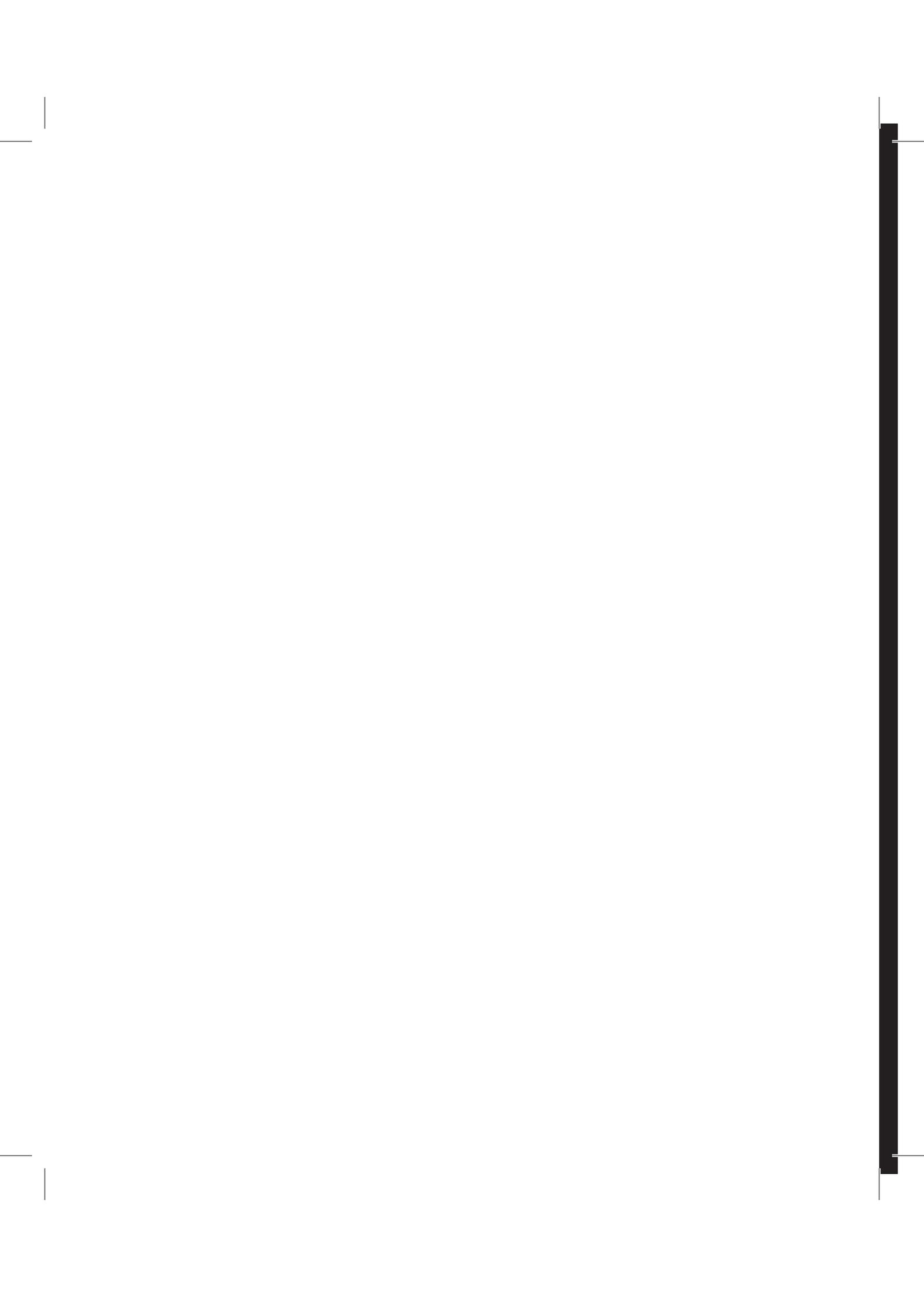
3.º) Aos diplomados pela Faculdade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo, ou por qualquer das escolas officiaes estrangeiras e dos Estados que perante ella se habilitarem.

[...]

Artigo 454. - Nenhum estabelecimento de applicações hydrotherapicas, electrotherapicas, de massagens, psychotherapia e optometria poderá funcionar sem ter medico que fiscalize as applicações ou por ellas se responsabilize.

[...]

135 <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1918/decreto-2918-09.04.1918.html>. Acesso: 16 julho 2019.





REFERÊNCIAS



LIVROS

BASTOS, Irineu Azevedo. Falcão-Independência: nossa gente e nossa história. Bauru, SP: Document Center Xerox-USC, 2002. p. 14.

GHIRARDELLO, Nilson. À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

MELLO, Lucius de. Eny e o grande bordel brasileiro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

NEVES, Correia das. No velho Bauru. [S.l.: s.n.], [1961].

NEVES, Correia das; BUENO FILHO, Jurandyr. Bauru. Edição histórica. São Paulo: Editorial Focus Ltda., [1977].

PAIVA, Carlos Fernandes de. Narrativas sintéticas dos fatos que motivaram a fundação de Bauru. Bauru: Conselho Municipal de Educação, 1975.

ZANLOCHI, Terezinha Santarosa; PELEGRINA, Gabriel Ruiz; PORÉM, Maria Eugênia. Seara da lei: Bauru, 1911-1996. Bauru, SP: Canal 6, 2015.

JORNAIS

O Estado de S. Paulo

Jornal O Baurú

Correio Paulistano

ARQUIVOS

NUPHIS – Núcleo de Pesquisa e História da Universidade do Sagrado Coração “Gabriel Ruiz Pelegrina”

SMACMB – Serviço de Microfilmagem e Arquivo da Câmara Municipal de Bauru

MFRB – Museu Ferroviário Regional de Bauru

SITES

<https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/censos/1920.pdf>

<https://bit.ly/3amuXZn>

<https://bit.ly/2Yzjb6X>

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1910/decreto-1851-31.03.1910.html>

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1918/decreto-2918-09.04.1918.html>





Foto: acervo Museu Histórico Municipal de Bauru

Nesta foto, da década de 1920, podemos ver, no canto esquerdo, dois personagens de destaque neste livro: Eduardo Vergueiro de Lorena (com o chapéu sob o braço), que foi promotor público de Bauru; e, próximo a ele (de barba e cabelos brancos, segurando o chapéu), Rodrigo Romeiro, primeiro juiz de direito da Comarca de Bauru.



Copyright © 2021 by Edson Fernandes
Edição: João Correia Filho
Capa e projeto gráfico: Alexandre Pottes Macedo
Preparação e revisão: Fabiana Biscaro

1ª Edição - 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Fernandes, Edson
Tempos de violência : brutalidade, contravenção, estupro e suicídio no interior paulista do início do século XX / Edson Fernandes. -- Bauru, SP : Mireveja, 2021.
176 p.

ISBN 978-65-86638-07-3

1. Bauru (SP) - História 2. Bauru (SP) - Crimes - 1903-1924 3. Bauru (SP) - Violência - 1903-1924 4. Bauru (SP) - Inquéritos policiais I. Título
CDD 981.61

21-0411

Índices para catálogo sistemático:

1. Bauru (SP) - História

Todos os direitos desta edição reservados a
Mireveja Editora Ltda.

Rua Maria Cecília de Oliveira Maciel, 1-13
Jd. Colonial – Bauru-SP – CEP 17047-625
Fone: (14) 3245 6571
www.editoramireveja.com

Esta obra foi composta em fontes Calluna e Acumin Variable Concept
em papel Pólen Bold para Mireveja Editora.

